

**O TURISMO SUSTENTÁVEL RURAL COMO ALTERNATIVA
COMPLEMENTAR DE RENDA À PROPRIEDADE AGRÍCOLA
ESTUDO DE CASO – FAZENDA ÁGUA SANTA
SÃO JOAQUIM-SC**

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós – Graduação em
Engenharia de Produção

O TURISMO SUSTENTÁVEL RURAL COMO ALTERNATIVA
COMPLEMENTAR DE RENDA À PROPRIEDADE AGRÍCOLA
ESTUDO DE CASO – FAZENDA ÁGUA SANTA – SÃO JOAQUIM-SC

MARIA ELIZA MARTORANO BATHKE

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina
Como requisito parcial para obtenção
Do título de Mestre em
Engenharia de Produção

Florianópolis

2002

Maria Eliza Martorano Bathke

O TURISMO SUSTENTÁVEL RURAL COMO ALTERNATIVA
COMPLEMENTAR DE RENDA À PROPRIEDADE AGRÍCOLA
ESTUDO DE CASO – FAZENDA ÁGUA SANTA – SÃO JOAQUIM-SC

Esta dissertação foi julgada aprovada para a obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 26 de abril de 2002.

Prof. Ricardo de Miranda Barcia, PhD.
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof. Sandra S. Nahas Baasch, Dra
Orientadora

Prof. Luis Moretto Neto, Msc.
Co-Orientador

Prof. Alina Gonçalves Santiago, Dra.

Prof. Eduardo Soriano Sierra, Dr.

À Ângela e André,
presente e futuro.

Agradecimentos

Quero agradecer as pessoas que durante este percurso me ofereceram bibliografia, sugestões, apoio, oportunidades, amizade, críticas, estímulos, desafios e afeto:

Álvaro Rojas Lezana
Andréia Maria Pedro
Antonio Brasil Pinto
Luciane Camillotti
Edda Terezinha Martorano Menegotto
Elaine Ribeiro
Emarise Medeiros Paes de Andrade
Emília Augusta Arruda
Gilmara Ventura
Heloisa Cristina Schneider
Humberto Jorge José
Iara Pizzolatti
João HÉlvio Righi de Oliveira
João Tadeu Greborge de Almeida
Liane Carly Hermes Zanella
Maria Augusta Arruda
Márcia Dias
Márcio Soldateli
Maris de Fátima Gaio
Mariano Martorano Menegotto
Neres Bitencourt
Sílvia Madeira Neves
Thaise Guzzatti

Meus Agradecimentos Especiais:

A Prof. Sandra Sulamita Nahas Baasch, minha orientadora, cuja nobreza de sentimentos e inteligência, me ajudou a achar os caminhos para uma compreensão mais profunda da natureza, levando-me a um novo paradigma de vida. Agradeço por aceitar os desafios de me orientar, o respeito e a confiança que sempre me distinguiu. Por escutar minhas dúvidas e aflições e por compreender o paralelo entre as dificuldades pessoais e os prazos acadêmicos;

Ao Prof. Luis Moretto Neto, meu Co-Orientador, cuja amizade me levou aos caminhos do turismo. Agradeço sua disponibilidade pelas longas horas de discussões e leitura dos esboços, disponibilizando bibliografia, críticas e sugestões;

Ao Sr. Péricles Lünemberg e Sra. Gorete Oderdenge Lünemberg, por confiarem a mim os estudos na sua propriedade;

Aos participantes da pesquisa, pela disponibilidade e sinceridade de seus relatos, compartilhando experiências e conhecimentos que possibilitaram o desenvolvimento desta dissertação.

A Nelza Couto, Mara Della Giustina e Irides Terezinha Picini, amigas generosas, desprendidas e pacientes, cuja solidariedade me permitiram atravessar momentos críticos, me encorajando a continuar;

À Maria da Glória Ramos José, pela cumplicidade e companheirismo, nascidos junto com os desafios de nossa jornada pelo ambientalismo;

A Rita de Cássia Cordini Rosa, pela amizade forte e sincera, iniciada na Faculdade de Agronomia. Agradeço as preciosas sugestões e os momentos dedicados na correção do texto.

Aos meus irmãos Yolanda, Paulo, Leonardo, Elizabeth, Ronald e Luzia, e suas famílias, pelo apoio e carinho;

Aos meus pais Maria do Carmo e Paulo, por me inculcarem os valores da educação, lealdade e honestidade;

Aos meus filhos Ângela e André, e meu sobrinho Hercílio, filho do coração, por suportarem minhas angústias, falta de tempo e por acreditarem na minha força e coragem de superar os obstáculos.

“A terra nos ensina mais coisas sobre nós mesmos,
que todos os livros. Porque nos oferece resistência.
Ao enfrentar um obstáculo o homem aprende a se conhecer.
Contudo para superá-lo, ele necessita de ferramenta. Uma plaina, um arado.
O lavrador, em sua labuta, vai arrancando lentamente alguns segredos
à natureza; e a verdade que ele obtém é universal”.

Saint-Exupery
Terra dos Homens (1973)

Sumário

Lista de Figuras	p.x
Lista de Tabelas	p.xi
Lista de Reduções.....	p.xii
Lista de Anexos.....	p.xiv
Resumo.....	p.xv
Abstract.....	p.xvi
1.INTRODUÇÃO	p.1
1.1 Justificativa.....	p.1
1.2.Objetivos	p.3
1.2.1Objetivo Geral	p.3
1.2.2Objetivos Específicos	p.3
2.REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	p.4
2.1Turismo	p.4
2.1.1 Turismo Contemporâneo – Uma Atividade em Expansão.....	p.4
2.1.2 Impactos do Turismo.....	p.10
2.1.2.1Impacto Econômico.....	p.12
2.1.2.2 Impacto Sócio Cultural	p.13
2.1.2.3 Impacto Ambiental.....	p.15
2.2 Turismo Sustentável Como Alternativa ao Desenvolvimento Rural	p.18
2.2.1 Ambientalismo.....	p.18
2.2.2 Desenvolvimento Sustentável	p.24
2.2.3 Turismo e Desenvolvimento Local	p.27
2.3 O Turismo no Espaço Rural	p.30
2.3.1 Turismo Rural na Europa	p.33
2.3.1.1 Turismo Rural na Espanha.....	p.36
2.3.1.2 Turismo Rural na França.....	p.37
2.3.1.3 Turismo Rural em Portugal.....	p.38
2.3.2. Turismo Rural na América.....	p.39
2.3.2.1 Turismo Rural no México.....	p.39
2.3.2.2 Turismo Rural no Chile.....	p.40
2.3.2.3 Turismo Rural no Uruguai	p.41

2.3.2.4 Turismo Rural na Argentina.....	p.42
2.3.3 Turismo Rural no Brasil.....	p.43
2.3.3.1 Turismo Rural em Santa Catarina	p.48
3 ESTUDO DE CASO	p.55
3.1 São Joaquim na Geografia do Turismo Catarinense.....	p.55
3.1.1 Aspectos Históricos.....	p.55
3.1.2 Aspectos Físicos, Geográfico e Demográfica.....	p.57
3.1.3 Aspectos Econômicos	p.60
3.1.4 Potencial Turístico do Município.....	p.63
3.2 Fazenda Água Santa.....	p.66
4 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	p.68
4.1 Caracterização da Pesquisa.....	p.69
4.1.1 Exploratória	p.69
4.1.2 Descritiva.....	p.70
4.2 Delineamento da Pesquisa.....	p.70
4.2.1 Pesquisa Bibliográfica	p.70
4.2.2 Estudo de Caso.....	p.70
4.3 Sujeitos da Pesquisa.....	p.71
4.3.1 Acessibilidade	p.71
4.3.2 Intencional	p.71
4.4 Instrumentos de Coleta de Dados	p.72
4.4.1 Observação Participante	p.72
4.4.2 Entrevista Estruturada	p.72
4.4.3 Entrevista Semi-Estruturada.....	p.73
4.5 Coleta de Dados.....	p.73
4.5.1 Técnicas e Procedimentos para a Coleta de Dados	p.73
5 RESULTADO E DISCUSSOES.....	p.76
5.1Fazenda Água Santa.....	p.76
5.2 Turistas.....	p.85
5.3 População Local	p.88
5.4 Comunidade Socialmente Organizada.....	p.95
5.4.1 Prefeitura Municipal.....	p.95
5.4.2 Secretaria de Turismo.....	p.101
5.4.3 Secretaria de Agricultura.....	p.104

5.4.4 Secretaria da Educação.....	p.107
5.4.5 Conselho de Desenvolvimento e Turismo.....	p.108
5.4.6 Clube de Diretores Lojistas.....	p.112
5.4.7 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural.....	p.113
5.4.8 Conselho Municipal de Trabalho e Emprego.....	p.115
5.4.9 Serviço Nacional de Emprego.....	p.116
5.4.10 Associação Pró Turismo.....	p.117
6 CONCLUSÕES.....	p.119
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.126
8 ANEXOS.....	p.132

Lista de Figuras

Figura 1: Principais Iniciativas de Turismo no Espaço Rural no Brasil.....	p.47
Figura 2: Mapa de Localização do Município de São Joaquim/ Santa Catarina...	p.59
Figura 3: Vista da Pousada	p.76
Figura 4: Área do Pomar com as Frutas no Chão	p.80
Figura 5: Cavalgada na Fazenda Água Santa.....	p.82

Lista de Tabelas

Tabela 01: Principais Culturas Agrícolas de São Joaquim	p.63
---	------

Lista de Reduções

Abreviaturas:

ABRATUR – Associação Brasileira de Turismo Rural

ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

AGRECO – Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral

AMETUR – Associação Mineira de Turismo Rural

AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana

CDL – Clube de Diretores Lojistas

CEPAGRO – Centro de Estudos da Promoção da Agricultura de Grupo

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CMTE – Conselho Municipal de Trabalho e Emprego

CNUMAD – Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDETUR – Conselho de Desenvolvimento e Turismo

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EPAGRI – Empresa Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FATMA – Fundação do Meio Ambiente

FIA – Fundación para la Inovación Agraria

FOSIS – Fondo de Solidariedad e Inversión Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INDAP – Instituto de Desarrollo Agropecuario

LEADER – Liaison entre Action de Devenloppement de l’Economie Rurale

MINASTUR – Minas turismo.

ONG – Organização Não Governamental

OST – Organização Serrana de Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa
PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente
PRESTO – Programa Regional de Turismo Organizado do SEBRAE de SC
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico
PROFIT – Projeto de Fruticultura de Clima Temperado
PRORURAL – Red de Institucion Institucional para Zonas de Pobreza Rural
PROTUR – Pró Turismo
SANTUR – Santa Catarina Turismo
SC – Santa Catarina
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Empresa
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
SINE – Serviço Nacional de Empregos
UE – União Européia
TER – Turismo no Espaço Rural
TR – Turismo Rural
UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvido Industrial

Lista de Anexos

Anexo 1 Roteiro para Entrevista: Proprietários da Fazenda Água Santa.....	p.133
Anexo 2 Roteiro para Entrevista: Empregados da Fazenda Água Santa.....	p.135
Anexo 3 Formulário de Pesquisa: Perfil e percepção dos visitantes em relação ao turismo em propriedades agrícolas.....	p.136
Anexo 4 Roteiro para Entrevista: População Local.....	p.139
Anexo 5 Roteiro para Entrevista: Prefeitura Municipal.....	p.140
Anexo 6 Roteiro para Entrevista: Secretaria de Turismo.....	p.141
Anexo 7 Roteiro para Entrevista: Secretaria da Agricultura.....	p.142
Anexo 8 Roteiro para Entrevista: Secretaria da Educação.....	p.143
Anexo 9 Roteiro para Entrevista: CODETUR.....	p.144
Anexo 10 Roteiro para Entrevista: CDL.....	p.145
Anexo 11 Roteiro para Entrevista: EPAGRI.....	p.146
Anexo 12 Roteiro para Entrevista: CMTE.....	p.147
Anexo 13 Roteiro para Entrevista: SINE.....	p.148
Anexo 14 Roteiro para Entrevista: PROTUR.....	p.149

Resumo

O presente trabalho enfoca o turismo como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola. O estudo de caso ocorre no município de São Joaquim-SC, cuja economia é dependente da agricultura, baseada em maçã, batata semente e pecuária. Os efeitos das monoculturas impactam o desenvolvimento econômico levando o município ao empobrecimento. O turismo é apresentado como alternativa à solução dos problemas do município. Este trabalho objetiva identificar, analisar e propor alternativas à implementação do turismo no ambiente de produção rural, como mecanismo complementar à geração de emprego e renda aos atores sociais locais. A metodologia usada foi, predominantemente abordagem qualitativa de pesquisa com característica exploratória descritiva. Esta metodologia é justificada pela carência de estudos relacionados ao Turismo Rural em São Joaquim, cidade com perfil rural e caracterizada como turística. Foram pesquisados visitantes, população local e sociedade organizada, seguindo os critérios de seleção por acessibilidade e intencional. Os dados foram coletados por entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, em que todos os segmentos pesquisados tiveram ampla autonomia de manifestarem suas opiniões sobre o assunto proposto. As conclusões do trabalho são interpretações deste autor das palavras contidas nos depoimentos. São Joaquim é conhecida nacionalmente pela neve e produção de maçãs, tendo um forte apelo turístico e recursos naturais favoráveis. Os residentes apostam no turismo como fator de desenvolvimento local e redenção econômica. A administração municipal não priorizou o turismo, havendo total ausência de políticas públicas na área de Turismo Rural. A Fazenda Água Santa prova ser possível implantar esta atividade no meio produtivo rural e sua importância para garantir a sustentabilidade da propriedade.

Palavras Chaves:

Agroturismo, Propriedade rural, desenvolvimento sustentável, agricultura

Abstract

The focus of this study is on rural tourism as an alternative form of income for farmers. The case study took place in São Joaquim, Santa Catarina state, Brazil. São Joaquim is defined as a town with rural characteristics, but also a tourist town due to its unique climate. The town main produce are apple, potato seed, and cattle. However, the effects of monoculture cause impact in the economic development which has led the town to poverty. Tourism is presented as an alternative to the economic problems the town has faced. This study identifies and analyzes the implementation of farm tourism as a positive form of social and financial impacts on farming families. The research methodology was qualitative with a descriptive approach. This methodology provided a unique perspective, since there were no studies on rural tourism in São Joaquim. The subjects of the study were visitors, residents, and local associations. The criteria to select the subjects included accessibility and intentionality. The data was collected in structured and semi-structured interviews; all subjects had permission to discuss their opinion on the topic. The results were interpretations by the researcher of the transcripts of the interviews. São Joaquim is nationally known for the winter snow, the production of apple, and natural beauty; these components make it a favorable town to promote rural tourism industry. Residents believe that tourism is a component of local development and economic prospect. The town administration has not prioritized tourism, there is no public planning in the area. Fazenda Água Santa is a case that shows how it is possible to implement a rural tourism venture and its importance in the financial sustainability of the farm.

Key-words:

Agroturism, rural property, sustainable development, agriculture

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

Com a integração progressiva de mercados produtores e consumidores dos países centrais e periféricos, tem ocorrido crises localizadas para colocação de produtos agrícolas nacionais, como por exemplo, a batata semente certificada e a maçã, face à falta de competitividade dos preços e a qualidade final dos produtos.

Neste contexto, o município de São Joaquim e sua base econômica agrícola têm enfrentado problemas na manutenção da sustentabilidade sócio espacial com fortes impactos de natureza econômica, social, cultural e ambiental.

Face à ampla base de recursos naturais e especificidade geográfica caracterizada pela incidência de baixas temperaturas durante a estação inverno e ocorrências eventuais de precipitação de neve, o município de São Joaquim, tem sido trabalhado como um espaço de uso turístico rural à alternativa a geração de emprego e renda.

No passado próximo, a extração da madeira, a fruticultura de clima temperado (em especial a cultura da maçã) e o cultivo da batata semente foram trabalhados no espaço local como atividades econômicas. Produzindo os efeitos de monoculturas, provocaram impactos sócio espaciais progressivos, expresso na redução do desenvolvimento econômico das relações de produção, da população permanente e na degradação do meio ambiente natural, redução de reservas florestais, leito de rios, dentre outros.

No momento em que o turismo é apresentado como alternativa à solução dos problemas regionais, surgem alguns questionamentos:

Como se dá a sustentabilidade da propriedade rural?

Qual seu impacto na geração de emprego e renda?

Que tipo de efeitos o seu desenvolvimento provoca no ambiente natural?

Qual a possibilidade do turismo ser o instrumento de conservação ambiental no espaço local?

O modo de produção capitalista, via de regra, apropria-se de forma degenerativa dos recursos naturais e do meio ambiente, impossibilitando que sejam concretizadas as equidades sociais e ecológicas.

De outra parte externaliza, a médio e longo prazo para a sociedade, os recursos de recuperação do espaço destruído.

A incorporação de variáveis ambientais, tendo como paradigma a ótica econômica, caracteriza uma situação reprodutiva através da apresentação do velho com roupa nova, sem encaminhar soluções estruturais. No caso de São Joaquim, a desconcentração da terra, a implementação de políticas agrícolas e de linhas de crédito para micro e pequenas empresas, entre outros aspectos.

O desenvolvimento da economia de lazer, no ambiente de produção rural, requer uma análise apurada para a sua incorporação de forma sustentada, caso contrário irá reproduzir um novo ciclo natimorto.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é identificar, analisar e propor alternativas à implementação do turismo no ambiente de produção rural, como um mecanismo complementar à geração de trabalho e renda aos atores sociais locais.

1.2.2 Objetivos Específicos

Identificar e analisar a atividade turística no espaço rural de São Joaquim, como alternativa complementar à geração de emprego e renda local das famílias.

Analisar a contribuição da atividade turística em São Joaquim sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

Propor alternativas à implementação do agroturismo em São Joaquim tendo como escopo os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo apresenta-se uma revisão da literatura especializada sobre os temas: Turismo, Turismo Sustentável como alternativa ao Desenvolvimento Rural e Turismo no Espaço Rural, considerados relevantes para o desenvolvimento desta dissertação.

2.1 Turismo

2.1.1 Turismo Contemporâneo – Uma Atividade Em Expansão

O turismo é uma atividade marcante nas sociedades pós-industriais, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos que nasceu e se desenvolveu com o capitalismo.

O desenvolvimento do capitalismo industrial marcou o século XIX e fortaleceu o turismo. Segundo Castelli (1990), o berço do turismo contemporâneo está nas estruturas urbanas industriais criadas na Europa Ocidental e na América do Norte a partir de 1840.

Em todas as épocas, homens deslocaram-se pelo mundo no ritmo das descobertas dos meios de comunicação, em viagens aristocráticas, religiosas, militares e comerciais. A viagem turística só estava ao alcance dos ricos e aventureiros que se deslocavam pelo prazer, fato este modificado pelas transformações proporcionadas pela Revolução Industrial que abriram as portas para a prática do turismo em larga escala, massificando a prática da atividade.

De acordo com Trigo (1993), as mais importantes foram as pesquisas tecnológicas que possibilitaram a construção de motores a vapor para navios, locomotivas e máquinas de produção industrial e os novos recursos da engenharia que revolucionaram a construção civil, sendo possível construir ferrovias, estações ferroviárias, portos.

Assim o crescimento econômico foi rápido e os proprietários dos meios de produção acumularam riquezas e poder (pela primeira vez houve enriquecimento sem ser necessário possuir terras), que junto com a classe média (médicos,

engenheiros, professores, advogados), aumentaram o número de pessoas com possibilidade e necessidade de viajar, seja por motivos comerciais, diplomáticos ou científicos. Isto aliado ao aparecimento de dois importantes meios de transportes, o navio de passageiros e o trem.

Segundo Paiva (1995), a década de 1950 representou a solidificação do turismo de massa, interrompido temporariamente pelas 1ª e a 2ª Guerras Mundiais e a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

As indústrias atraíram a mão-de-obra, fazendo as cidades incharem, trazendo concentração de riquezas nas áreas urbanas, mas também ocasionou um sério problema para seus habitantes. Castelli (1990), argumenta que o homem urbano da era moderna encontra-se seriamente ameaçado, afetado pela poluição sonora, visual, do ar e das águas, necessitando de um tempo livre para por corpo e mente em ordem.

Este tempo livre passou a ser uma busca mundial dos trabalhadores. No início da era industrial a jornada de trabalho era longa, com rigorosa disciplina e regras severas de atendimento e pontualidade (URRY, 1996). De acordo com De Masi (2000), o expediente de trabalho nas fábricas superava quinze horas diárias, com ritmos infernais.

No final da primeira metade do século XX, o tempo contratual de trabalho nos países industrializados ficou em torno de quarenta horas semanais. Fez parte das conquistas sociais do movimento proletário junto com os fins de semana livres e as férias remuneradas.

Como conseqüência o lazer e, por extensão, o turismo, assumiram grande expressão, pois para a prática do lazer e especificamente do turismo é necessário dispor de tempo. Assim a busca dos trabalhadores, depois da diminuição da jornada de trabalho, concentrou-se na redução da idade para a aposentadoria e melhores salários, condições para melhor desfrutar o tempo livre (CASTELLI, 1990).

Para De Masi (2000), estas conquistas aumentaram a massa de pessoas que não trabalham no sentido estrito da palavra (estudantes, desocupados e idosos) e mesmo as que trabalham tem mais tempo livre. Mas isto chegou de forma tão inesperada, devido ao contraste radical com nossos hábitos milenares, que deixou o homem despreparado e sem saber o que fazer com este tempo. “Nos anos passados foi o trabalho que colonizou o tempo livre. Nos anos futuros será o tempo livre a colonizar o trabalho”.

Segundo Paiva (1995), “a percepção do que seja turismo passa em princípio pela distinção entre este fenômeno e o que representa o lazer, antes e depois do advento da sociedade industrial”.

Trigo (1993), ressalta que não se pode analisar o fenômeno turístico fora do contexto que envolve cultura, arte, preocupação com a qualidade de vida e lazer, inseridos na dinâmica e complexidade pós-industrial. Define as sociedades pós-industriais como aquelas que, a partir da década de 50, desenvolveram uma alta tecnologia, particularmente nos países desenvolvidos que possuem uma economia marcada pelo crescimento do setor terciário e por um parque industrial informatizado.

Para Bell apud De Masi (2000), os fatores que confirmam a passagem da sociedade industrial para a pós-industrial são:

- A passagem da produção de bens à produção de serviços;
- A crescente importância da classe de profissionais liberais e técnicos em relação à classe operária;
- O papel central do saber teórico; e
- A gestão do desenvolvimento técnico, a tecnologia tornou-se muito poderosa para ser administrada por indivíduos isolados;

São novas formações econômicas que, aliadas a tecnologias emergentes, produziram outros estilos de vida. Estes movimentos sociais tornaram-se eixos predominantes, ganhando sempre mais espaço nos meios de comunicação, nos negócios, no interesse e no cotidiano das pessoas, tornando-se parâmetros de investimentos.

Para Rodrigues (1997), a evolução atual da sociedade mostra que o tempo livre, deixa de ser um tempo privado do indivíduo, para tornar-se criador de novas relações sociais, quem sabe uma nova mercadoria? “O tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e que se compra”.

De acordo com Krippendorf (1989), sob a forma de um programa de contrastes em relação ao mundo industrial, o tempo livre também se tornou uma indústria. Mas, neste caso, mobilizou a economia do setor primário e secundário presentes na sociedade industrial para o terciário, na forma de prestação de serviços. As especificidades que envolvem a produção e a distribuição de serviços e produtos de natureza turística, remetem os estudiosos na busca de elementos analíticos da

cadeia produtiva, na medida em que incorpora segmentos dos setores primários, secundários e terciários da economia, de forma simultânea.

Segundo Lemos (1996), é equivocado definir o turismo como indústria, pois esta é representada por atividades produtivas que transformam a matéria prima no sentido de fabricar mercadorias. O turismo gera atividades indiretas que atingem os mais variados setores da economia, desde a indústria até a agricultura, no entanto estão localizadas no setor terciário. O que não é nenhum demérito, pois Naisbitt apud Lemos (1996), afirma que sob a ótica da economia, as sociedades mais avançadas são as de serviço, pois desempenham atividades intelectuais, flexíveis, criativas e empreendedoras.

A atividade turística possui esta questão contraditória, ao mesmo tempo em que não é indústria, age em um modelo industrial massificado, o que acaba destruindo suas bases de sustentação.

No pensamento de Moretto apud Trigo (2001):

“Na sociedade pós-industrial, a atividade turística, sob a ótica do produtor de bens ou do prestador de serviços, reproduz a lógica imanente ao modelo industrial, conferindo ao ‘antigo’ a conotação de ‘novo’, através de roupagem nova, visto que o objetivo central continua sendo a produção de economias e escalas, ou seja, quanto mais, melhor”.

De Masi (2000), sugere que se deve aprender a viver a plenitude da vida pós-industrial, feita não só de trabalho cansativo, mas de ócio inteligente. Ou seja, exercer a autonomia em sua plenitude, inclusive nesta dimensão esquecida pela sociedade industrial que é a do ócio. Estudos de Rodrigues (1997), defendem a necessidade de entender e conceituar ócio e lazer. Afirma que ócio é não fazer nada enquanto lazer supõe o consumo do tempo com alguma atividade. Se a sociedade capitalista cria a necessidade do consumo do tempo livre o ócio foi gradativamente expropriado dela.

Paiva (1995), mistura estes dois conceitos ao dizer que lazer é o tempo que dispomos para fazer qualquer coisa que nos agrada, até mesmo não fazer nada.

Dumazedier apud Paiva (1995), cita três funções do lazer: o descanso, que libera da fadiga; a diversão, que libera o aborrecimento e o desenvolvimento da personalidade, que libera os limites que impõe o meio social, o ambiente cultural e a especialização técnica.

O turismo é a forma mais completa de lazer, pois reúne as características essenciais destas três funções sendo que, a viagem descansa e diverte e ao mesmo tempo contribui para o desenvolvimento pessoal, por meio da interação entre pessoas de ambientes e realidades diferentes.

Mas para Lemos (1996), é imprudente associar turismo diretamente com lazer, pois a necessidade da demanda turística tende a segmentação e é revelada por diversos outros mercados, através dos quais o lazer é um dentre os vários segmentos que integra.

De acordo com Dumazedier (1994), existem três períodos após o trabalho para desfrutar o tempo livre, as noites, os fins de semana e as férias. As férias são as que trazem mudanças mais profundas e o maior corte do ritmo anual das atividades cotidianas, sendo a viagem a maior aventura do ano. Castelli (1990), considera importantes os fins de semana e as férias, quando é possível efetuar deslocamentos, o que caracteriza o ato turístico.

De Masi (2000), através de dados estatísticos dos Estados Unidos revela que as 170.000 horas de um adulto médio dedicadas ao tempo livre, superam as 80.000 que ele dedica ao trabalho. Para o autor até a república americana, sem se dar conta, está fundada no ócio e na economia do ócio.

A economia do tempo livre tornou-se emergente e movimentada no mundo toda a terceira maior fonte de divisas, gerando 6% do PNB global, perdendo apenas para a indústria de armamento e de petróleo (RODRIGUES, 1997).

Segundo Naisbitt (1994), para muitos países o turismo é a maior fonte de renda e o setor mais forte no financiamento da economia global.

Dados oficiais da World Travel and Tourism Council – WTTC e World Tourism Organization – OMT, do ano de 1999, apresentam um deslocamento mundial pela atividade turística de US\$ 656,9 milhões, com um faturamento de US\$ 4,5 trilhões, US\$ 455,5 bilhões de ingressos de divisas e US\$ 792,4 bilhões de impostos (isto significa aproximadamente 11% do PIB mundial) e gera 192 milhões de empregos. É reconhecidamente a indústria que mais emprega no mundo.

No Brasil, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, no ano de 1998 diagnosticou um movimento de 38,2 milhões de turistas domésticos, gerando US\$ 13,2 bilhões de receitas diretas com o turismo interno e US\$ 31,9 bilhões de renda. Enquanto dados oficiais do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) de 1999 apresentam 5,1 milhões de turistas estrangeiros e um ingresso de divisas de

US\$ 3,9 bilhões. Segundo o Presidente da EMBRATUR, “em matéria de divisas o turismo só perde para a soja”.

Tudo isto leva Rodrigues (1997), a concluir que o turismo “transformou-se numa atividade econômica importante do mundo contemporâneo, recebendo cada vez mais atenção e seriedade no seu tratamento científico e técnico”. Inclusive desmistificou o estudo do turismo, até então considerado frívolo e elitista.

Krippendorf (1989), salienta que os hábitos do homem frente ao lazer móvel, não diferem de um país para outro e que a motivação de viagem mais difundida atualmente é o desejo de fuga das realidades cotidianas, ou seja, a quebra das rotinas, particularmente as vivenciadas nos espaços urbanos.

O turista busca no espaço, imagens e ícones diferentes do seu cotidiano e, de acordo com Naisbitt (1994), no paradoxo global, a indústria é impelida pelas decisões individuais, de modo que “quanto maior e mais competitivo se torna o turismo, mais autêntico para os turistas tornaremos nossas culturas”.

Segundo Urry (1996:18):

“O olhar do turista é direcionado para aspectos da paisagem do campo e da cidade que os separam da experiência de todos os dias. Tais aspectos são encarados porque, de certo modo, são considerados como algo que se situa fora daquilo que nos é habitual. O direcionamento do olhar do turista implica freqüentemente diferentes formas de padrões sociais, com uma sensibilidade voltada para os elementos visuais da paisagem do campo e da cidade, muito maior do que aquela que é encontrada normalmente na vida cotidiana”.

Rodrigues (1997), acredita que o século XXI terá um novo mapa de fluxos do turismo, através do qual o acesso ao conhecimento é relevante para atração de capitais, influenciando de maneira decisiva à adoção de novas necessidades, alterando-se os hábitos de consumo, principalmente a busca da natureza, hoje tão influenciada pela mídia.

Levando assim a um consumo produtivo do espaço, por meio da interação, do respeito à natureza, do aprendizado e da preservação, observa Rodrigues (1997:18):

“Essa filosofia vai desembocar de forma quase direta na supremacia do indivíduo, no culto à saúde física e espiritual, no direito ao ócio e ao lazer, na condenação do consumo material supérfluo, na desvinculação dos efeitos de demonstração de status social, que representaram até então uma das maiores motivações para as viagens turísticas”.

Igualmente importante neste novo desenho do fluxo turístico são os padrões demográficos e sociais emergentes, que permitem maiores recursos financeiros e tempo para viajar como casamentos e paternidade tardios, redução do tamanho médio das famílias, pessoas que começam a trabalhar mais cedo e conseqüentemente terão uma aposentadoria precoce, progressos da medicina em favor da saúde e longevidade, mulheres executivas viajando desacompanhadas vão compor um mercado chave do turismo nas próximas décadas (RODRIGUES, 1997).

Para Ruschmann (1999), há fatores não relacionados diretamente com o turismo, mas que determinam seus fluxos: variações demográficas e sociais, evolução econômica e social, oscilações políticas e de legislação, progresso tecnológico, evolução comercial, infra-estrutura de transportes e segurança nas viagens.

Segundo Enzensberger apud De Masi (2000: 313), seis coisas serão escassas em um futuro próximo: o tempo, a autonomia, o espaço, a tranqüilidade, o silêncio e o ambiente ecologicamente saudável. São para o autor dimensões da vida, cuja disponibilidade depende mais da sensibilidade, da formação e da cultura do que do dinheiro.

Assim existem tendências, mas não certezas, pois as previsões indicam oportunidades e muitos desafios. Certamente algumas áreas cresceram enquanto outras entraram em declínio, mas a expansão será qualitativa e tudo indica que os espaços mais procurados serão os ambientalmente limpos.

A exemplo de outras atividades produtivas, o turismo também produz impactos em seu entorno, pois ele é o resultado de inúmeras atividades e a sua “sustentabilidade precisa ser criada através da re-educação e da re-elaboração de todas as etapas, diretas e indiretas, da cadeia de produção turística” (LEMOS, 1996).

2.1.2 Impactos do Turismo

Na sociedade moderna é impossível limitar uma definição de turismo. Sabe –se que é um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos, pois movimenta no âmbito mundial um enorme volume de pessoas e capital, gerando a

produção de bens e serviços para o homem, no intuito de satisfazer suas necessidades secundárias. O turismo atual é uma grande indústria através do qual a riqueza gerada não tem mais limites, as fronteiras geográficas não mais existem, nem o tempo importa mais.

Como é uma atividade crescente em todo o mundo, este crescimento baseado na lógica quantitativa resulta na desordem do espaço e nas relações de produção que se fazem presentes no mesmo, provocando danos ao meio ambiente e às populações nativas.

Segundo Lage (1999), todo processo de produção gera impactos no meio e, apesar de toda a grandiosidade que a atividade turística propicia, ela apresenta efeitos econômicos, sociais, culturais e ambientais múltiplos. Portanto, seus resultados não serão equivalentes em todas as partes e para todas as pessoas envolvidas.

Ruschmann (1999), considera que os impactos podem não serem relevantes em alguns casos, mas em outros “comprometem as condições de vida ou a atratividade das localidades turísticas”.

Para que o turismo proporcione efeitos favoráveis nas localidades implantadas, exige não só a conscientização dos usuários, mas também uma planificação adequada dos governos, das empresas e das comunidades envolvidas. Esta planificação deve estar associada à visão de sustentabilidade dos projetos e ações turísticas, fundamentais para o sucesso e a minimização dos impactos. O que não é tarefa fácil pois prover oportunidade e acesso ao maior número de pessoas possíveis, contrapõe-se à tarefa de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades (RUSCHMANN, 1999).

O conceito de turismo sustentável surgiu na Declaração de Manila sobre o turismo mundial:

“La satisfacción de las necesidades turísticas no debe constituir una amenaza para los intereses sociales y económicos de las poblaciones de las regiones turísticas, para el medio ambiente, especialmente para los recursos naturales, atracción esencial del turismo, ni para los lugares históricos y culturales”.

Os impactos positivos ou negativos, de ordem econômica, espacial, cultural e social e, portanto, ambientais podem apresentar-se em diferentes intensidades, de acordo com o porte da ação e da intervenção no meio.

2.1.2.1 Impacto Econômico

Com tantas evidências apontando o turismo como grande gerador de riquezas e empregos, envolvendo as mais diferentes profissões num mundo de recursos naturais escassos e com alta taxa de desemprego, é natural que muitos países, principalmente aqueles em desenvolvimento, o vejam como fonte de divisas prioritárias no direcionamento dos investimentos e na saída econômica nacional.

O Manual de Municipalização do Turismo traz a visão dos impactos sociais, culturais e econômicos freqüentemente interligados. Em uma definição simples, os impactos econômicos são os que influenciam o nível econômico da sociedade.

Ruschmann (1999), aponta que os efeitos econômicos gerados pelas atividades turísticas em uma localidade são relativamente mais fáceis de medir que os naturais e os socioculturais e a primeira avaliação parte com a determinação do estágio de desenvolvimento da área em estudo.

Os principais efeitos positivos econômicos do turismo, segundo Mathieson e Wall (1983) apud Soldateli (1999) são: a geração de divisas; a geração de empregos; a geração de renda; a geração de impostos; a melhoria da estrutura econômica e o incentivo à atividade empreendedora.

Mathieson e Wall (1988) apud Ruschmann (1999), relacionam os seguintes fatores para proporcionar efeitos econômicos positivos:

- A natureza dos equipamentos e dos recursos e sua atratividade para os turistas;
- O volume e a intensidade dos gastos dos turistas nas imediações;
- O nível do desenvolvimento econômico da destinação;
- A base econômica da destinação;
- O grau de distribuição e de circulação das despesas realizadas pelos turistas na destinação;
- O grau de adaptação do local a sazonalidade da demanda turística.

Apesar do otimismo com que se aborda os aspectos econômicos positivos, os custos da atividade não podem ser desconsiderados:

- Necessidade de importação de produtos para atender desejos e necessidades dos turistas, provoca evasão de divisas;
- Dependência excessiva do turismo pode provocar declínio de outras atividades econômicas;
- Inflação e especulação imobiliária. Não somente o preço é a questão, mas a nacionalidade de quem as adquire, pois a transferência da propriedade da terra para os não nacionais pode afetar severamente as opções de desenvolvimento futuro (Lage e Milone, 1999);
- A sazonalidade da atividade que pode determinar a ausência de turistas em uma parte do ano, compromete a rentabilidade da atividade e pode ocasionar desempregos nesta época.

Estes fatores não impedem que as projeções mundiais indiquem o desenvolvimento do turismo favorável, o que o transformará na maior atividade econômica do planeta.

2.1.2.2 Impacto Sócio – Cultural

Para a maioria dos autores é difícil estabelecer uma distinção clara entre impacto social e cultural nas comunidades receptoras. “Entretanto é evidente que o turismo tem um grande número de custos sociais e culturais em potencial. Enquanto pode ajudar, reconhecer e promover culturas distintas pode também alterar ou distorcer padrões culturais no processo de crescimento” (LAGE e MILONE, 1999).

De acordo com Ruchmann (1999), ainda não se pesquisou o interesse dos turistas na integração sócio cultural com os moradores do local visitado, a experiência demonstra que o contato com seus costumes e hábitos é periférico e externa-se na compra de objetos típicos como *souvenirs*.

Também não se leva em consideração o que deve sentir a população ao ser observada e questionada nos seus assuntos mais íntimos. Os visitantes nem sequer imaginam o quanto podem transtornar o equilíbrio emocional, religioso, cultural,

econômico e ecológico das regiões visitadas e de suas populações (KRIPPENDORF, 1989).

A percepção do turismo pelos residentes, altera-se ao longo do tempo. No início ele é bem visto pela comunidade receptora por causa da promessa de benefícios econômicos, mas este entusiasmo pode desaparecer quando o número de turistas aumenta.

Muitas tentativas têm sido feitas para definir a seqüência e o tempo em que os valores sociais se modificam. Jan Van Harssel apud Lage e Milone (1999), cita o nível de irritação, resultante do contato entre turista e receptor, em quatro fases: euforia, apatia, aborrecimento e antagonismo.

Os impactos culturais são aqueles que trazem conseqüência para as tradições e manifestações culturais específicas. A cultura de um povo é um das mais importantes motivações das viagens turísticas, mas o desejo de conhecer o modo de vida de outros povos, nem sempre vem acompanhado do devido respeito.

Os impactos desfavoráveis ocorrem com mais intensidade nos turismos de massa e podem comprometer a autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais.

Ruchmann (1999), cita:

- Descaracterização do artesanato – produção voltada para o turista, descaracterizando a função utilitária dos objetos para transformá-los em itens de decoração;
- Limitação de atividades tradicionais que utilizam recursos naturais de maneira artesanal, como a pesca;
- Comercialização das manifestações tradicionais - As cerimônias tradicionais, os festivais e os costumes são apresentados como shows, com a possibilidade da perda da identidade do sentido real das festividades pela população nativa;
- Destruição do patrimônio histórico – O acesso de turistas em massa pode comprometer as estruturas de bens históricos, tanto pela circulação excessiva de pessoas como também pelas ações de vandalismo, e
- Ocorrência do uso indiscriminado do álcool e de drogas e o favorecimento da prostituição.

De outro lado também ocorre impactos favoráveis:

- Valorização do artesanato – O interesse dos turistas pode revitalizar técnicas de artesanatos quase extintos, como a cerâmica marajoara e artigos de palhas e vimes em regiões brasileiras;
- Valorização da herança cultural - manifestada no teatro, música, danças e até na gastronomia;
- Orgulho étnico – Canções, danças e músicas folclóricas passam a ser executadas, deixando de caracterizar sinal de ignorância e condição social inferior e
- Valorização e preservação do patrimônio histórico – que passam a receber atenção do governo ou instituições privadas para restauração e conservação.

2.1.2.3 Impacto Ambiental

Embora existam vários conceitos de impacto ambiental e que eles são referenciais para melhor compreensão do assunto, trazemos aqui aquele referendado pela Resolução n. 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), de 21 de Janeiro de 1986:

“É qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais”.

O contato com a natureza é uma das maiores motivações das viagens de lazer, mas o turismo e o meio ambiente não têm se caracterizado por um relacionamento harmonioso, na medida em que reproduzem a lógica capitalista nas relações de produção e consumo, ou seja, prevalece o princípio da externalidade, seja por parte do produtor ou do consumidor, os quais buscam respectivamente, economia de escala ou acumulação de vantagens.

Nas palavras de Ruschmann (1999:10):

“Em quase todas as destinações turísticas tem-se constatado a falta de ‘cultura turística’ das pessoas que viajam, o que faz que se comportem de forma alienada em relação ao meio em que visitam, acreditando não terem nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é ‘sagrado’, que tem direito

ao uso daquilo pelo que pagaram e, permanecendo pouco tempo (individualmente), julgam-no insuficiente para serem responsabilizados pelas agressões ao meio ambiente”.

As alterações são visíveis, porém dificilmente mensuráveis. A população local passa a compreender sua dependência econômica com relação ao turismo e seus indivíduos não mais controlam ou são consultados sobre o destino do seu meio ambiente.

Para Lage e Milone (1999), a visão do turismo sem custos é ultrapassada e ingênua. As atividades turísticas quando realizadas de maneira desordenada, o uso inadequado dos recursos naturais podem provocar grandes desequilíbrios ambientais, mas se planejado adequadamente, protege espaços naturais importantes.

Ruschmann (1999), ressalta que qualquer mudança econômica e social, independente de sua origem, pode provocar modificações na relação do homem com o seu espaço. O vazamento de óleo de um navio no mar provoca mais danos à flora e à fauna marinha do que milhares de turistas na praia em um final de semana.

De acordo com vários autores, salientamos aqui os impactos positivos e negativos do turismo sobre o meio ambiente e as medidas atenuantes:

Impactos Ambientais Positivos:

- Criação de planos e programas de conservação e de preservação de áreas naturais, sítios arqueológicos e monumentos históricos;
- Empreendedores turísticos investem em medidas preservacionistas para manter a qualidade e atratividade dos recursos naturais e sócios culturais;
- Promoção de certos aspectos em regiões antes não valorizadas, desenvolvendo o seu conhecimento através de programas especiais (ecoturismo);
- As rendas da atividade turísticas (impostos, taxas, ingressos) financiam a implantação de equipamentos e medidas preservacionistas;
- A recuperação psicofísica dos indivíduos;
- Utilização mais sustentável dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza.

Impactos Ambientais Negativos:

- Degradação da paisagem, devido a construções inadequadas ao lugar;
- Contaminação da água, rios e mares, pelo aumento de esgotos não tratados, mau funcionamento dos sistemas de tratamento, descarga de esgotos de iates de recreio;
- Degradação da fauna e da flora local, por desmatamentos, pesca e caça predatória;
- Redução da população de animais cuja coleta se destina à alimentação dos turistas, como camarão, caranguejo, lagostas;
- Poluição do ar, provocada pelos motores, pela produção e consumo de energia;
- Aumento da geração de resíduos sólidos
- Destruição da paisagem natural, dos sítios históricos, dos monumentos e das áreas agropastoris;
- Assoreamento da costa, com a destruição de recifes, corais, mangues, restingas, dunas, onde se destacam os constantes aterros para aumentar a área urbana.

Recomendações de medidas atenuantes:

- Estabelecimento de planos diretores participativos para os municípios afetados;
- Zelo pela preservação de áreas protegidas ou ameaçadas. Elaboração e implantação de planos de manejo para as unidades de conservação;
- Planejamento da utilização sustentável da água, avaliando a quantidade das reservas disponíveis e as necessidades previstas;
- Adequação dos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos para atendimento das demandas geradas pelo turismo;
- Cumprimento da legislação ambiental;
- Economia do consumo de energia;
- Estabelecimento de programas de educação ambiental para orientação do turista e da comunidade receptora;
- Possibilidade de participação da população afetada no processo de planejamento e execução dos empreendimentos;

- Planejamento do turismo respeitando as formas de vida e as tradições da população local;
- Promoção da capacitação e o aprimoramento profissional da população local.

A principal medida preventiva aos impactos ambientais do turismo é o bom planejamento, buscando na atividade um aliado à proteção do meio ambiente, para que os projetos turísticos não sejam apenas ambientalmente danosos, mas também economicamente sustentáveis.

No conceito de turismo sustentável, Dias (1999) ressalta que “o manejo adequado, cuidadoso e respeitoso com o meio ambiente, a cultura e as formas de vida das populações locais, não diminui o valor destas áreas como lugares de descanso e lazer, ao contrário, é fator positivo para a atividade turística”.

2.2 Turismo Sustentável Como Alternativa Ao Desenvolvimento Rural (Turismo X Meio Ambiente)

2.2.1 Ambientalismo

Com a revolução industrial, as técnicas de produção implantadas e o consumo predatório provocaram um grande impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente. Acredita-se que a interferência humana no equilíbrio da natureza, provavelmente tem sua origem na Idade dos Metais, na Era Paleolítica, mas “os abusos, num problema de escala, começaram com a Revolução Industrial, no séc. XVIII, acentuando-se nos séculos XIX e particularmente no XX, devendo-se considerar o aumento populacional e o conseqüente consumo desenfreado de bens básicos e supérfluos como fatores complicadores”.(PELLEGRINI FILHO, 1993).

“Quando passou a vigorar a concepção dicotômica de mundo, proposta por René Descartes no século XVII, a relação sociedade-natureza mudou de forma radical. Essa concepção forneceu os pressupostos teóricos que embasaram todo o paradigma científico formado desde então e ainda vigente no mundo ocidental. Não significou apenas separação, ou seja, mera exclusão da natureza do meio social. Ela pressupôs, antes de tudo, uma dominação do homem sobre a natureza”. (SERRÃO, s.d.).

Para Serrão [s.d.], esta visão dicotômica permitiu ao homem ver a natureza como insumo de produção e os recursos naturais passaram a ser considerados infinitos, acreditando que a natureza seria capaz de assimilar indefinidamente os resíduos produzidos pelo mundo industrial moderno, consolidando uma nova cultura com novos modos de vida e de produção.

Este paradigma mecanicista dominou o mundo nos últimos dois séculos e o homem começou a quebrá-lo quando se deu conta que o mundo deve ser entendido como um todo e não em elementos separados, de como tudo está interligado à vida como um padrão de probabilidade de conexões, sistemas vivos interdependentes em uma teia inseparável de relações (CAPRA, 1982).

Essa Teoria Geral dos Sistemas, concebida por Bertalanffy apud Capra (1996:53), leva a compreender que os problemas atuais não podem ser entendidos isoladamente, são interdependentes. A superpopulação não pode ser tratada com contraceptivos isolados, mas com ganhos econômicos e sociais. Problemas vistos como fragmentos de uma só crise, a crise de percepção, através dos quais os valores éticos e sociais estão misturados aos econômicos. Se tudo está interligado o homem, na busca excessiva do crescimento cumulativo, está afetando toda esta cadeia de sustentabilidade. Os limites impostos pela natureza, pelos novos estilos de vida, exigem mudanças. O ser humano precisa satisfazer suas necessidades sem diminuir as possibilidades das próximas gerações.

Isto é visível para Capra (1996:25), ao definir ecologia profunda:

“A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de ‘uso’, à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida”.

Segundo Capra (1982), as soluções são simples, mas requerem mudanças na nossa percepção da realidade, pois o mundo muda mais rápido que a percepção das pessoas. Esse é o ponto de mutação, a percepção que pode levar à mudança de paradigma de um mundo mecanicista para o ecológico.

Esta percepção da relação do estilo de crescimento econômico com a deterioração ambiental começou a sair do meio científico e ganhar adeptos em

outros segmentos sociais em 1954 com o prêmio Nobel da Paz, Albert Schweitzer, ao popularizar a ética ambiental. Mais tarde, com a publicação do livro *Silent Springs* (Primavera Silenciosa), de Rachel Carson, em 1962, denuncia o uso e os efeitos dos produtos químicos sobre os recursos ambientais. Este livro deflagrou o movimento ambiental:

“Numa Idade em que o homem se esqueceu de suas origens, e se mostra cego até mesmo para com suas necessidades essenciais à sobrevivência, a água juntamente com outros recursos, foi reduzida à condição de vítima de sua indiferença”. (CARSON, 1962:49).

Em 1968, foi fundado o Clube de Roma, composto de pesquisadores, industriais, cientistas; que em 1972 publicou o relatório *The Limits of Growth* (Limites do Crescimento), denunciando que o crescente consumo mundial ocasionaria um limite de crescimento e um possível colapso.

Esta tomada de consciência a respeito da degradação ambiental levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a convocar em 1972 (05-16/06), a Reunião de Estocolmo (Suécia), a ECO-72, momento em que a humanidade discutiu a necessidade de implantar estratégias ambientais para promover um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, em outras palavras, o ecodesenvolvimento de Sachs (1986): “uma abordagem que postula a busca de estratégias para o melhor uso possível dos recursos específicos de cada ecossistema, visando à satisfação, através de uma grande variedade de meios e tecnologias apropriadas, das necessidades das populações interessadas”.

O diferencial do pensamento do ecodesenvolvimento reside na lógica em que cada povo deve buscar o seu desenvolvimento em harmonia com a natureza integrada à dimensão sistêmica do planeta terra.

No ano de 1979, em Liubliana (03-08/12) o Simpósio das Nações Unidas sobre Inter-relações de Recursos, meio ambiente, população e desenvolvimento, identifica a questão dos problemas de consumo e estilos de vida como um dos grandes conflitos mundiais, dando ênfase aos padrões alternativos de consumo e desenvolvimento menos dispendiosos, ambientalmente equilibrados e socialmente responsáveis:

“Três aspectos de crescente conflito estão envolvidos. O primeiro é a estrutura global de relações entre os recursos e os seres humanos, em que uma minoria de países voltados para um pródigo estilo de vida, se apoderou de grande parte dos recursos mundiais. O segundo é a expansão do

mesmo estilo de vida aos estratos dominantes do Terceiro Mundo, o que tem acentuado divisões dentro das sociedades que o compõe e entre elas. O terceiro aspecto é a consequência dos dois primeiros e toma a forma de um crescente conflito sobre o acesso, a distribuição e o controle do mundo industrializado e das classes privilegiadas dos países em desenvolvimento”. (SACHS, 1986:131).

Paralelamente ocorreram desastres ambientais de grandes proporções como:

- Seveso – Itália (1976) – Desastre industrial com a dioxina (agente laranja);
- Bhopal – Índia (1984) - Acidente causado pela “Union Carbide” (fábrica de pesticidas), com o vazamento de gás metil isocianeto, matando mais de duas mil pessoas;
 - Chernobil – Ucrânia (1986) – Explosão do reator nuclear, causando 29 mortes no momento da explosão e 135.000 casos de câncer com posteriores 35.000 mortes. Espalhou radiação por toda a Europa;
 - Basiléia – Suíça (1986) – Incêndio e derramamento de 30 toneladas de pesticidas, solventes e mercúrio no Rio Reno, tendo como saldo 193 km de rio completamente morto, causando a morte de aproximadamente 500.000 peixes e ameaçando o abastecimento de água potável na República Federal da Alemanha e na Holanda;
 - Valdez – Alasca (1989) – Vazamento de 35 milhões de óleo no mar do petroleiro Exxon Valdez, condenando 23.000 aves migratórias, 730 lontras e 50 aves de rapina.

De acordo com Callenbach (1993), estes acontecimentos provocaram um dramático crescimento da conscientização ambiental na Europa, seguido pelos Estados Unidos depois do vazamento de petróleo do Valdez.

No Brasil, em 1987, na cidade de Goiânia, tivemos pessoas expostas à radiação do Césio 132, proveniente de um aparelho de raios-X abandonado e exposto em um lixão comum e mais recentemente vazamentos de petróleo na Baía de Guanabara e no Rio Iguaçu.

Com a publicação do livro *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), em 1987, resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que reuniu 21 países e levou três anos de pesquisa, caracterizou o mais importante marco do ambientalismo mundial.

Este livro também é conhecido como Relatório Brundtland, por ter sido esta comissão presidida pela primeira ministra da Noruega Grã Harlem Brundtland. A

comissão reuniu-se em 1983 com um apelo da Organização das Nações Unidas (ONU): uma agenda global para mudança. Suas atribuições eram: reexaminar as questões críticas de ambiente e desenvolvimento; formular propostas reais; propor novas formas de cooperação internacional; dar a todos uma compreensão maior dos problemas, incentivando-os a mudar.

Este relatório difundiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) como: “o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (Nosso Futuro Comum, 1991, p.46).

O conceito emergiu da crítica ao modelo adotado pelos países desenvolvidos, por ser insustentável e impossível de ser copiado pelos países em desenvolvimento, sob pena de esgotar seus recursos naturais. Assim, o Relatório Brundtland procurou formular os princípios do desenvolvimento sustentável, recomendando os principais objetivos de políticas derivadas do conceito de desenvolvimento sustentável. Afinal, mais que um conceito é um processo de mudança, em que a exploração de recursos, a orientação de investimentos e os rumos do desenvolvimento ambiental, devem levar em conta as necessidades das gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável e as recomendações da Comissão Brundtland foram aceitos pelas entidades da ONU, entre elas o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

Em 1992 foram aprovados pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro e conhecida como Eco 92 ou Rio 92 e incorporados a Agenda 21 (Agenda de Compromissos para Ações Futuras), consagrando as linhas mestras do Relatório Brundtland.

Mas apesar de todos os esforços de conscientização global, percebe –se que os problemas ambientais ligam-se a fatores econômicos, sociais e políticos. Isto explica o fracasso da 4ª Conferência das Partes da Convenção do Clima, realizada em Buenos Aires em 1998, dando seqüência à do Rio em 1992, Berlim em 1995 e Kyoto em 1997. Este encontro, cujo objetivo foi efetuar um balanço da implementação de regras para execução de um “Desenvolvimento Limpo” (protocoladas em Kyoto em 1997), estabeleceu uma redução global de 5,2% das emissões de gases de efeito estufa, entre os anos de 2008 e 2012, em comparação aos níveis de 1990.

Este plano esteve ameaçado pelo abandono dos Estados Unidos, um dos países responsáveis por grande parte das emissões dos gases de efeito estufa e, cuja administração Bush, não participa do protocolo. Em 23 de julho de 2001, 181 países reunidos na Cúpula sobre clima de Bonn (Alemanha), conseguiram resgatar o Protocolo de Kyoto, assinando o acordo, mesmo sem a presença dos Estados Unidos.

Em fevereiro de 2002 o governo Bush anuncia, para desgosto dos ambientalistas, que o país vai baixar 4,5% da emissão de gases em 10 anos contra os 33% solicitados.

Decorridos mais de três décadas em que o tema ambiental passou a fazer parte da agenda de governos e povos desenvolvidos ou não, conforme expresso nos parágrafos anteriores, o grau de compromisso dos atores sociais para a construção da harmonia do universo, ainda se mantém muito aquém das propostas firmadas. Erro de percepção ou reforço do imperialismo, a sistematização das conseqüências decorrente deste processo permite constatar que a questão ambiental ainda é periférica na agenda dos povos.

O pensamento utilitarista aliado à acumulação primitiva de capitais desconsidera os limites do meio decorrentes da não sincronia entre os tempos históricos, cada vez mais abreviados e os biológicos e que se mantém imutáveis.

Segundo Capra (1996), só uma real mudança de percepção gerará as transformações necessárias, pois a mudança de paradigma requer uma expansão não apenas de nossas percepções e maneiras de pensar, mas também de nossos valores.

O pensamento ambientalista passou por uma grande transformação na segunda metade do século XX, levando o homem a uma crise de percepção e a uma mudança de paradigma de uma visão mecanicista, que comprometeu o equilíbrio dos ecossistemas e a manutenção da diversidade biológica para uma visão ecológica.

2.2.2 Desenvolvimento Sustentável

Segundo Strong apud Sachs (1993), o mundo não será o mesmo após o grande Encontro da Terra (ECO-92), foi um momento decisivo na busca de uma nova ordem internacional, baseada no desenvolvimento eqüitativo e na segurança ambiental, o início de um processo para estabelecer as bases de transição para o desenvolvimento sustentável. “O desenvolvimento e o meio ambiente estão indissoluvelmente vinculados e devem ser tratados mediante a mudança do conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento. Três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: eqüidade social, prudência ecológica e eficiência econômica”.

No mundo economicamente desenvolvido o meio ambiente foi considerado, durante muito tempo, como um espaço provedor de matérias-primas ao processo produtivo e destinação dos resíduos, reforçando o caráter da externalidade presente ao modelo.

A construção do desenvolvimento sustentável como paradigma societário e desafio a todos os povos, só será alcançado com a mobilização e motivação da sociedade, definindo um sistema alternativo de vida, com padrões de comportamento, de produção e de consumo que atendam às necessidades básicas de cada indivíduo e às prioridades coletivas determinadas através de processo democrático (BARROS, 1999).

Sachs (1993), considera o termo desenvolvimento sustentável como uma atualização do ecodesenvolvimento usado desde a década de setenta. Considera também que para se planejar desenvolvimento deve-se considerar simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Sustentabilidade Social: civilização com maior eqüidade na distribuição de renda e de bens, reduzindo o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

Sustentabilidade Econômica: deve se tornar possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e do fluxo constante de investimentos públicos e privados.

Sustentabilidade Ecológica: ampliar a capacidade dos recursos da Terra; limitar o consumo de combustíveis fósseis; reduzir o volume de resíduos e poluição;

autolimitação do consumo material pelos países ricos; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; definir normas para uma adequada proteção ambiental.

Sustentabilidade Espacial: voltada para uma configuração rural – urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas.

Sustentabilidade Cultural: incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para a cultura, o local e o ecossistema.

O autor destaca ainda que ocorre a materialização do ecodesenvolvimento quando as tecnologias incorporadas, o trabalho alocado e os recursos derivados do processo são provenientes do meio e reinvestidos em benefício dos atores sociais envolvidos de maneira direta. Destaca ainda que a produção deverá estar centrada na geração de bens e serviços essenciais à vida, negando o caráter acumulativo do modo de produção capitalista.

O grande desafio é buscar o desenvolvimento sustentável na prática. De acordo com Barbieri (1996), a ordem econômica internacional vigente é desnivelada e injusta, sendo uma das principais causas da deteriorização ambiental e humana. Os países desenvolvidos são responsáveis por 70% dos três gases responsáveis pelo aquecimento global: dióxido de carbono, clorofluorcarbono e metano. Consomem ainda 70% da energia mundial, 75% dos metais, 85% da madeira e 60% dos alimentos (BARBIERI, 1996).

Anualmente aumenta o consumo mundial, o lixo, a exploração de recursos naturais e a pobreza. Se os países em desenvolvimento exercerem seu direito de crescer e aumentar os padrões de consumo, a geração de resíduos aumentará drasticamente. Cabe à sociedade a adoção de técnicas de gerenciamento ambiental, como o reaproveitamento de resíduos, a busca de tecnologias limpas que evitem os desperdícios e, principalmente, a revisão do paradigma vigente nas relações de produção e consumo.

A variável ambiental não pode ser mais ignorada, é também uma exigência de mercado, limitando às exportações, principalmente para a Comunidade Européia. Os empresários estão despertando para o óbvio, é mais barato deixar de gerar poluentes do que tratar os resíduos.

Csordas (1998), considera que esta atitude empresarial não é motivada por filantropia, nem medo de multas por agressão ao ambiente, mas por estarem descobrindo que produção limpa é a melhor maneira de não jogar dinheiro fora.

Mesmo porque com a vigência da Lei de Crimes Ambientais n. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 que prevê além de multas pena de detenção, ainda não há fiscalização suficiente.

“O Poder Público e a sociedade podem administrar os recursos ambientais com a adoção de instrumentos que propiciem a proteção, a preservação, a conservação, o controle, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental, e assegurar as condições propícias para que se alcance o desenvolvimento sustentável” (MALHEIROS, 1996: 6).

No Brasil os instrumentos da política, do planejamento e da gestão ambiental pública estão regulamentados pela legislação ambiental, inclusive o tema meio ambiente foi inserido na Constituição Federal de 1988, pela primeira vez na história constitucional.

A implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) privado é uma forma que as empresas estão buscando para identificar oportunidades na conquista de mercado e lucratividade, fazendo do seu desempenho ambiental, um fator diferencial.

O SGA conforme a série de normas ISO 14.000 fundamenta-se na adoção de ações preventivas a ocorrências que degradam o meio ambiente e são aplicadas a qualquer atividade econômica. Cinco etapas compõem sua implementação: estabelecimento de uma política ambiental, planejamento, implementação e operacionalização, avaliação periódica e revisão no gerenciamento.

Winter apud Callenbach (1993), cita seis razões pela qual todo administrador responsável deve administrar com consciência ecológica: sobrevivência humana, consenso público, oportunidades de mercado, redução de riscos, redução de custos e integridade pessoal.

O desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolavelmente vinculados. As discussões sobre as questões ambientais trouxeram os ideais de um desenvolvimento sustentável, provocando alterações na evolução do pensamento das organizações.

Para se conquistar estes ideais é preciso uma mudança nos padrões de produção e consumo vigentes. Nesta mudança de paradigma a parceria é

fundamental. Parceria entre o Estado, responsável pelo conjunto de normas que regem o setor, Organizações Não Governamentais (ONG's), responsáveis por mudanças de comportamento e educação ambiental e a sociedade como um todo, onde está a iniciativa privada e o mercado que exige uma postura ambiental correta.

2.2.3 Turismo e Desenvolvimento Local

A atividade turística tem sido objeto recente de estudos e pesquisas sistematizadas, sendo crescente o número de publicações a este respeito. O turismo hoje é visto como a saída econômica de muitos municípios sendo, inclusive, fator de incentivo às atividades não agrícolas em áreas rurais marginalizadas. Esta política de incentivo vem aliada ao processo de retorno ao campo em busca de uma vida mais livre e sem exposição à contaminação de produtos químicos e aos ruídos e distúrbios presentes nos espaços urbanos. Afinal na sociedade contemporânea, a habitabilidade é um valor importante à eleição dos espaços para a fixação dos homens e tem sido fator indutor a este fluxo migratório, que de acordo com RAMON (1995), é denominado de neo-ruralismo.

O turismo rural como programa, está em fase de implantação pela EMBRATUR, devendo regulamentar as atividades do segmento que tem como foco de atratividade a relação do homem com o meio rural. Este tipo de lazer tem como característica viagens de fim de semana, em que o turista viaja mais vezes e permanece menor espaço de tempo no local.

A mudança cambial no Brasil favoreceu o turismo interno. A mudança de cenário, com a crise urbana e o conseqüente aumento da violência, do stress e do desemprego, ocasionou uma retomada ao espaço rural, que passa a ter como referência o não urbano.

O mundo rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola, com novas atividades econômicas emergindo deste espaço, com um agricultor pluriativo que combina a atividade agrícola com a não agrícola para complementar a renda familiar e gerar ocupação para membros familiares.

Segundo Mattei (1999), a decisão sobre o que produzir e como produzir deixou de ser uma tarefa específica do agricultor:

“As transformações estruturais das últimas décadas geraram uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no meio rural brasileiro, a qual alterou fundamentalmente a estrutura e a composição do trabalho rural. A expansão do padrão Fordista de produção à agricultura conduziu a um processo crescente de integração aos demais setores da economia, fazendo com que o ritmo e a dinâmica de produção estejam cada vez mais subordinados aos movimentos gerais da economia do país”.

Para Elesbão (2000), a Política Agrícola no Brasil nas décadas de 70 e 80, principalmente através da Política de Crédito Rural, foi direcionada a atender médios e grandes produtores, privilegiando culturas de exportação em detrimento das culturas domésticas, desamparando o pequeno agricultor familiar e pauperizando o campo. Em consequência da exclusão de grande número de agricultores houve elevado êxodo rural.

Este modelo altamente excludente, que alterou o mercado de trabalho agrícola e o poder de decisão do processo produtivo, dava aos pequenos agricultores duas alternativas: migrar para centros maiores ou complementar a renda. Com esta busca de remuneração complementar, surgiu no meio rural as atividades não agrícolas, fenômeno denominado de pluriatividade.

De acordo com SCHNEIDER (2000), na região sul do Brasil, em 1997, de um total de 2,8 milhões de pessoas com domicílio rural, 763 mil estavam ocupadas com atividades não agrícolas, com uma taxa de crescimento de 3,9% ao ano, entre 1992 e 1997. No entanto, para o mesmo período, houve uma queda de 4,1% ao ano em relação às pessoas ocupadas com atividades agrícolas.

Estas atividades não agrícolas estão criando novos postos de trabalho e trazendo uma rediscussão do novo rural. Também passaram a integrar cadeias produtivas, como agroindústrias, serviços, comunicações, com destaque para o turismo rural, como atividade indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural. (SILVA, 1997 apud SCHNEIDER, 2000).

A situação atual exige mudanças profundas, principalmente nas políticas públicas para o meio rural, já que este não pode mais ser considerado um espaço exclusivamente agrícola e considerando a importância das atividades não agrícolas ali desenvolvidas.

Esta procura pelo espaço rural, esta volta ao campo, passa pelas questões ambientais (tecnologias e seus impactos produtivos), mudanças tecnológicas (tempo livre para o ócio) e o discurso da boa saúde (como são executadas as tarefas

produtivas no meio rural). Para Ramon (1997), este fluxo migratório se dá pela busca de um local mais livre e menor grau de contaminação, possibilitando o contato mais acentuado entre as pessoas.

Assim surge o turismo rural como uma ferramenta importante na promoção do desenvolvimento local sustentável, dentro da busca de alternativas na melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Esta atividade vem ao encontro da necessidade da manutenção do homem dignamente no campo, eliminando desta forma surgimento de aglomerados urbanos, desprovidos de equipamentos e serviços que permitam a manutenção da vida segundo os critérios de habitabilidade recomendados pelo programa das Nações Unidas – IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

Segundo Guzzatti e Soldateli (2000), a diversificação das atividades nas propriedades rurais se impõe, pois o pequeno produtor sofre com a ausência de políticas agrícolas, faltas de preços justos para a produção, alto custo da produção, incerteza da safra e isolamento do meio rural.

Na Europa o turismo rural se tornou um mecanismo importante no desenvolvimento rural. Algumas propriedades contam com a mão-de-obra dos visitantes na colheita, como por exemplo, as plantações de flores para perfume na França, em que a colheita é uma atração para os turistas.

Hoje, em muitos municípios brasileiros, é possível constatar ações de fomento ao turismo rural, de forma organizada ou não. Quando não acontece de forma estruturada traz um grande risco aos produtores rurais, principalmente àqueles que abandonam a atividade primária para tornarem-se prestadores de serviço turístico, tarefa para a qual nem sempre está capacitado.

Esta busca progressiva do turismo rural como alternativa ao desenvolvimento econômico, exige o repensar acerca dos modelos e processos propostos em cursos a luz dos pressupostos do ecodesenvolvimento.

Exige também a tomada de consciência de que o desenvolvimento das zonas rurais deve ser concebido no âmbito global, integrando as dimensões econômicas, sociais e culturais e, por fim, no reconhecimento de que este desenvolvimento se apóia nas pessoas e em comunidades rurais dinâmicas.

2.3 Turismo no Espaço Rural

A EMBRATUR considera que, a origem do turismo rural, tenha vindo dos ranchos norte americanos que acolhiam caçadores e pescadores durante a temporada destes esportes (EMBRATUR, 1994).

No Brasil, as iniciativas oficiais apontam a Fazenda Pedras Brancas, em Lages – SC, como a pioneira, no ano de 1984.

Segundo Santos (1998), as atividades turísticas no espaço rural têm recebido uma infinidade de nomes. A EMBRATUR, em seu Manual Operacional de Turismo Rural (1994), conceitua o turismo rural como um turismo diferente, turismo de interior, turismo doméstico, turismo integrado, turismo endógeno, turismo alternativo, agroturismo e turismo verde. Enfim o turismo rural é amplamente definido como aquele praticado na zona rural em todas as suas formas.

Há hoje um problema ao se estudar o turismo rural, que é o das definições. Alguns autores consideram turismo rural a totalidade de movimentos turísticos desenvolvidos no meio rural e, outros, caracterizam o turismo rural àquelas empresas turísticas que tem no uso da terra a atividade econômica predominante. (SILVA, 1998).

Assim, tem surgido muita confusão terminológica sobre a atividade turística praticada no meio rural e a busca de uma conceituação mais precisa sobre ecoturismo, agroturismo, turismo verde, turismo de aventura.

A EMBRATUR conceitua hoje o turismo rural como a atividade turística que tem na relação do homem com o meio rural seu foco de atratividade: “É o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a cultura no meio rural e com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Segundo Almeida (2000), a universalização destes conceitos é fundamental desde o estabelecimento de políticas públicas até confecção de guias turísticos rurais.

Para Silva (1998), turismo no meio rural ou em áreas rurais, englobaria a totalidade dos movimentos de lazer e turismo que se desenvolvem no espaço rural, denominadas de turismo rural, turismo ecológico, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de saúde envolvendo spas rurais, centro de convenções

(treinamento de executivos), trilhas, festivais, rodeios, camping, canoagem, pesca, caça, etc.

De acordo com Schaerer (2000), para a União Europeia (EU) a porcentagem de ganho recebido pela população local é que se utiliza como critério diferenciador de uma terminologia ou de outra: turismo no espaço rural, turismo rural e agroturismo. Neste último caso quando o agricultor é o maior receptor da renda.

“Também na União Europeia se fala de turismo rural quando a cultura rural é um elemento importante na composição da oferta e, segundo a atividade específica, se fala de agroturismo, turismo verde, gastronômico, etc” (SCHAERER, 2000).

No Brasil, o termo agroturismo é usado onde a atividade turística ocorre no interior de propriedades agropecuárias produtivas. O turista muitas vezes se hospeda e participa dos trabalhos realizados na propriedade rural.

Cals et al (1995, p. 54) apud Campanhola (2000), conceitua esta atividade como: “a prestação de qualquer serviço, por motivos de férias e com preço, realizado no interior da exploração agrária, que se encontre em plena atividade agrícola, pecuária e florestal”.

O agroturismo mantém estreita relação com o ecoturismo, chegando a ser confundidos. Como por exemplo, roteiros de cavalgadas de vários dias, com paradas em fazendas para pernoite ou alimentação. Rodrigues (1998), propõe nestes casos a denominação de turismo eco-rural.

De acordo com Campanhola (2000), o ecoturismo se inclui no conceito de turismo no meio rural, sendo uma das atividades mais procuradas pelos habitantes urbanos e um dos mercados mais emergentes. Também como as outras modalidades de turismo, existem muitos conceitos. Trazemos aqui o conceito de Barros (1999): “Atividade econômica que promove conservação dos recursos naturais e valoriza econômica e financeiramente o patrimônio natural e cultural de uma região”.

Silva (1998), destaca as atividades relacionadas ao agroturismo, “como estratégias de diversificação produtiva das propriedades rurais no intuito de gerar rendas não agrícolas para fazer frente à queda da rentabilidade dos seus negócios tradicionais”, citando o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, o artesanato, sempre como atividades internas à propriedade, fazendo parte do seu cotidiano em maior ou menor intensidade.

O autor faz uma oportuna diferenciação entre o hotel - fazenda e a fazenda – hotel:

No primeiro o hotel está localizado na zona rural, como poderia estar em qualquer outro local. O estabelecimento pode oferecer serviços integrados ao local como passeios a cavalo e comidas típicas.

Na fazenda – hotel, além dos serviços integrados, oferece a oportunidade de vivenciar a rotina da fazenda, como a ordenha, a alimentação dos animais. Em alguns casos até fazendo parte em práticas agrícolas sazonais, como o preparo da terra e a colheita.

Rodrigues (2000), sugere uma sistematização e classificação para definir turismo rural, sempre considerando alguns pontos essenciais como: processo histórico da ocupação territorial; estrutura fundiária; características paisagísticas; estrutura agrária com destaque para relações de trabalho desenvolvidas; atividades econômicas atuais; características da demanda e tipos de empreendimentos.

Elementos de classificação, segundo o autor:

Turismo Rural Tradicional - Suas instalações estão ligadas à história do país.

- **Origem agrícola** - Propriedades que se constituíram como unidades de exploração agrária. Em alguns casos, as atividades agrárias foram abandonadas, os proprietários não residem no local. Neste cenário histórico, encontram-se as antigas fazendas de café paulistas, fazendas de exploração da pecuária e outras que tiveram origem na rota de tropeiros, como no caso de Lages-SC.
- **Colonização européia** - Relacionada com a imigração européia, principalmente na região sul. Muitas com atividade agrícola importante, sendo o turismo atividade complementar. Aqui encontramos, as antigas vinícolas, como Casa Valduga (RS) e Mazon (SC). Há também os projetos implantados, como o Caminho das Pedras (rota de imigração italiana no RS) e Estrada Bonita (turismo rural artesanal de origem alemã em SC).

Turismo Rural Contemporâneo

Engloba equipamentos implantados a partir dos anos 70, quando o turismo assume maior significado como atividade econômica. Vem como uma alternativa ao modelo urbano. Neste contexto estão os hotéis fazendas, as pousadas rurais, spas rurais, segundas residências campestres e campings rurais.

Rodrigues (2000), considera também a situação do lazer e do turismo urbano com cunho rural, a cultura rural colonizando o espaço urbano. Evidente nos leilões de gado, rodeios (Peão de Barretos), que é lazer para os residentes e turismo para a demanda de outros municípios.

No Brasil ainda existe uma grande confusão entre os conceitos de turismo rural, eco turismo, eco-rural, agroturismo, turismo ecológico. Para este trabalho consideraremos o conceito de Agroturismo, em que a atividade turística ocorre no interior de propriedades agropecuárias produtivas.

Para Almeida (1998), o turismo no espaço rural, na maioria dos países, ainda se constitui uma atividade exótica. Encontra-se relativamente consolidado na Europa e ensaia seus primeiros passos em países como Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, entre outros.

2.3.1 Turismo Rural Na Europa

Desde os anos 50, em numerosos países do Norte e do Centro da Europa, e certamente desde os anos 70 nos países do Sul, o turismo rural é considerado como uma estratégia com futuro, uma vez que contribui para a fixação da população, a criação de emprego e, sem dúvida, a promoção do desenvolvimento sócio econômico das zonas desfavorecidas.

De acordo com Jouen (2000), ao percorrer o meio rural europeu, se tem a impressão de uma Europa vista através de um caleidoscópio, tal a diversidade dos relevos, climas, paisagens e densidades populacionais correspondentes à variedade de atividades econômicas, produções agrícolas, problemas e oportunidades.

Recordemos que, segundo a definição estatística que caracteriza a noção de ruralidade - baseada geralmente num indicador de densidade -, a União Européia é

rural em cerca de 80% e que 44% do território europeu está coberto por terras agrícolas. Os agricultores, em ligação com os outros ativos rurais, gerenciam mais da metade do território europeu. Isto faz a ligação entre agricultura, ruralidade e território evidente, tal como as funções não-mercantis da agricultura.

Por outro lado, os campos europeus sofreram uma mutação sem precedentes nestas últimas décadas. As práticas e estruturas agrícolas modificaram-se radicalmente, o êxodo rural foi impressionante, levando até à desertificação de certas zonas.

Dada a transformação sofrida pela atividade agrícola nestas últimas décadas, assim como a evolução sócio econômica mais global da sociedade europeia, o papel da agricultura e as expectativas da sociedade em relação a esta são hoje bem diferentes. Existe presentemente uma procura crescente de bens e serviços não mercantis que a agricultura fornece a baixo custo e em complemento da sua função primária de produção de bens agrícolas.

De certa maneira, o sucesso do LEADER (Liaison entre Action de Devenloppement de l'Économie Rurale), é disso testemunho. A valorização de antigas práticas ou de produtos locais tradicionais, o sucesso do turismo verde, o interesse pelas culturas e tradições locais, etc. também o provam.

A filosofia do projeto LEADER é que o desenvolvimento rural deve partir de um desejo comum de todos os atores radicados no cenário local, conhecedores plenamente da realidade local e decididos em alcançar objetivos comuns. Fundamenta-se na promoção local do desenvolvimento das economias rurais, identificando alternativas inovadoras e eficazes com valores exemplificativos e viáveis.

O projeto LEADER I e II atuou de 1994 a 1999 diretamente em áreas com atraso de desenvolvimento, zonas rurais frágeis e zonas com baixa densidade populacional. Recentemente, o LEADER + com atuação prevista até 2006 e orçamento previsto de 200 milhões de euros, tem como um dos objetivos colocar em rede todas as zonas rurais europeias, buscando a melhoria da qualidade de vida das zonas rurais.

Nos quinze países da União Europeia (UE), 60% de sua superfície total são ocupados por espaços rurais. Nas áreas rurais menos desenvolvidas, 20 a 30% da população trabalha na agricultura, especialmente o Mezzogiorno na Itália, o Maciço

Central da França e várias regiões de Portugal, Grécia e Espanha (PRESVELOU, 1998).

A política de desenvolvimento rural aparece claramente como uma tentativa de responder aos problemas do momento e do local, mas existe uma diferença marcante na situação histórica em que se encontram os territórios rurais. Sabe-se agora que a imagem do mundo rural, em declínio lento desde a Segunda Guerra Mundial, deve ser fortemente ponderada. Esta visão é completamente falsa para metade dos países da UE, onde os campos enfrentaram transformações profundas desde há 20 anos ou menos (JOUEN, 2000).

“Nos anos 90, as zonas rurais reservaram aos europeus e aos seus dirigentes políticos uma ‘boa surpresa’, afirmando-se por vezes como espaços dinâmicos e inovadores, atraentes para os cidadãos e para as empresas. A inversão do fluxo demográfico recentemente registrada em algumas regiões rurais altera radicalmente os dados da questão. De repente, o olhar que se lança sobre os campos já não é condescendente, mas sim interrogativo. O que era visto ainda recentemente como um atraso é agora considerado como uma oportunidade”.

As políticas de desenvolvimento rural, nacionais ou regionais, privilegiam a diversificação de todas as atividades económicas e não só as agrícolas, usando instrumentos de modernização, de reparação e de proteção, aliados ao programa de iniciativa comunitária LEADER, trazendo outra faceta da Europa rural, a do turismo.

Mas, segundo Givord (2001), para que as potencialidades do mundo rural sejam plenamente exploradas e, tendo em conta a importância sócio económica e histórico-cultural da agricultura no mundo rural europeu, é essencial que se mantenha a natureza multifuncional da agricultura europeia, isto é, o fato de que além da produção de bens agrícolas e agro-alimentares, a atividade agrícola desempenhe outras funções.

A agricultura desempenha também um papel no desenvolvimento das zonas rurais, onde a atividade agrícola continua a ser uma das bases da economia local. O seu papel determinante no território e a perpetuação de certas práticas fazem com que a agricultura desempenhe um papel essencial no ordenamento do território e na preservação de bens e tradições culturais, por exemplo, a fabricação de produtos típicos.

A ligação entre agricultura e ambiente é forçosamente íntima. Aliás, é cientificamente reconhecido que na Europa rural, o trabalho da terra, desde décadas

e até desde séculos, vem produzindo eco-sistemas muito próprios e ricos, que estariam irremediavelmente ameaçados em caso de abandono da agricultura.

Assim na visão de Givord (2001):

“A agricultura contribui para a preservação, manutenção e valorização das paisagens. Por outro lado, sublinhe-se ainda o fato de os caminhos rurais, as áreas de lazer, os bosques e outros elementos da paisagem e do patrimônio rural terem uma vocação recreativa que se encontra em plena expansão. O modelo rural europeu é isto, portanto: uma herança incrivelmente rica, iniciativas de desenvolvimento local realizadas por comunidades rurais, tudo isto acompanhado por uma vontade política forte de desencravar e de desenvolver as zonas rurais, numa palavra, de dar-lhes a sua oportunidade”.

2.3.1.1 Turismo Rural na Espanha

A Espanha hoje não é mais vista como destino turístico centrado exclusivamente no seu litoral e suas maravilhosas praias, mas como o território onde está localizado mais da metade dos espaços protegidos do Velho Continente.

O Turismo Rural sem sombra de dúvidas é um segmento vitorioso, uma atividade econômica que está se impondo como modelo, com uma espantosa capacidade de dinamizar o mercado turístico.

As principais regiões da Espanha que se dedicam a esta atividade são Galícia, Cataluña, País Vasco, Andalucia, Asturias, Aragon, Madrid e Navarra.

De acordo com a EMBRATUR (1994), a Espanha conta com os tradicionais “paradores”, uma idéia que surgiu diante da falta de estabelecimentos hoteleiros que pudessem oferecer acomodações sem custos altos. Esta iniciativa teve tanto êxito, que há hoje mais de 90 estabelecimentos que formam a “Rede de Paradores de Turismo”, com capacidade superior a 10 mil camas.

O turismo rural na Espanha se caracteriza pela oferta de alojamento em casa de particulares, que compõe as chamadas “Comunidades Autônomas” (associações privadas), cujos projetos de fomento para esta atividade são acompanhadas por programas de incentivo do Estado, que visa identificar, oportunizar e desenvolver a atividade (FEUSER, 2000).

Segundo o Ministério de Comércio e Turismo espanhol, *“el país conta com numerosos lugares de interes, situado em el interior, que han sabido aprovechar la oportunidad de dedicarse al turismo rural”*.

2.3.1.2 Turismo Rural na França

A França é um dos países onde esta atividade está mais desenvolvida, pois apresenta um espaço rural preservado e autêntico, fundado no patrimônio rural extraordinariamente rico e preservado, nos recursos naturais, nas antigas práticas agrícolas, no conhecimento local e no estilo de vida próprio do meio rural. Conta ainda com políticas públicas de proteção e valorização patrimonial que são complementadas pelos auxílios da União Européia. (MAZUEL, 2000).

Com o término da 2ª Guerra Mundial, o plano Marshal de recuperação da Europa, compreendia a modernização da agricultura, a indústria bélica disponível fabricava tratores, que na França saia mais barato que cavalos. As pequenas propriedades situadas em regiões de topografia acidentada, que não permitiam mecanização, faliram por não poderem competir com a grande agricultura. Isto, aliado à demanda de mão de obra para reconstrução, acabou fechando propriedades.

Na tentativa de recuperação nasceu o turismo rural, aliado a agroindústria caseira artesanal, principalmente de queijos de cabra. Além da hospedagem, a renda vinha do consumo de produtos gerados na propriedade.

Para Laurent (1998), é uma oportunidade de desenvolvimento econômico para uns quarenta municípios rurais, onde a agricultura tende a desaparecer e também manter no campo uma população que pode encontrar no local um complemento de renda.

A Federação de Logis et Auberges, que pode ser considerada a mais antiga organização de turismo no espaço rural, foi criada em 1949 com o objetivo de selecionar pequenos e médios hotéis familiares, conservando e recuperando o patrimônio sócio cultural dos municípios rurais e garantindo ao turista um serviço personalizado e de caráter regional (GOMES, 1998).

O mesmo autor cita que em 1955 foi criada a Federação Nacional de Gites. Compõe-se de alojamentos independentes (chalés, apartamentos) situados no espaço rural e alugados para fins de semana. Os turistas identificam as propriedades participantes através de um logotipo ostentado na porta. Para obter este sinal de reconhecimento, o produtor precisa se comprometer a seguir as normas da organização.

Laurent e Mamdy (1998), referenciam que os operadores do turismo rural francês oferecem 3.000.000 de leitões. Incluem-se neste universo 18.000 agricultores com 150.000 leitões, onde 70% são alojamentos simples, 20% acrescentam alimentação e 10% oferecem serviços recreativos. Destaca, ainda, as mulheres como as que mais exploram esta atividade.

A rede francesa de restaurantes contribui para o sucesso do turismo rural, cuja gastronomia inclui pratos e vinhos regionais que fazem parte do “charme local”.

2.3.1.3 Turismo Rural em Portugal

Segundo Ribeiro (1998), o campo, a aldeia e a “província” registram em Portugal, uma longa tradição enquanto espaços de férias da aristocracia e da burguesia urbana, porém só muito recentemente o termo rural aparece conjugado com turismo, fazendo com que esta nova vocação turística dos espaços rurais mereça maior atenção das entidades governamentais.

Em 1986, o país legitimou definitivamente este setor, criando um Plano Nacional de Turismo, vindo a definir com detalhes as modalidades de alojamentos que constituem o Turismo em Espaço Rural (TER): Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agroturismo.

Turismo de Habitação: identificado como o aproveitamento de casas antigas do tipo solar ou residências de valores arquitetônicos, com número de quartos delimitados em dez unidades.

Turismo Rural: casas rústicas, situadas em aglomerados populacionais e cujas características se integram na arquitetura típica regional, delimitada em seis o número máximo de quartos.

Agroturismo: utilização de residências inseridas em explorações agrícolas, proporcionando aos turistas a possibilidade de participação dos trabalhos agrícolas.

Em 1996 a direção Geral de Turismo de Lisboa tinha cadastrado 493 unidades, com capacidade para 2475 quartos e 4711 leitões (RIBEIRO, 1998).

Acolhendo com simplicidade e tradição, casas de arquitetura erudita a rústica, como as Casas Antigas, as Quintas e Herdades e as Casas Rústicas, propiciam ao

turista a oportunidade de conviver no seio de um patrimônio histórico e Cultural de uma Família Tradicional Portuguesa.

O jantar é símbolo de convívio em família, podendo partilhá-lo com os donos da casa e outros convidados. O calor de uma fogueira ou a ambiência de um vinho do Porto poderão, alongar-se pela noite após apreciação da boa cozinha portuguesa ou de uma especialidade da casa, em companhia de um vinho verde ou de um vinho maduro.

2.3.2 Turismo Rural na América

2.3.2.1 Turismo Rural no México

De acordo com Barkin apud Feuser (2000), o turismo rural injeta na economia mexicana 10 milhões de dólares anualmente. Esta atividade tomou forma a partir de 1984. Organizações não governamentais, com cunho ecológico promoveram projetos com novas fontes de renda para as comunidades indígenas que estavam perdendo suas terras e migrando para os centros urbanos.

Assim, houve um resgate cultural e de identidade raciais aliado ao aproveitamento de áreas naturais e protegidas com a inclusão de hospedagem, gastronomia e produção de artesanato.

Para garantir a permanência do homem no campo e proporcionar novas fontes de renda, a Secretaria de Turismo do México desenvolve projetos de incentivo ao turismo rural conjuntamente com o Turismo Cultural. Segundo dados da Confederação das Comunidades de Guadalajara, em 1999, 65.000 famílias eram beneficiadas pelo turismo rural (FAUSER, 2000).

2.3.2.2 Turismo Rural no Chile

Anualmente o Chile recebe 1,8 milhões de turistas. Destes, 60% vão para as praias (argentinos, peruanos e bolivianos) e 40% escolhem deserto, patagônia, centros de esqui, lagos e campos (europeus, americanos e brasileiros). Dos turistas locais, 53% escolhem a praia e 29% o campo e os lagos do sul (SCHAERER e DIRVEN, 2001).

Nos últimos anos, vários países latino americanos têm envidado esforços para desenvolver e articular o turismo rural em suas mais variadas formas. O Chile não ficou alheio a isto, tendo tido várias iniciativas públicas e privadas. Desde 1995 o Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP), braço do Ministério da Agricultura Chileno, incluiu em seus programas o desenvolvimento do turismo na zona rural como alternativa de agonegócios para agricultura familiar.

Para esta tarefa o INDAP conta com a colaboração de outros setores do Ministério da Agricultura: o Fondo de Solidariedad e Inversion Social (FOSIS) e a Fundación para la Inovación Agrária (FIA).

Para o INDAP o turismo rural é “qualquer atividade turística realizada em um lugar rural”. O FIA define o agroturismo como “o conjunto de atividades organizadas por agricultores como complemento de sua atividade principal, as quais convidam o turista a participar e que constituem serviços pelos quais se cobra”.

De acordo com Schaerer e Dirven (2001), como resultado de um ciclo de reuniões para a formulação de propostas de políticas públicas para redução da pobreza rural, organizado pela Red de Cooperación Institucional para Zonas de Pobreza Rural (PRORURAL), o turismo rural foi apontado como proposta na “visão de ruralidade 2010” para Chile.

De acordo com Espinosa (1994), existe uma tradição agroturística desde meados da década de setenta, em uma área de 20 km ao redor do Lago Llanquihue, correspondente às comunidades de Frutillar, Puerto Octay, Llanquihue e Puerto Varas. Foram detectados 28 estabelecimentos com uma oferta de caráter familiar, combinando as atividades agropecuárias ancestrais com a hospitalidade temporal de visitantes que desejam passar suas férias no meio rural.

Esta região foi colonizada por alemães, cujas tradições arquitetônicas e a abundante disponibilidade de madeiras nobres na região, originaram casas

características, com espaços interiores amplos. Esta arquitetura aliada a paisagem local de lagos, rios com trutas, vulcões nevados, bosques e uma forte tradição agropecuária, brindam um alto grau de satisfação aos hóspedes.

As experiências de turismo rural e agroturismo no Chile tem tido em geral um efeito positivo para as pessoas que oferecem serviços (alojamentos, gastronomia, artesanato, apresentações folclóricas) e existe um crescente interesse da população urbana para reencontrar a natureza, a vida rural e as atividades agrárias.

Schaerer e Dirven (2001: 5), concluem que lugares potencialmente atrativos estão distantes dos circuitos turísticos mais visitados, com infraestrutura deficiente e que estas populações, mesmo com muito esforço, mas poucos conhecimentos, não aproveitam o potencial que têm nas mãos:

“... e pelas limitações próprias do meio rural e de seus habitantes, o meio rural não se encontra em condições de executar por sua conta uma estratégia turística, que também mantenha o equilíbrio entre o entorno ecológico e o sistema sócio econômico”.

2.3.2.3 Turismo Rural no Uruguai

De acordo Mailhos (1998), a tradição uruguaia está estreitamente vinculada a imigrantes europeus, se tornando o mais europeu dos países sul americanos, mas a sua imagem está estampada na figura do Gaúcho, trabalhando nas “estâncias”. Também como seus vizinhos sul americanos, tem sofrido variações significativas na economia agrícola.

Num destes baixos da economia, alguns empresários decidiram transformar o que faziam de forma gratuita em algo rentável. Em 1986, os produtores rurais motivados pela demanda de estrangeiros que trabalhavam no país e que queriam conhecer ocasionalmente a área rural, iniciaram timidamente esta atividade. Esta realidade veio de encontro a um momento em que as atividades campesinas começaram a tornar-se cada vez menos rentáveis.

As operadoras locais apostaram no mercado futuro, mas com desconhecimento do perfil do consumidor, os produtores foram induzidos a erros de comercialização e marketing, investindo no mercado europeu. Em 1995, é criada a Sociedade Uruguaia de Turismo Rural, com 38 estabelecimentos inscritos, que começaram a trabalhar no mercado interno representando, hoje, 70% da ocupação.

Em dados da Associação Uruguaia de Turismo Rural (1997), há 500 leitões nas 38 propriedades inscritas. Estima-se, no entanto, que existam 100 propriedades no país, com aproximadamente 800 leitões.

Estão entre suas principais dificuldades:

- Adaptação dos funcionários da área (peões), para se adequarem às atividades turísticas;
- Comercialização do produto;
- Adequação da infra-estrutura da sede e complementações e
- Organização do setor e falta de informações e estatística.

2.3.2.4 Turismo Rural na Argentina

A oferta de turismo rural na Argentina iniciou na década de 80. Anteriormente havia estabelecimentos trabalhando nesta área, mas a disponibilidade de leitões era reduzida. Atualmente, conta com 1500 estabelecimentos em todas as províncias com destaque para a Província de Buenos Aires (34%) e da Patagônia (23%) (BARRERA, 1998).

A Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación de Argentina tem entre seus objetivos políticos de desenvolvimento, uma estratégia de diversificação da produção agropecuária na busca de oportunidades de mercado com novos produtos ou serviços, ao oposto da Patagônia, que vive no setor agropecuário, o monocultivo de ovinos.

Esta busca de diversificação na área rural, aliada a criação de empregos rurais não agrícolas, revalorização do patrimônio cultural e mercado para a produção agroindustrial, são condições propícias para a exploração comercial deste setor em crescimento.

Mesmo assim, adverte Barrera (1998:154):

“... se sugere que o usufruto turístico dos atributos naturais e culturais que possui o setor agropecuário deve ser observado como uma nova fonte de ingressos à empresa agropecuária. Enfatizamos, desde a perspectiva agropecuária, que o turismo rural deve ser observado como mais uma fonte produtiva e que de nenhuma maneira, deve deixar-se de lado a exploração principal para desenvolver esta nova atividade”.

2.3.3 Turismo Rural no Brasil

No Brasil e, de forma geral na América do Sul, o turismo rural ainda está longe de ser tratado de maneira formal e sistemática. No País e nos Estados, não é proposto concretamente, como atividade geradora de benefícios econômicos e sociais. Isto constitui o fator limitante para o nascimento de metodologias, estudos e investimentos inovadores na área.

Como registrado anteriormente, as teorias e práticas de turismo rural encontram larga aplicação em regiões mais desenvolvidas, principalmente nos países europeus e na América do Sul. Tem-se o caso do Chile, onde as políticas públicas de desenvolvimento rural são amplamente direcionadas às práticas não agrícolas do meio rural.

O Brasil ainda está perdido nos inúmeros conceitos de turismo rural, eco turismo, eco-rural, agroturismo, turismo ecológico e ainda não existe uma política nacional de turismo rural, nem da EMBRATUR, tampouco do Ministério da Agricultura para o desenvolvimento de áreas rurais fragilizadas.

Segundo a chefe do Departamento de Projetos Especiais da EMBRATUR, em palestra no 1º Encontro de Planejamento de Turístico no Espaço Rural (Florianópolis, agosto de 2001), está em fase de estruturação o projeto para conhecer e diagnosticar o universo atual do turismo rural no Brasil.

Este projeto almeja abranger o marco conceitual, institucional e jurídico com ações, a saber:

- a) Conceitual – padrões dos produtos e serviços identificados, conhecimento dos conceitos de turismo rural, consolidação das modalidades e tipologias existentes, identificação de serviços;
- b) Institucional – ordenamento institucional para o desenvolvimento do segmento, análise da situação institucional vigente, estudo das tendências do ordenamento institucional do setor e
- c) Jurídico – legislações e normas adequadas à realidade do segmento, análise da legislação pertinente ou que impacta sobre o turismo rural, elaboração de propostas, de normas ou adequação das existentes, estudo de fontes disponíveis de financiamento e proposta de adequação das linhas de créditos disponíveis.

Atualmente a falta de normatização e regulamentação específicas para o setor ocasiona conflitos, segundo Blos (2000). A legislação atual considera em uma fazenda de turismo rural duas empresas: a agrícola e a turística, não permitindo que se englobe as duas atividades. Um trabalhador contratado como trabalhador rural pode recorrer ao Ministério do Trabalho, argumentando que trabalhou como prestador de serviços.

Para Zimmermann (1998), “o processo que se desenvolve hoje no país é fruto da força da mídia e da necessidade que o produtor rural tem de buscar novas fontes de renda para a sua sobrevivência”.

O Brasil conseguiu criar um modelo próprio, dado à diversidade cultural do anfitrião, à dinâmica da população rural no país e à riqueza dos recursos naturais que integram o espaço rural brasileiro.

O turismo rural nasceu oficialmente no Brasil em 1984, na Fazenda Pedras Brancas, em Lages – SC quando, iniciativas pública e privada, resolveram preencher a lacuna existente no turismo da região e dar caminho a futuras ações que passariam a ser desenvolvidas para transformar sua realidade turística criando a SERRATUR EMPREENDIMENTOS E PROMOÇÕES TURÍSTICAS S.A.

Perceberam que, semelhante à época dos tropeiros e viajantes que faziam passagem e parada obrigatória na região de Lages, os turistas que por aqui passavam, faziam um pernoite em hotel e logo pela manhã seguiam viagem, sem interesse algum em permanecer na cidade ou região.

Possuíam na região recursos naturais como matas, campos, rios, cascatas, microclima com incidência de geadas e neve e fazendas centenárias, que marcaram a tradição e a cultura do planalto serrano catarinense com músicas, dança, culinária campeira e tradicional de imigrantes.

Foi organizado um FUN TOUR com empresários das regiões sudeste e sul e os convidados tiveram acesso a uma variedade de opções de lazer e de atividades diárias de uma propriedade rural. Esta estratégia produziu resultados imediatos e veio alavancar o desenvolvimento rural em uma época marcada pela crise agropecuária da região.

Este caso em que, de um lado os produtores marcados pela insatisfação com as condições de mercado e o risco constante do abandono das atividades produtivas tradicionais e, de outro lado o poder público consciente em apostar nas potencialidades do município, motivou a parceria entre ambos objetivando explorar o

que havia de espontâneo na região: um trânsito constante de pessoas, natureza privilegiada e patrimônio cultural típico (BLOS, 2000).

Também foi em Lages, no ano de 1996, que foi criada a ABRATUR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL, hoje com sede em Brasília – DF.

Santa Catarina é o Estado com a maior concentração de leitos de Turismo Rural do país. A região de Lages conta com cerca de 75% dos 1.300 leitos, outros 10% estão localizados na região da Grande Florianópolis, 5% na região Sul (Urussanga e arredores) e 10% no Vale do Itajaí e Meio Oeste (ZIMMERMAN, 2001).

O turismo rural no Rio Grande do Sul teve seu início aproximadamente em 1993. O Governo do Estado adota diferentes características, quer por culturas regionais, quer pela dinâmica dos insumos e fatores que compõe cada projeto e adotou quatro classificações para identificar o turismo rural: Casas de Fazenda, Casas de Colônia, Fazenda e Hospedarias e Hospedarias Coloniais e Programas especiais de Turismo Rural.

No Paraná, teve seu início oficial em 1991/92 com o apoio da PARANATUR e hoje existem cerca de 30 propriedades com a oferta de aproximadamente 500 leitos.

No Estado de São Paulo, o Serviço Brasileiro de Apoio à Empresa (SEBRAE) desde 1997, implantou 10 projetos de turismo rural e que, com o sucesso desta iniciativa, vem crescendo de forma geométrica. Estima-se que haja no Estado cerca de 100 propriedades aproximando-se da casa dos 1000 leitos.

Em Minas Gerais a atividade iniciou timidamente em algumas propriedades rurais, aproximadamente em 1994. A partir da criação da AMETUR-ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE TURISMO RURAL e o apoio da MINASTUR o processo teve um crescimento rápido. A característica básica das propriedades está centralizada na preservação da arquitetura e dos costumes rurais das grandes fazendas. A AMETUR conta com cerca de 20 associados que oferecem cerca de 800 leitos. Um dos destaques do turismo rural no Estado é o "Roteiro da Cachaça", criado para valorizar o produto fabricado de forma artesanal em pequenas propriedades.

O Rio de Janeiro agrupa um grande número de propriedades rurais, que ainda guardam o patrimônio arquitetônico do ciclo do café, com iniciativas de sucesso em Hotéis Fazendas.

O Turismo Rural no Estado do Espírito Santo iniciou na região serrana central, conhecida como "Triângulo das Montanhas", no intuito de oferecer uma renda

complementar aos produtores rurais através da comercialização de seus produtos como vinhos, queijos, embutidos, doces, etc. O programa recebe o fomento do SEBRAE-ES e do Governo do Estado.

Segundo Portuguez (1999), o programa de agroturismo nesta região, é considerado a estratégia de interiorização e fomento ao “turismo alternativo” mais importante de toda a história do setor no Estado.

Na região centro oeste merece destaque os Estados de Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

O Mato Grosso do Sul é privilegiado pelos seus recursos naturais, iniciou em 1995 e é crescente número de propriedades que vem aderindo à proposta.

O Estado disponibiliza cerca de 50 propriedades com 450 leitos dos quais, 60% são pousadas pesqueiras. O fomento a atividade turística no espaço rural é desenvolvidos pelo SEBRAE-MS.

O turismo Rural no Distrito Federal teve seu início em 1996, através da iniciativa de pequenas propriedades rurais, que buscavam agregar valores aos seus produtos. A demanda reprimida por lazer nos finais de semana na capital brasileira e a necessidade dos pequenos produtores em obter novas fontes de renda levaram a atividade do Turismo Rural a um rápido crescimento. Hoje, o Turismo Rural é oferecido por cerca de 50 pequenos produtores rurais.

O Turismo Rural na Bahia teve seu início em 1997 através da fazenda Primavera, em Ilhéus. Fazenda centenária, detentora de um acervo de documentação que datam da época do Império. Em meados de 1998, com a realização de um Seminário sobre Turismo Rural e, posteriormente, com o apoio da BAHIATURSA e as faculdades de Turismo e Agronomia de Salvador, foi dado início ao fomento da atividade. Hoje o Estado conta com cerca de 30 propriedades rurais que exercem as mais diferentes formas de turismo no espaço rural.

A Bahia conta com aproximadamente com 30 propriedades e 800 leitos distribuídos entre a Costa do Cacau, o Recôncavo, a Costa dos Coqueiros e a Chapada Diamantina.

No Nordeste há grande potencial no Estado de Pernambuco, onde ainda está fortemente arraigada à cultura da cana-de-açúcar cuja atividade retrata, em muitos engenhos, toda a memória histórica dos ciclos econômicos do país. O Governo do Estado está realizando um cadastro dos Engenhos para instituir um programa de fomento da atividade do turismo rural no estado.

Na Região Norte, poucas iniciativas são conhecidas na área de Turismo Rural, tem destaque a Amazônia na área de Ecoturismo, com diversas implementações de lodges. O ecoturismo desta região é direcionado a turistas estrangeiros.

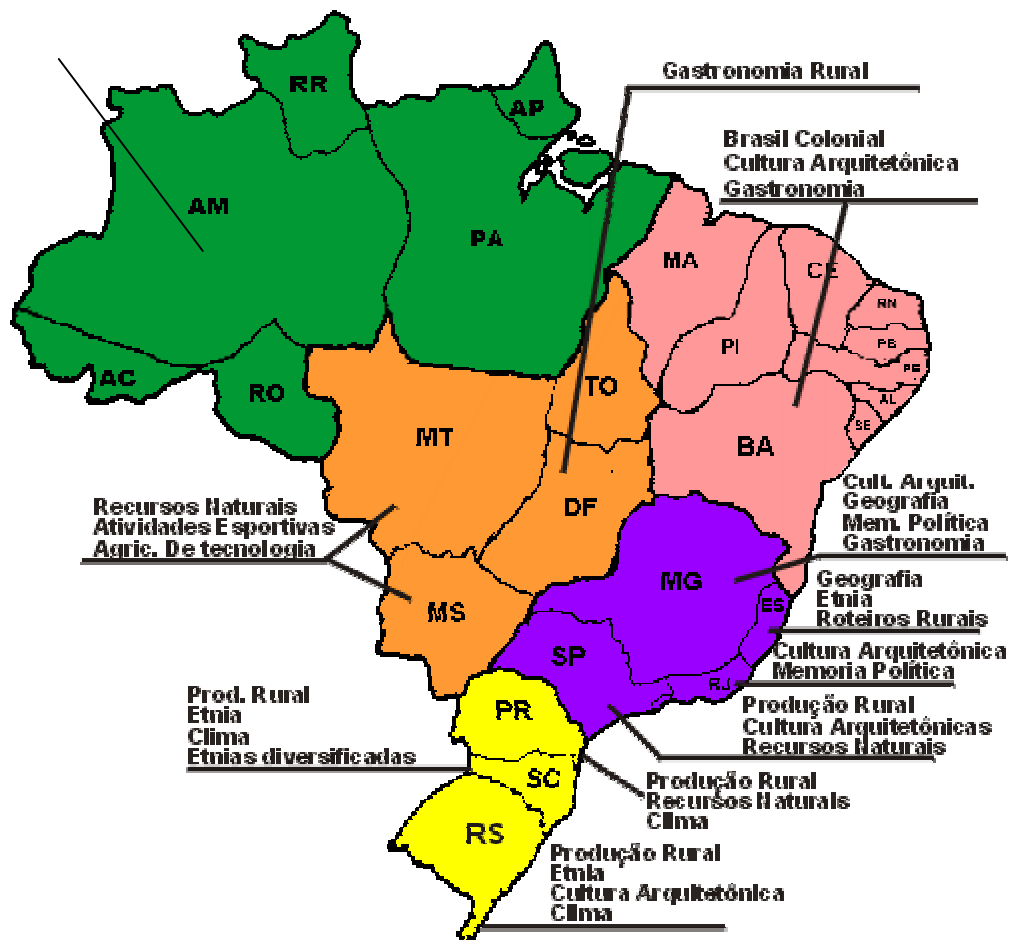


Figura 1: Principais Iniciativas de Turismo no Espaço Rural no Brasil

Fonte: Zimmermann (2001)

2.3.3.1 Turismo Rural em Santa Catarina

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo 2000, 21% da população do Estado de Santa Catarina está na zona rural (1.137.601) e 79% em área urbana (4.211.979). Na composição geográfica 55% da população encontra – se na vertente atlântica e 45% nas outras áreas.

Na situação atual constata-se que a qualidade de vida insatisfatória e a falta de perspectiva de melhoria continua provocando o êxodo rural. Se o modelo Fordista de produção marginalizou o espaço rural brasileiro expulsando o ator, pode-se avaliar o Estado catarinense, significativamente invadido por modelos estrangeiros onde até então, a agricultura praticada sem agrotóxicos e de cunho familiar, era a maior característica.

A década de 70 foi marcada pelo empobrecimento das famílias rurais catarinenses. De um lado o pequeno volume de produção, ou seja, a agricultura familiar pouca influenciava no mercado e, de outro lado produtos pouco diferenciados como o arroz, que cresceu a produtividade e baixou o preço. Nesta década houve iniciativas pontuais na maçã, no alho, no arroz e nos embutidos, permeados de pequenos agricultores que foram excluídos da cadeia produtiva.

Iniciou-se assim, a maior concentração de êxodo rural e inchaço urbano como se observa, principalmente, em Florianópolis. Numerosas famílias do interior, vítimas do processo de desenvolvimento, em busca de melhores condições de vida, nem sempre encontradas e, como consequência, vivendo marginalizadas engordando os cinturões periféricos.

Em função da crise da agropecuária catarinense nos últimos anos, principalmente nas cadeias produtivas que integravam grandes contingentes de pequenos agricultores (suínos, aves e fumo), observou-se uma redução na participação dessas categorias no conjunto do emprego rural e o crescimento da categoria dos assalariados (MATTEI, 1999).

A descapitalização dos agricultores os obriga a buscar novos tipos de ocupações que gerem níveis de rendimento capazes de manter o patrimônio e as necessidades familiares básicas.

A redinamização do espaço rural catarinense busca um modelo de produção flexível, que redimensione o meio rural, para que o protagonista deste local não seja marginalizado.

De acordo com o autor, 29% da População Economicamente Ativa (PEA) rural catarinense, está ocupada com atividades não agrícolas no meio rural. Este crescimento da PEA não agrícola foi extremamente importante para o conjunto do emprego rural, tendo em vista a enorme queda verificada na PEA agrícola.

As ocupações estritamente agrícolas ainda são majoritárias e as mais importantes, mas Mattei (1999), observa que a produção familiar tem uma baixa capacidade de gerar novas dinâmicas não agrícolas a partir das próprias atividades agrícolas e, portanto “seria recomendável um conjunto de políticas públicas que estimulasse algumas atividades econômicas não diretamente relacionadas ao ‘agrícola’ e que demandassem mão-de-obra que poderia ser fornecida pelos produtores familiares e pelos demais membros da família”.

Dentre estas políticas o autor destaca: apoio às agroindústrias, ao agroturismo, à preservação ambiental e cultural, de qualificação profissional, de melhoria da rede de infra-estrutura e de legislação trabalhista.

- Apoio às agroindústrias: de médio e pequeno porte, com a finalidade de beneficiar e transformar os produtos agropecuários, agregando valor e gerando novos postos de trabalho no meio rural;

- Apoio ao agroturismo:

“Buscar a implantação de uma rede de infra-estrutura turística procurando fugir da idéia convencional dos hotéis-fazendas. Este tipo de incentivo propiciaria aos produtores familiares a oportunidade de ocupação da mão-de-obra familiar nas próprias localidades rurais através do incentivo à construção de restaurantes e pousadas que utilizariam fundamentalmente a produção agropecuária da região, mantendo-se com isso, a interrelação das atividades agrícolas com as não agrícolas”;

- Apoio à preservação ambiental e cultural: incentivar a ocupação racional dos recursos naturais com rotas turísticas e espaços de lazer;

- Qualificação profissional: principalmente de jovens para que tenham condições de participar do mercado de trabalho (agrícola e não agrícola) em igualdade de condições;

- Melhoria da rede de infra-estrutura: implementar serviços às populações rurais (luz, telefone, água, habitação, saneamento e lazer) levando cidadania às pessoas que continuam vivendo no meio rural; e finalmente

- Política de legislação trabalhista: garantir aos trabalhadores rurais, principalmente os pluriativos, condições de trabalho adequadas e de acordo com os preceitos universais da legislação trabalhista.

Em relação a estas políticas públicas de reintegração de áreas rurais no contexto sócio econômico do Estado de Santa Catarina, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura apresenta projetos que têm a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural S. A. (EPAGRI) como unidade executora.

O Projeto Microbacias consiste em organizar e executar as ações de assistência técnica aos produtores agrícolas tomando a bacia hidrográfica como uma unidade de planejamento e dando ênfase às medidas de conservação de solos e águas.

O Projeto Catarinense de Agregação de Valor, que está na segunda fase e tem como meta criar, adaptar ou modernizar 800 pequenos empreendimentos no meio rural e pesqueiro (agroindústrias, artesanato, prestação de serviços) de Santa Catarina até o final de 2002. Na primeira fase 1999/2000 foram apoiados, implantados e acompanhados 754 projetos ligados à agricultura familiar e à pesca artesanal, beneficiando 3.950 famílias no Estado. Foram identificadas neste processo algumas dificuldades, como: acesso ao crédito, estudos de viabilidade econômica, burocracia nas questões fiscais, tributárias, sanitárias e ambientais na elaboração e implantação das unidades de agregação de valor. Assim, na segunda fase, foram buscadas instituições parceiras para agilizar e superar estas dificuldades: Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Fundação e Amparo e Tecnologia Ambiental de Santa Catarina (FATMA), Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Saúde, Federação de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (FAMPESC). Estima-se que serão beneficiadas 4800 famílias, gerando 3800 empregos no meio rural e pesqueiro do Estado, que gerem renda e emprego não-agrícola e não-pesqueiro, atingindo produtores rurais e pescadores artesanais associados em pequenas empresas e que no processamento da matéria prima utilizem no mínimo 70% da produção de seus associados e mão-de-obra familiar.

O Subprojeto de Apoio ao Agroturismo, faz parte do Projeto de Agregação de Valor e do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável. A atividade do

agroturismo é entendida como alternativa de renda da agricultura familiar. A proposta deste subprojeto é valorizar a autenticidade das manifestações culturais bem como os produtos e as paisagens tipicamente agrícolas, tendo como substrato a tradicional hospitalidade da família rural catarinense, suas belas paisagens, seus recursos naturais, a diversidade do relevo, do clima e do povo. Este subprojeto iniciou em 2001 e pretende chegar a 2004 atendendo 127 municípios e orientando 1893 famílias. Prevê a implantação de 164 roteiros turísticos e 261 pousadas rurais. Segundo Ore (1999), a EPAGRI teve resistência em considerar o agroturismo como fator de agregação de renda, conhecido desde 1994. Assim houve projetos pontuais como o da “Acolhida na Colônia”, em parceria com outras instituições. .

Relata-se, a seguir, exemplos de projetos organizados (rotas, circuitos), difundidos nacionalmente e que se destacam como atividades turísticas rurais no Estado.

Turismo Rural de Lages

Considerado pela SANTUR (Santa Catarina Turismo S.A.) o espaço de maior representatividade de turismo rural no Estado. Nasceu da necessidade de aumentar o tempo de permanência dos turistas e viajantes na região serrana e foi lançado através de várias ações conjuntas do órgão oficial de turismo SERRATUR EMPREENDIMENTOS E PROMOÇÕES TURÍSTICAS S.A.

Tinha como proposta redirecionar as atividades agropecuárias nas fazendas da região e a seu favor um trânsito constante, natureza privilegiada e patrimônio cultural típico. A primeira fazenda a integrar-se ao projeto foi a Fazenda Pedras Brancas em 1984.

Dados da ABRATUR mostram um crescimento turístico de 450% entre 1992 e 1996, com um aumento de empregos de 420% (RODRIGUES, 2000).

São consideradas fazendas-hotéis e segundo a SERRRATUR ainda seguem com atividades normais de agricultura e pecuária de corte e ordenha, com culinária e cultura típicas da região.

Associação Agroturismo Acolhida na Colônia

Localizada nas encostas da serra geral, tem como município sede Santa Rosa de Lima. Surgiu na busca de alternativas para melhorar a qualidade de vida da região. O processo de desenvolvimento local na região foi iniciado com uma associação de agricultores produzindo alimentos sem agrotóxicos, a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO). O resultado positivo abriu caminho para outras atividades, entre elas o agroturismo.

O projeto de agroturismo abrange cinco municípios da região: Anitápolis, Gravatal, Rancho Queimado, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima. Conta com a parceria do Centro de Estudos de Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional (SENAC) e o apoio das Prefeituras, Ministério da Agricultura, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Credicolônia, EMBRATUR, AGRECO, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família e Accueil Paysan (Associação Francesa de Turismo Rural).

O conceito de agroturismo por eles adotado é o do CEPAGRO:

“Agroturismo é uma modalidade de turismo praticada no meio rural por agricultores familiares dispostos a compartilhar seu modo de vida com os habitantes do meio urbano. Os agricultores, mantendo suas atividades agropecuárias, oferecem serviços de qualidade, valorizando e respeitando o meio ambiente e a cultura local”.

A CEPAGRO assessora a implementação de circuitos de agroturismo. Estes circuitos são baseados na valorização dos potenciais naturais de cada território rural e nos valores culturais da agricultura familiar.

A associação trabalha o agroturismo como um fator de desenvolvimento local, praticado por agricultores familiares dispostos a compartilhar o seu modo de vida com os habitantes do meio urbano. Guzzatti e Soldateli (2000), considera que este projeto trouxe um aumento significativo na conscientização e na mobilização comunitária para tratar as questões relativas ao meio rural.

Hoje representa a Accueil Paysan no Brasil e na América Latina sendo, inclusive, parte do catálogo de turismo desta associação para o ano 2000.

Estrada Bonita

Localizada no espaço rural de Joinville desde 1993, este projeto de turismo conta com uma parceria entre proprietários e Fundação Municipal 25 de Julho. É constituído por minifúndios de agricultura familiar de colonização germânica, onde seis famílias com produção diversificada atuam num circuito de turismo rural colonial, sem sobreposição de atividades.

São ofertadas hospedagens, restaurantes, pesque-pagues, produtos coloniais entre outros, possibilitando maior agregação de renda. De acordo com Bertoldi (2000), o que começou como um programa de desenvolvimento da mulher rural e da necessidade de aumentar a renda da família, agregando renda aos produtos agropecuários e ocupando a mão-de-obra familiar em um espaço beneficiado por belezas naturais, tornou-se uma referência nacional neste modelo de turismo rural.

Turismo de Aldeia

Caracteriza-se como “serviços de turismo receptivo desenvolvido em povoamentos rurais que utilizam, de forma integrada, seus recursos e cujo principal atrativo é baseado no saber e no fazer das gerações passadas”.

Mazon (2000), qualifica como pré-requisito das comunidades para o turismo de aldeia, a priorização das localidades históricas que mantenham um ambiente estético e paisagístico tradicional característico da região e que as edificações envolvidas integrem-se na arquitetura típica e na paisagem local.

Foi tomado como base o município de Pedras Grandes, predominante agrícola e rota inicial da colonização italiana em SC, onde se busca integrar os recursos turísticos das comunidades rurais (aldeias históricas) de Azambuja, Santo Antônio, São João, Morro da Lagoa Ribeirão D’Areia, São Pedro e Rancho dos Bugres.

Esta rota vem sendo denominada de Vale da Uva Goethe, por ser produtora desta variedade de uva.

Esta região já fazia parte do Roteiro Cultural Sul Catarinense, onde a SANTUR mapeou “Os Caminhos da Imigração”, abrangendo também Gravatal, Armazém, São Ludgero, São Martinho, Orleans, Lauro Müller, Urussanga e Pedras Grandes.

Turismo de Aldeia é uma terminologia adaptada das regiões rurais de Portugal, onde são integradas pelo menos cinco meios de hospedagens em casas

particulares, com características arquitetônicas típicas e recebe este nome pelo Conselho de Aldeia. Não tem o mesmo significado no Brasil.

Quase a totalidade dos municípios catarinense possui ações de Turismo no Espaço Rural. A SANTUR lançou no 2000 um guia de TR, catalogando 53 pousadas e hotéis-fazenda. A pousada da Fazenda Água Santa, em São Joaquim, fez parte deste catálogo e foi objeto de estudo desta pesquisa como atividade complementar de renda à propriedade agrícola.

A escolha desta propriedade deveu-se ao fato de ser a única detectada no município que se encaixava no perfil de prestadora de serviço turístico, sem abandonar a atividade primária: a agricultura.

3 ESTUDO DE CASO

Para melhor compreender a dimensão deste estudo, considera-se relevante apresentar, neste capítulo alguns dados históricos, geográficos, econômicos e do potencial turístico do município de São Joaquim e da Fazenda Água Santa, estudo de caso desta dissertação.

3.1 São Joaquim na Geografia do Turismo Catarinense

3.1.1 Aspectos Históricos

A região de São Joaquim teve os primeiros assentamentos em meados do século XVIII. Os fazendeiros gaúchos foram os primeiros a se instalarem na região, originários das localidades de Santo Antonio da Patrulha e Viamão, no Rio Grande do Sul, dando início à expansão da pecuária de corte. Depois foi registrada também a instalação de paulistas da região de Piracicaba e de Araraquara.

Os pioneiros foram Bentos do Amaral Gurgel Anes (1750), casado com Catarina Fragoso que, mais tarde, tornou-se capitão mor da vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages. Manoel da Silva Ribeiro e seus dois filhos, Inácio e Pedro, ficaram instalados na serraria e fazenda Pelotas entre 1755 e 1765. Cita-se também João da Silva Ribeiro na Fazenda Socorro, dote recebido pelo casamento com a filha de Mateus José de Souza. Manoel e Fermino Rodrigues que se uniram às filhas de João da Silva Ribeiro entre 1818 e 1820.

Através da união das famílias pioneiras formou-se um extenso feudo rural, conhecido como Costa da Serra. Eram ao total meias dúzias de sesmarias que naquela época faziam parte da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, hoje município de Lages.

Em 28 de janeiro de 1868 foi criado um distrito policial. Este distrito foi desmembrado da Freguesia de Lages pela Lei Provincial nº 645 de dois de maio de 1871, criando-se o distrito de São Joaquim da Costa da Serra.

Manoel Joaquim Pinto de Arruda Filho, estancieiro paulista da região de Piracicaba, foi o fundador da cidade. Em 1º de abril de 1873, com a ajuda de Joaquim Cavalheiro do Amaral, Joaquim José de Souza, Marcos Batista de Souza e Antonio Gonçalves Padilha escolhe o local de fundação da Freguesia de São Joaquim do Cruzeiro.

Através do ato provincial nº 3.455 de 31 de março de 1882, foi criado o Distrito de Paz. Em 28 de agosto de 1886, a Freguesia de São Joaquim da Costa da Serra é elevada a categoria de vila, sendo desmembrada de Lages. Constituiu um novo município pela Lei Provincial nº 1.108. Em 16 de janeiro do ano seguinte realizou-se a primeira eleição de vereadores para a Câmara Municipal que foram empossados no dia sete de maio, junto com a instalação oficial do município.

O município passou a denominar-se São Joaquim, através do Decreto Lei Estadual nº 86, de 31 de março de 1938.

Sua população descendente de colonização europeia (principalmente portugueses, espanhóis, alemães e italianos) e africana, junto com os indígenas, colonizaram a região. Com o desenvolvimento da região surgiram no cenário os japoneses.

Os espanhóis e portugueses chegaram na região por volta de 1750 a 1879, os primeiros oriundos do Rio Grande do Sul (proximidade da Argentina e Uruguai de colonização espanhola) e os segundos oriundos de São Paulo, ali instalados pela coroa portuguesa. Os africanos remontam esta época, pois chegaram na região como escravos destes senhores.

A colonização italiana iniciou com Domingos Martorano em 1880. Seus filhos uniram-se às famílias locais: Anunciata (Pedro Albino), Mariana (Aparício Matos), Angelina (José da Fonseca Nunes de Oliveira) e Egidio (Eulália Brasil). Sua filha Tereza veio casada da Itália com Antonio Cantisani.

A família Fontanella veio em seguida e construiu a casa de pedra, propriedade de Domingos Martorano.

A família De Bettio chegou em 1936 e foram os irmãos Perides, Porfírio e Primo, os pedreiros responsáveis pela construção da Igreja Matriz, feita em pedra basáltica, hoje atração da cidade.

O primeiro alemão a chegar foi Joannes Frederich Paul Guellert Dietrich Bathke (naturalizado Paulo Bathke), em 1880, aqui casando com a filha de Manoel da Silva

Ribeiro (Maria Olinda). Agrimensor, radicado em Indaial, chegou a São Joaquim através de sua profissão, medindo as terras do planalto serrano.

Paulo Bathke voltou muitas vezes a Alemanha e em uma destas viagens trouxe as primeiras mudas de maçã para São Joaquim, em 1928 possuía um viveiro de 3.000 mudas de macieira. Por seu intermédio chegaram ao município os patriarcas das famílias Don, Shultz e Lünenberg.

Nas primeiras décadas do século XX chegaram as famílias Huguen (de origem holandesa) e Schlichting (alemã) unidas por um matrimônio ocorrido no navio na travessia do Atlântico.

Os Japoneses vieram em 1974, a partir do projeto de assentamento de produtores de maçã da Cooperativa Agrícola de Cotia (atual Sanjo), depois do incentivo recebido em 1973 do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT).

Com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) para compra de terras, o governo estadual assentou mais ou menos 30 famílias japonesas em 25 hectares de terras. Este projeto de assentamento permitiu a implantação de pomares com oito anos de prazo e quatro anos de carência, beneficiando também oito produtores locais.

Da cidade bucólica e pitoresca do interior restam poucos vestígios. Nada restou dos casarões antigos, construções de pedra como a antiga cadeia e a primeira capela, cujas paredes mediam um metro de espessura; o Grupo Escolar Manoel Cruz; a antiga prefeitura construída em 1900 com as paredes internas pintadas em motivos florais pelo artista Burlamaqui, a primeira sede do Clube Astrea e até mesmo a rua principal com uma fileira de plátanos central. Graças a artista plástica Suzana S. Bianchini estes cenários destruídos e alguns profundamente modificados foram retratados em tela e fotografados para ilustrar seu livro. (BIANCHINI, 1986)

3.1.2 Aspectos Físicos, Geográficos e Demográficos.

São Joaquim está situada no sudoeste do planalto catarinense, a 220km da capital do Estado e, segundo o IBGE, pertence à Microrregião dos Campos de Lages e a Mesoregião Serrana. Integra a Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), junto com Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Boa Jardim da Serra,

Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

Possui uma área de 1.881,1 km², correspondendo aproximadamente 11,57% da área da AMURES. Sua posição geográfica está determinada pelas coordenadas Latitude 28° 17' 38 "Sul e Longitude 49° 55' 54" Oeste.

O clima classifica-se como mesotérmico úmido, com verões frescos, onde a temperatura média no inverno fica em torno de -5° C (os termômetros já registraram 14°C negativos) e no verão a média é de 18°C. A temperatura média anual é de 13,1°C.

No inverno é comum a precipitação de neve. A precipitação pluviométrica média é de 1300 a 1900 mm.

São Joaquim está a uma altitude de 1360m do nível do mar. O relevo é constituído de um planalto de superfícies planas, onduladas e montanhosas, fortemente dissecadas, de formação basáltica. O solo tem baixa e média fertilidade, argila de baixa atividade e baixo gradiente textural. A alta incidência de pedras e rochas e as condições climáticas adversas limitam o uso do solo, apresentando restrições no manejo da terra.

O município é banhado pela bacia do Rio Pelotas e seus principais afluentes são os rios Lava-Tudo, Mantiqueira, São Mateus, Sumidoro, Antoninha e Invernadinha.

São Joaquim faz divisa com Urupema ao Norte, Urubici a Nordeste, Bom Jardim da Serra a Leste e a Sudeste, Rio Grande do Sul ao Sul e Sudoeste, Lages a Oeste e Painel a Noroeste. Possui dois distritos, Pericó e São Sebastião do Arvoredo.

São Joaquim possui uma população de 22.790 habitantes, que corresponde a 0,4% da população do Estado de Santa Catarina.

De acordo com o IBGE (Censo Demográfico de 2000), possui 16.091 habitantes. Dois terços de sua população reside na área urbana e 6.699 habitantes (um terço) na área rural. Semelhante a distribuição catarinense onde de um total de 5.349.580 habitantes, 4.211.979, ou seja, 79% da população está em zona urbana e 1.137.601 21% em zona rural. Enquanto que no Brasil esta distribuição é de 75,6% na zona urbana e (28.214.351) 24,4% na zona rural.

São Joaquim fica em área originalmente de Floresta Ombrófila Mista, inserida no domínio da Mata Atlântica, conforme delimitações estabelecidas pelo Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE, 1988.

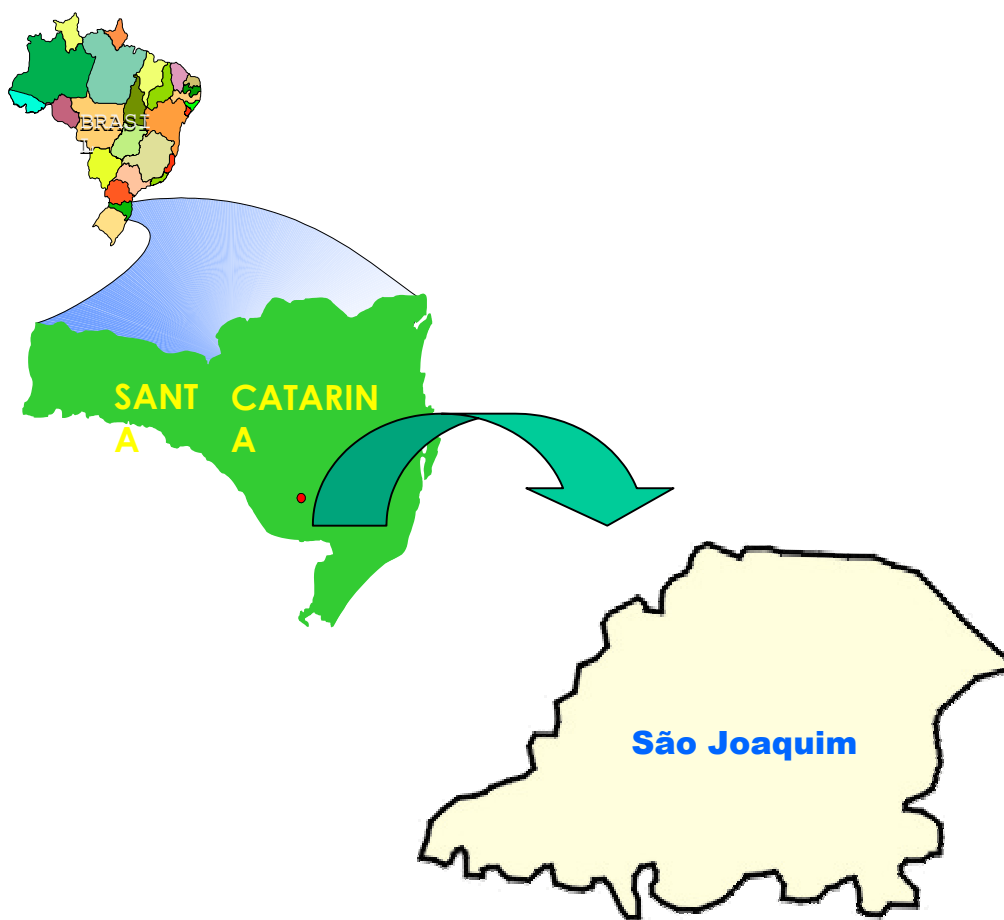


Figura 2: Mapa de Localização do Município de São Joaquim / Santa Catarina
Fonte: EPAGRI (2002)

3.1.3 Aspectos Econômicos

A economia do município sustentou-se por longas décadas na pecuária, com o rebanho bovino criado em grandes pastagens nativas. Este ciclo iniciou no século XIX e teve seu apogeu na década de 20, dominando completamente a economia do município até meados da década de 50.

O ciclo da madeira começou por volta de 1948, quando os madeireiros gaúchos descobriram as reservas de araucárias da região. Na década de 1960 teve seu apogeu, tendo 147 serrarias instaladas no município e todos os empregos e receitas eram oriundas deste setor. Infelizmente esta indústria só liquidou a mata nativa e não aplicou nada no desenvolvimento do município. A inexistência do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) retidos e o fato destas madeireiras não serem locais, apenas extraíram a riqueza do município, enriqueceram e foram embora.

A partir do decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993, teve início uma tentativa do governo federal de disciplinar os recursos madeireiros do país, contemplando também o Pinheiro do Paraná *Araucaria angustifolia* (Bertolini) Otto Kuntze. Esta espécie já fazia parte da lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, pela Portaria nº 37-N de 03.04.92 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). Desta lista também faz parte a *Dicksonia sellowiana* (xaxim).

Com a publicação do decreto nº 750/93, suspendeu-se o corte até meados de 1996, período que se disciplinou o Plano de Manejo Florestal Sustentado, Portaria Interinstitucional nº 01/96, para as espécies de importância econômica, inclusive a Araucária. Suspendendo-se novamente o seu corte por Liminar da Justiça Federal, determinando ao IBAMA que não autorize cortes de espécies em extinção dentro da Mata Atlântica.

A bracinga, *Mimosa scabrella* (Benth), espécie pioneira de valor econômico, fonte de energia na forma de lenha, principalmente para o pequeno produtor rural, teve na legislação, Portaria Interinstitucional 01/96, o disciplinamento da exploração, mecanismos bastante complexos e onerosos.

Em 1968, o Secretário de Estado da Agricultura, em visita a São Joaquim acompanhado de 38 técnicos, fez um desafio aos produtores, seria instalado o escritório local da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

(ACARESC) em São Joaquim se fossem plantados 10.000 pés de maçã. O desafio foi aceito pelo produtor João Rogério Campos, que sozinho implantou um pomar de 10.000 macieiras e o escritório da ACARESC foi instalado.

Começa o ciclo da agricultura, que entre 1970 e 1980 viveu seu apogeu com a multiplicação de lavouras de batata semente e pomares de maçã. A cultura da maçã foi impulsionada pelo PROFIT, em 1973, favorecendo a implantação de pomares através de subsídios do Governo do Estado (compra de calcário para corrigir a acidez do solo basáltico da região) com recursos do BNDS e a isenção do ICMS da maçã.

Em 1974 o projeto de assentamento de 30 famílias japonesas, permitiu a implantação de pomares com oito anos de prazo e quatro anos de carência, beneficiando também oito produtores locais.

Nesta época começou também o plantio de morango, com alto padrão de qualidade. Este projeto não teve sucesso devido à impossibilidade de escoar a produção. O morango é um fruto muito sensível e o município não possuía nenhuma estrada pavimentada.

Hoje a economia do município tem como principais meios de sustentação os setores da indústria e comércio e o agropecuário. O primeiro responsável por 52,4% do valor adicionado do município e o segundo 47,5% (Secretaria de Estado da Fazenda, 1995).

A pecuária é caracterizada pela bovinocultura de corte extensiva, com baixo índice de produtividade e uso de insumos, seguida pela ovinocultura com pequenos rebanhos e também com baixa produtividade.

O extrativismo se constitui principalmente de Pinus com uma área de reflorestamento de 1.500 hectares, abrangendo 285 produtores.

A agricultura tem como principais eixos a produção de maçã e da batata semente, que são produzidas num sistema de alta tecnologia utilizando insumos modernos e alcançando de média a alta produtividade. São Joaquim é o terceiro produtor de maçã do Brasil, mas considerado a de melhor qualidade devido às características climáticas ideais para esta cultura, o que possibilitou a entrada no comércio externo, tendo inclusive a Maçã Hiragami conquistado prêmios na Europa como a de melhor qualidade do mundo.

Em batata semente é o 2º produtor do Brasil, ficando atrás apenas de Canoinhas. São Joaquim tem clima, mas não tem tecnologia superior a este

município, acreditam os técnicos que esta realidade vai mudar, já que este ano São Joaquim ganhou um laboratório padrão para análise de viroses que permite atender a legislação. Este projeto de melhoria da qualidade da batata semente também consta a multiplicação de sementes com virose zero.

Na cultura de batata consumo São Joaquim é o 5º produtor brasileiro.

Há também pequenas áreas de milho, feijão e batata consumo, que utilizam pouca tecnologia e têm baixa produtividade.

Surgem hoje pesquisas promissoras na área de vinicultura. Quando a EPAGRI instalou unidades de experimentos de videiras no estado, foi instalada uma em São Joaquim, que por muito tempo não chamou a atenção dos pesquisadores.

Recentemente uma amostra de Cabernet Sauvignon colhida em São Joaquim surpreendeu os pesquisadores, pelo excelente vinho obtido. O resultado foi confirmado por dois anos e os dados mostraram que os teores da composição química do vinho eram superiores a qualquer região do país.

São Joaquim tem altitude e clima favoráveis. O clima frio e seco permite passar o ponto de maturação no pé, sem risco de podridão como em outras regiões produtoras de clima úmido. Este fator permite que a colheita possa ser feita até final de abril.

Assim foram implantadas diversas unidades de produtores na região com altitudes entre 900 e 1.300 m, cujos resultados mostrarão a influência da altitude nestes indicadores químicos de qualidade diferenciada na produção final.

A divulgação da pesquisa, que o município tem condições favoráveis de produzir o melhor Cabernet Sauvignon do Brasil, tem levado à corrida para compra de terras no município, inflacionando o mercado. No ano de 2001 foram implantados mais ou menos 12 hectares de videiras no município e os projetos para o ano de 2002 são para 50 hectares.

Tabela 1: Principais Culturas Agrícolas de São Joaquim

Cultura	Produtores Nº	Área (ha)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)
Maçã	655	3.914	28,5	87.000
Batata Semente	61	3.824	18	6.883
Batata Consumo	500	820	10	8.200
Feijão	500	600	1,08	648
Milho	1.400	1.400	2,7	3.780
Pêra	20	35	4,71	165
Pêssego	6	6	8.000	48.000
Morango	1	8	25.000	200.000
Caqui	1	2	-	-
Kiwi	2	2	-	-
Uva	5	4	-	-
Tomate	1	0,5	50	25
Ameixa	2	2	12	24

Fonte: EPAGRI – Escritório Municipal de São Joaquim (2000).

3.1.4 Potencial Turístico do Município

Existem no município quatro hotéis em funcionamento, sendo um classificado pela EMBRATUR com duas estrelas. O município possui ainda três pousadas. O número de unidades habitacionais disponíveis é de 156, totalizando 344 leitos.

No inverno de 2000 São Joaquim, com a incidência de muita neve na região amplamente divulgada na mídia nacional, o município viveu uma experiência interessante. O número de visitantes superou a capacidade hoteleira e a Secretaria Municipal de Turismo inovou com a hospedagem alternativa.

A população se dispôs a receber os visitantes em suas casas, oferecendo quarto com café da manhã e o convívio familiar. A experiência obteve êxito, havendo visitantes que preferiram continuar nas casas mesmo depois de haver vagas nos hotéis. O sucesso veio pela experiência do convívio familiar, casas que podiam

oferecer conforto de aquecimento, não encontrado em alguns hotéis e também um bom papo em frente à lareira.

A agência, São Joaquim Tour, assumiu o cadastramento e hoje conta com 80 casas cadastradas. Passado o fator emergencial da época, houve tempo para se fazer uma avaliação das casas ofertadas e dividí-las em categorias de conforto A, B e C. Na categoria A, estão aquelas que podem oferecer aquecimento, lençóis elétricos, garagem, café da manhã e banheiros privativos. A categoria C compreende uma suíte, quarto com banheiro privativo ou dois quartos com banheiro social e, a categoria B estaria numa média entre as duas, A e C.

A cidade possui dois grandes eventos, a Festa Nacional da Maçã e o Festival de Inverno editado anualmente pelo Centro Cultural em parceria com a Prefeitura Municipal. A Festa da Maçã foi reeditada em 2001 depois de quatro anos, com uma programação eclética reunindo uma parte técnica e outra cultural e de lazer. Este multi-evento atrai um expressivo número de visitantes de diversos Estados brasileiros e países sul americanos, além de autoridades, técnicos e empresários do setor de frutícola, agroindustrial e do turismo, procurando consolidar sua posição no mercado interno e no comércio internacional de frutas de clima temperado.

Os atrativos são o clima e a paisagem bucólica e pitoresca da região, com fortes expressões como as taipas de pedra, as reservas de xaxim e araucária.

São atrações da cidade:

- A Igreja Matriz, construída em pedra ferro (basalto), com esculturas de profetas bíblicos na parte externa;
- A Casa de Pedra, construção centenária que serviu de moradia para a família Martorano por quase um século, hoje usada como restaurante;
- A Exponeve, feira de artesanato e produtos da região, também é ponto de visita;
- O Belvedere, rua planejada para ser no estilo da Lombard Street, rua famosa de São Francisco, na Califórnia/Estados Unidos, de mão única para descida em estilo caracol por causa da declividade, totalmente ajardinada e com escadaria nas laterais para pedestres. Em virtude de uma ocupação no início da rua, foram construídas apenas escadarias para pedestres com canteiros de flores;

- O Snow Valley, parque ecológico com uma reserva de xaxins centenários e belas cascatas, situado na SC –438, na saída para Bom Jardim, à 10 km do centro da cidade;
- Museu Histórico Municipal, espaço Assis Chateaubriand, possui acervo histórico do município e um museu ao ar livre sobre o ciclo da madeira;
- Museu de Artes de São Joaquim, considerado o 3º do Estado em valor de obras de arte. Acervo com obras do ilustre joaquinense com projeção internacional Martinho de Haro. Artistas Plásticos como Rodrigo de Haro, Semy Braga, Pléticos, Wilson Martins e Artistas Plásticos locais com projeção no âmbito nacional como Tereza Martorano Vieira, Yolanda Bathke Campos e Suzana Scóss Bianchini;
- Parque Nacional da Maçã possui 214.000 m² com áreas para camping, cancha de laço, pavilhões para exposições e palco para shows;
- Estação Experimental de São Joaquim – EPAGRI, pomares experimentais de maçã, pêra, goiaba serrana e uva. Na primavera, torna-se cartão postal com a florada das cerejeiras;
- Monumento Manoel Joaquim Pinto, anexo à prefeitura. Escultura de Élson Outuki sobre o ciclo histórico, econômico e cultural do município e
- Packing House, local para o processamento de maçãs, recebimento de frutas, armazenamento em câmaras frias, classificação e embalagem.

A culinária é bem diversificada devido à variedade étnica que colonizou a região, tendo como base os produtos da região: maçã, mel, carne, queijo e coalhada. Mas são os pratos introduzidos pelos tropeiros que despertam o interesse dos visitantes.

São típicos da região:

- Carreteiro - arroz com charque ou frescal, o mais usado e de maior identificação na cidade;
- Frescal – carne bovina, suína ou ovina salgada e desidratada em lugar sombrio e ventilado por três dias;
- Quirera de milho com carne de porco;
- Frescal assado com moranga caramelada;
- Paçoca de pinhão - pinhão cozido e moído com carne de porco e/ou de gado;
- Raspas de maçã - maçã fatiada e desidratada no sol, usada para chá e suco;
- Rosca de coalhada – coalhada, polvilho azedo, ovos e sal, assada ao forno;
- Bijajica - rosca frita de polvilho azedo, ovos e açúcar;

- Bolo Frito – tipo bolinhos de chuva;
 - Ponche – vinho aquecido com gengibre, casca de laranja e canela. Servido com gemada e clara batida (suspiro) e
 - Doce de gila, tortas de maçã, pinhão cozido e assado na chapa do fogão a lenha, carreteiro na moranga, doces de maçã, “marmeladas”, figadas, feijão tropeiro.
- O artesanato tem como matéria prima a lã de ovelha, couro, nó de pinho e madeira.

Das atrações turísticas rurais consolidadas destaca-se o Snow Valley (Vale da Neve), iniciativa de uma família norte americana de implantar uma reserva ecológica de 30 hectares, com 2.700 m de trilhas localizada em um vale de mata nativa preservada, principalmente com araucárias, bracatingas e mais de 3.000 pés de xaxim.

A viticultura pode abrir um novo espaço turístico. O charme das vinícolas familiares abertas aos visitantes, inclusive com a opção de pousadas, é sucesso no Rio Grande do Sul, com o mesmo apelo da Europa, Califórnia (Napa Valley) e Chile (SCHELP, 2001).

3.2 Fazenda Água Santa

A Fazenda Água Santa está localizada a 4 km da cidade São Joaquim, na rodovia SC - 438, que liga São Joaquim a Bom Jardim da Serra. Possui uma área de 65 hectares e sua subsistência esta vinculada à agricultura, pecuária e turismo.

O nome da propriedade tem origem em uma nascente, um olho d' água que abastece a propriedade e que está localizado dentro de uma gruta, uma fuma, que serviu de abrigo ao Monge São João Maria, e daí vem o nome de Água Santa.

Os proprietários, Péricles Lünenberg e sua esposa Gorete Oderdenge Lünenberg, receberam a propriedade de herança de seus pais Alfredo e Zulmira Palma Lünenberg, que por sua vez conta que esta gleba de terra fazia parte da propriedade de seus avós Pedro Albino e Anunciata Martorano Albino.

O atual proprietário recebeu a terra há cerca de 15 anos atrás, como um campo limpo. Atualmente utiliza 7,5 hectares no cultivo da maçã: 85% da cultivar Fuji e 20% da cultivar Gala; 5 hectares no cultivo de batata semente e o restante da

propriedade é destinado à pecuária: gado leiteiro, ovelhas, cavalos. A mata nativa ocupa 40% da propriedade.

Não há restrição de área destinada à visitação, algumas áreas de plantio são fechadas durante as aplicações de pesticidas. No caso da maçã, sempre são deixadas algumas árvores sem banho para que os visitantes não percam o contato com a fruta que, em muitos casos, é o motivo da visitação.

4 REFERENCIAL METODOLÓGICO

QUESTÕES DE PESQUISA – METODOLOGIA CIENTÍFICA

Nos capítulos anteriores foram apresentados a revisão bibliográfica relativa ao turismo no espaço rural, bem como o Município de São Joaquim e em especial a Fazenda Água Santa enquanto campo de estudo desta pesquisa.

Neste capítulo é descrita a metodologia utilizada na coleta e análise dos conteúdos.

A opção de desenvolver esta pesquisa no município de São Joaquim foi por desconhecer a existência de pesquisas nesta área, envolvendo os turistas, os prestadores de serviço, a população local, os órgãos governamentais e a comunidade organizada.

A escolha desta propriedade deveu-se ao fato de ser a única detectada no município que se encaixava no perfil de prestadora de serviço turístico, sem abandonar a atividade primária: a agricultura. Com esta característica, a atividade turística desenvolvida nesta propriedade rural pode ser catalogada como agroturismo.

Foi usada predominantemente abordagem qualitativa de pesquisa. Para Dantas (1998), este método difere do quantitativo por não empregar um instrumental estatístico como base da análise de dados, mas em informações obtidas em entrevistas e técnicas de observação participante devido à propriedade com que penetram na complexidade de um problema.

De acordo com Godoy (1995), essa abordagem possibilita estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes. Desta forma, um fenômeno pode ser melhor compreendido dentro do seu contexto, quando analisado numa perspectiva integrada. Para isto, o pesquisador vai a campo captar o fenômeno em estudo a partir da percepção das pessoas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

Segundo W. Goode e P.K. Hatt (1973) apud Dantas (1998), “a pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia a separação entre estudos ‘qualitativos’ e ‘quantitativos’, ou entre o ponto de vista ‘estatístico’ e ‘não estatístico’. Não importa quão precisa seja a medida, o que é preciso ser avaliada é a qualidade”.

Esta metodologia de pesquisa apresenta cinco características básicas que configuram este tipo de estudo (BOGDAN e BIKLEN apud TRIVIÑOS, 1990):

- A pesquisa qualitativa tem o ambiente como fonte natural de dados e o pesquisador como principal instrumento;
- Os dados coletados são predominantemente descritivos, os resultados são expressos em narrativas, ilustrados com declarações das pessoas, fragmentos de entrevistas, etc;
- Enfatiza mais o processo que o produto (como o problema se manifesta nas atividades, nos procedimentos, nas instalações cotidianas);
- Preocupa-se em retratar a perspectiva do participante e
- A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

4.1 Caracterização da Pesquisa

4.1.1 Exploratória

A pesquisa exploratória é usada quando o tema escolhido é pouco explorado, permitindo uma visão geral sobre o fenômeno em estudo e aumentando a familiaridade do pesquisador com o ambiente para estudos futuros mais precisos (GIL, 1994).

Justifica-se a utilização da pesquisa exploratória, devido à carência de estudos relacionados ao turismo no espaço rural no Brasil, principalmente no município de São Joaquim, haja vista que apesar de ser um município caracterizado como turístico e com área predominante rural, não possui nenhum projeto desta modalidade na Secretarias Municipais de Turismo e de Agricultura. Assim este estudo pode gerar contribuições para novas pesquisas relacionadas com o tema no município.

4.1.2 Descritiva

Segundo Gil (1994), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Para isto utiliza-se de técnicas padronizadas de coleta de dados, como a observação sistemática. Neste caso os resultados também são expressos em narrativas e ilustrado com declarações das pessoas, fragmentos de entrevistas, etc.

4.2 Delineamento da Pesquisa

4.2.1 Pesquisa Bibliográfica

Procura levantar o que foi publicado sobre o assunto em livros, periódicos, artigos, colocando o pesquisador em contato com maior número de situações do que poderia pesquisar diretamente. Tem a contribuição de diversos autores sobre determinado assunto. De acordo com Hirano (1988), pode ser usado pelo pesquisador como um testemunho, um veículo de observações feitas por outros a respeito de determinado assunto.

4.2.2 Estudo de Caso

Estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos para permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo. O pesquisador utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variada fonte de informação.

Aplica-se nas pesquisas exploratórias e, segundo Gil (1994), fundamenta-se na idéia que a análise de uma unidade (objeto de estudo) de determinado universo, possibilita a compreensão da generalidade do mesmo.

Também se aplica nas situações em que o objeto de estudo é conhecido a ponto de ser enquadrado em determinado tipo ideal, analisando intensivamente uma dada unidade social (GODOY, 1995).

Godoy (1995), também considera o estudo de caso indicado, quando os pesquisadores procuram responder questões “como” e “por que” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse reside sobre fenômenos atuais, que somente poderão ser analisados dentro de algum contexto da vida real.

4.3 Sujeitos da Pesquisa (Critérios de Seleção dos Sujeitos)

Nos estudos qualitativos interroga-se um número limitado de pessoas e a questão da representatividade no sentido estatístico não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a adequação aos objetivos da investigação, garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida.

4.3.1 Acessibilidade

Bastante usado nas pesquisas exploratórias, onde não é requerido elevado nível de precisão. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes de alguma forma, possam representar o universo (GIL, 1994).

Este método foi utilizado quando se pesquisou os segmentos turistas, instituições e população local.

4.3.2 Intencional

Ao invés da aleatoriedade, decide-se intencionalmente, considerando uma série de condições, como sujeitos essenciais, segundo o ponto de vista do pesquisador, para esclarecer o assunto em foco (TRIVIÑOS, 1994).

4.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Triviños (1990), ressalta que a pesquisa qualitativa não permite visões isoladas, estanques. Ela se retroalimenta de maneira que a coleta de dados num instante deixa de ser tal e passa a ser análise de dados para, em seguida, ser veículo na busca de novas informações. Assim, a idéia expressa em uma entrevista pode recomendar novos encontros para explorar o assunto ou outros tópicos importantes para esclarecer o assunto que originou o estudo.

4.4.1 Observação Participante

Também chamada de participação ativa, é a participação real do observador na vida da comunidade, assumindo o papel de membro do grupo. A observação participante pode assumir duas formas: natural, quando o observador pertence a mesma comunidade que investiga e artificial quando se integra ao grupo para fazer a investigação.

Neste estudo a observação foi participante natural por ser o pesquisador natural desta comunidade e ter convivido com quase todas as pessoas que fizeram parte dos grupos estudados.

4.4.2 Entrevista Estruturada

Quando o pesquisador precisa caracterizar um grupo de acordo com seus traços gerais (ocupação, nível de escolaridade, estado civil, etc.), “pode ser um meio do qual precisamos para obter as certezas que nos permitem avançar em nossas investigações” (TRIVIÑOS, 1990).

Este tipo de entrevista também é chamado de formulário e mantém uma relação fixa de perguntas, com ordem e redação invariável para todos os entrevistados. Este modelo foi usado com os turistas usuários da Fazenda Água Santa, o que nos deu a certeza para avançar na investigação.

4.4.3 Entrevista Semi-Estruturada

A partir de questionamentos básicos, apoiados em teorias que interessam a pesquisa e vão abrindo campo para novas interrogativas a medida que recebem as respostas do informante, o qual participa na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1990).

Os questionamentos básicos são resultados da teoria que alimenta a ação do pesquisador, como também da informação colhida sobre o assunto. É importante também o contato para a escolha das pessoas entrevistadas.

Esta entrevista foi usada para a população e órgãos governamentais e não governamentais, pois este processo de entrevista alcança melhores resultados quando se trabalha com diferentes grupos de pessoas, se desenvolvem em processo de retroalimentação, podendo esclarecer pontos conflitivos ou divergentes.

Teve-se o cuidado de fornecer informações sobre a pesquisa e o que se esperava do informante, deixando-o à vontade para responder, mas sempre retomando ao foco principal. No final o entrevistado pode relatar algo esquecido durante a entrevista.

Este modelo foi usado para entrevistar a população local e a comunidade socialmente organizada.

4.5 Coleta de Dados

4.5.1 Técnicas e Procedimentos para a Coleta de Dados

Em cada seguimento pesquisado, as respostas direcionavam a pesquisa para outro seguimento. Assim, iniciou-se a pesquisa na Fazenda Água Santa e, na seqüência, turistas, comunidade e líderes da sociedade organizada.

Primeiramente foi elaborado o formulário estruturado de pesquisa (anexo 3) Perfil e Percepção dos Visitantes em Relação ao Turismo em Propriedades Agrícolas, destinado aos turistas usuários da Fazenda Água Santa. Seu objetivo era saber quem eram as pessoas que procuravam esta modalidade de lazer, conhecer

seu perfil sócio-econômico bem como os fatores que motivaram a viagem e o grau de satisfação com o local visitado.

Este formulário foi aplicado no período de julho a agosto de 2000 e, de acordo, com as respostas, obteve-se a certeza para continuar com a investigação.

Assim, partiu-se para as entrevistas semi-estruturadas com a população local (anexo 4) partindo do ponto de como os residentes viam o município economicamente, as alternativas de desenvolvimento local, o turismo e seus impactos. Através deste contato com os residentes foi possível identificar pessoas com potencial para entrar no mercado, como também a insegurança de entrar nesta atividade devido ao pouco conhecimento de retorno no município e a total falta de incentivo dos governantes para a atividade.

Estas entrevistas foram realizadas no período de agosto a setembro de 2000 e foi utilizado um gravador como instrumento de registro das informações, pois neste tipo de entrevista as respostas do informante podem levar a um outro direcionamento das perguntas. A escolha da amostra foi por acessibilidade.

De acordo com as informações colhidas com a população, percebeu-se o anseio desta em acreditar no turismo rural como redenção econômica local, mas também o descontentamento com a administração municipal em não priorizar o turismo, sabendo que a cidade possui selo turístico e que sua área é predominantemente rural.

Desta forma, o passo seguinte foi procurar os líderes municipais (anexo 5) para saber como viam o panorama atual do turismo no município de São Joaquim, a tendência para o futuro e, principalmente, quais as ações destes órgãos quanto a contribuição para o desenvolvimento turístico do município.

Nesta fase de pesquisa também foram utilizados a entrevista semi-estruturada e o gravador como instrumento de registro. Entre os meses de setembro e outubro de 2000 foram ouvidos os seguintes segmentos: Prefeitura Municipal, Secretaria de Turismo, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Educação, Clube de Diretores Lojistas (CDL), EPAGRI, Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE) Serviço Nacional de Emprego (SINE), Conselho Municipal de Turismo (CONDETUR) e Associação Pro Turismo (PROTUR).

No mês de julho de 2001, procurou-se novamente a administração municipal de São Joaquim nas pessoas do Prefeito Municipal e Secretários de Turismo e

Agricultura para saber em que escala de prioridade esta nova administração locaria o turismo rural em sua gestão.

Também foram entrevistados o proprietário da Fazenda Água Santa e seus empregados para definir sua forma de gerenciamento e que tipo de contato mantém com a administração municipal.

As entrevistas permitiram conhecer a perspectiva de vários participantes envolvidos no processo de implementação do agroturismo no município: o consumidor, o proprietário rural e as autoridades municipais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados das entrevistas e para melhor entendimento serão apresentadas na seqüência em que foram coletadas.

5.1 Fazenda Água Santa

A idéia do turismo surgiu em 1994, devido à dificuldade de trabalhar com uma renda anual, oriunda de uma agropecuária sempre incerta quando se trabalha com culturas que dependem do clima, paralelo às alternâncias de safra ditando o preço no mercado.

Neste momento, os proprietários perceberam a atração que o turismo rural despertava nas pessoas da cidade, que queriam conhecer a vida do campo. Encontraram aí uma oportunidade de complementação de renda da propriedade até então exclusivamente agrícola.



Figura 3: Vista da Pousada

O fato de sua propriedade ser contemplada com recursos naturais belíssimos e o próprio nome sempre ter exercido uma atração na comunidade, os impulsionou a receber visitantes. Começaram timidamente sem assessoria profissional, baseado exclusivamente no atendimento familiar e na estrutura de sua própria residência. Aos poucos foram investindo na reestruturação da casa que hoje comporta oito quartos, podendo receber até 24 visitantes (Figura 3).

A maior dificuldade encontrada na implantação foi a falta de linhas de crédito para esta atividade turística destinada aos “pequenos”, nas suas palavras “é mais fácil firmas grandes conseguirem”. Assim sempre trabalharam com recursos próprios e os investimentos em equipamentos turísticos foram lentos e de acordo com o retorno da própria atividade.

Pequenas propriedades rurais, de acordo com o Código Florestal Lei 4771/65 são aquelas e até 30 hectares, assim a Fazenda Água Santa, que possui 65 hectares, fica fora das linhas de créditos destinadas às elas, como por exemplo, o Crédito Rural Agregar.

Os proprietários consideram que o Poder Público esqueceu o turismo no município e quem trabalha com o turismo rural não tem apoio nem no básico, que é a melhoria das estradas, dificultando o acesso aos visitantes.

A água que abastece a propriedade vem de uma nascente própria e não recebe tratamento e nem monitoramento. Como está em campo limpo, longe das lavouras, só há o cuidado de manter limpo o entorno, para evitar contaminação.

O aquecimento da pousada é feito à lenha nas lareiras e no fogão. Nos quartos dispõem de estufas elétricas.

As águas servidas são destinadas às fossas e sumidouros, construídos com orientação da Fundação do Meio Ambiente (FATMA), de acordo com a legislação que proíbe o destino final nos rios.

O lixo produzido na propriedade tem o seguinte destino:

- Latas e vidros são recolhidos e guardados para venda;
- Os restos de comida são usados na alimentação dos animais e
- As embalagens de agrotóxicos, depois da tríplice lavagem¹ são queimadas,

¹ Método de lavagem das embalagens em que a remanescente de produtos agrotóxicos na terceira água de lavagem é na faixa de ppm (partes por milhão), caracterizando condições de segurança para o seu manuseio. A água utilizada é adicionada no tanque pulverizador. Esta opção de tratamento permite que as embalagens rígidas possam ser recicladas, pois nesse processo pode remover até 99% dos resíduos de agrotóxicos remanescentes.

pois a legislação de recolhimento destas ainda não entrou em vigor e o proprietário não sabe de outro procedimento (Lei nº 9.974/00, Decreto nº 3.550/00 e Decreto nº 3.694/00)

O restante do lixo é levado para a cidade e recolhido pela Prefeitura Municipal.

As ampliações feitas na residência são de alvenaria, que é mais rápida e barata. As construções com pedra, antes comuns e típicas da região se tornaram muito caras, não pela matéria prima que é abundante, mas pela mão de obra que se tornou escassa. A madeira usada é comprada, pois o corte da floresta nativa está proibido e a lei não prevê o uso para manutenção da propriedade. O que faz o proprietário pensar que “os ambientalistas não estão na pele das pessoas que mantiveram uma reserva e hoje não conseguem tirar nem para uso próprio, fazer as construções com sua própria madeira”.

É interessante salientar que esta “reserva” que fala o produtor, este remanescente florestal, é uma área belíssima de sua propriedade em que a sua proteção não significa somente um ganho ambiental na manutenção da flora e fauna, mas também, um fator de atratividade para a propriedade.

Quanto ao uso para reformas ou pequenas benfeitorias, no ano de 2001, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), aprovou a Resolução 278/01, que proíbe o corte das espécies nativas consideradas em extinção, entre elas a araucária. No entanto, no artigo 2º condiciona o uso de 15 m³ para uso dentro da propriedade, no período de cinco anos.

A renovação da pastagem é feita com queimadas controladas, prática ainda muito usada na região. “É mais fácil e barato, queimar do que roçar” comenta o proprietário.

A propriedade é auto suficiente em carne (bovina, suína e ovina), leite, ovos, batata, pinhão, feijão e algumas hortaliças. O leite, in natura e industrializado na forma de doce, queijo e coalhada, é usado no abastecimento da propriedade.

Possui também dois açudes com carpa e truta, onde o que é pescado pelos visitantes é preparado na cozinha e servido nas refeições.

No início desta pesquisa, em outubro de 2000, e de acordo com os dados passados pelos proprietários, a maior fonte de renda vinha do cultivo da maçã agregando 80% na renda total da propriedade. Os outros 20% vinham da comercialização da batata (neste momento a 2ª fonte de renda) e do turismo. Naquele período a intenção era de aumentar os investimentos no setor turístico e

passar a plantar somente batata para consumo, já que o mercado para esta cultura estava muito instável, o preço por saco de 50 kg vendido de R\$ 45,00 a R\$ 50,00, no ano de 2002 não passou de R\$ 4,00 a R\$ 6,00.

A leitura de mercado do proprietário é de que “a batata dá preço, todos plantam, fazendo o preço cair no ano seguinte”. E continua afirmando que “este ano teve muita oferta, pouco preço e pouco interesse em plantar para o ano seguinte. Muitos produtores jogaram a semente fora”.

Devido ao inverno rigoroso no ano de 2000, com as fortes geadas no Estado de São Paulo no mês de julho, a oferta de semente diminuiu. Pouca oferta fez os preços dispararem em 2001, o saco de 50 kg foi vendido em média por R\$ 40,00, chegando a R\$ 60,00.

No caso da Fazenda Água Santa, a decisão tinha sido priorizar o turismo e passar as receitas oriundas com a batata para 3º lugar. Assim, apesar do alto preço atingido, os proprietários diminuíram a área plantada, colhendo apenas 100 caixas de batata (30 kg/unidade).

Apesar da maçã representar 80% no total dos rendimentos, neste ano os proprietários também sentiram problemas de comercialização. No ano 2000, em São Joaquim, 80% dos pomares foram danificados pelo granizo. O preço, normalmente em torno de R\$ 0,50/kg, caiu nesta safra ficando entre R\$ 0,15 e R\$ 0,20. O máximo que se pagou na região foi R\$ 0,30/kg para a maçã de alta qualidade.

Como o produtor não dispunha de câmara frigorífica para estocar e poder vender durante o ano, foi obrigado a vender no preço do momento da colheita ou deixar no pé. Conseguiu vender 317 toneladas de maçã e calcula ter deixado no pé de 40 a 50 toneladas por falta de comércio, pois nem as fábricas de doce tinham interesse por já estarem abastecidas (Figura 4).



Figura 4: Área do Pomar com as Frutas no Chão

A alternância de safra e o inverno prolongado e chuvoso prejudicaram a polinização da macieira, levando a safra da maçã a uma quebra de 50% de produtividade. Menor produção, maior preço, mesmo com uma safra menor que a anterior, colhendo 90 toneladas, a Fazenda Água Santa vendeu a maçã por R\$ 0,65/kg.

O Sr. Péricles acredita ser uma alternativa para os pequenos produtores se unirem em grupos de quatro a cinco vizinhos e construírem uma câmara frigorífica, já que na situação atual é muito difícil construir sem financiamento. Pomares pequenos, ou se aliam ou acabam desistindo. Também seria ideal estes mesmos produtores cooperados poderem partir para a agroindústria e beneficiar a polpa de maçã, pois não existe ainda no município indústria de doces, suco ou cidra ou que aproveitem a maçã industrial da região.

A divulgação dos atrativos turísticos da Fazenda Água Santa era feita por jornais e revistas, como o Guia Quatro Rodas. Segundo depoimento dos hóspedes, alguns

visitantes encontraram o nome da propriedade na internet, o que não era do conhecimento do proprietário.

Desde o início, a partir de outubro, as atividades turísticas eram interrompidas, só retornando em abril do ano seguinte. Havia dificuldade principalmente com os funcionários de trabalhar nos finais de semana, mesmo sendo oferecidos dois dias de folga na semana e hora extra depois do horário normal de trabalho. Neste sentido a percepção do proprietário é de que, “terra de safra, ninguém quer trabalhar sábado, domingo e à noite. Dependendo da temporada, os funcionários são caros. Pessoal local não tem mentalidade para turismo”. Assim, como consequência havia rotatividade de empregados na fazenda. A opção era pegar pessoas com experiência, pois não havia tempo para capacitá-los.

Este ano, na tentativa de elevar o valor agregado (passar para um patamar turístico mais forte) e apostar no potencial de São Joaquim no verão, um clima ameno para quem foge do verão de altas temperaturas, as atividades turísticas da fazenda não foram interrompidas.

Além de continuar investindo no pernoite, com café da manhã, almoço e janta, abriu também para pessoas que desejavam apenas passar o dia, sejam habitantes locais (famílias ou excursões escolares) ou de localidades vizinhas. Com isto, segundo os proprietários, a renda proveniente do turismo passou a significar 30% do total da propriedade.

A preocupação hoje do proprietário é criar opções para que o visitante permaneça mais tempo, como fazer cavalgadas com pernoite em outras fazendas no município ou em cidades vizinhas. No entanto, como coloca o Senhor Péricles há uma barreira nesta tentativa, pois existe uma rivalidade entre municípios e entre propriedades que só seria solucionada com políticas públicas direcionadas a desenvolver o turismo regional.

Enquanto isto a Fazenda Água Santa trabalha no sentido de proporcionar a seus visitantes um processo interativo com a propriedade. São oferecidas caminhadas, passeios a cavalo com guia, onde se tem a possibilidade de parar para um pic-nic ou fazer um fogo e até uma sapecada de pinhão. Os cavalos também estão à disposição para passeios curtos sem guia.



Figura 5: Cavalgada na Fazenda Água Santa

Estes guias são os trabalhadores da fazenda (trabalham com gado e cavalos), aproveitados para esta atividade, até por conhecerem bem a área. São orientados para tratar o turista, alguns se destacam pelo carisma, fazendo que os outros ao observarem o retorno financeiro (gorjetas), procuram mudar a maneira de agir.

A área de pomar é aberta para o “*colha e pague*”, procurando trabalhar com grupos pequenos e fazendo uma conscientização ambiental antes de entrar na área agrícola. Percebe-se que o pessoal jovem é mais difícil de trabalhar, pois muitos colhem e descartam a fruta no chão.

Os investimentos em equipamentos turísticos para a temporada 2001 foram a piscina térmica e um restaurante rústico com cozinha de chão. Há também a necessidade de criar uma página própria na internet para divulgação.

Conforme depoimento da proprietária da Fazenda Água Santa, Gorete Oderdenge, responsável pela administração da pousada, dispunham inicialmente de três quartos. Ampliaram posteriormente para oito apartamentos sentindo, atualmente, que poderia ser maior:

“A atividade turística começou como um meio de conciliar a agricultura com um outro rendimento sem sair da propriedade, unir o útil ao agradável é uma maneira de eu poder trabalhar também, começamos com os quartos da casa para ver se daria retorno”.

No entanto, a prioridade atual dos empresários consiste em melhorar o espaço já existente, sem ampliar. Estas melhorias obedecem às necessidades dos turistas que buscam cada vez mais conforto. Estão implantando uma piscina e água quente central na pousada, que na visão da proprietária “a piscina é uma tentativa de atrair turistas nos meses de verão, a primeira coisa que eles perguntam quando fazem a reserva é se tem piscina”.

A senhora Gorete se considera um “*coringa*”, pois trabalha na administração, supervisiona as compras, arrumação dos quartos, elabora cardápio e assume qualquer função na falta de um empregado. Isto comprova o pensamento de Laurent e Mamdy (1998), de que são as mulheres as que mais exploram esta atividade.

No entanto, ela considera que a maior dificuldade é a mão-de-obra qualificada, “pensam que você é chata porque exige o serviço bem feito”, diz a proprietária. Assim, procura escolher os empregados através do SINE, mas é difícil encontrá-los com qualificação. Para sanar esta dificuldade, participa de cursos periodicamente para poder capacitá-los.

Confessa nunca ter monitorado a saúde dos empregados (exames laboratoriais periódicos), exigindo somente a carteira de trabalho e o atestado de saúde. Há três empregados fixos para cada atividade e agregam mais dois durante a temporada de inverno.

O cardápio é selecionado procurando usar o que tem na fazenda e, no inverno, é servida a comida tradicional da região². O frescal é o carro chefe, seguido pela paçoca de pinhão e charque com moranga.

No café da manhã é servido rosca de coalhada, bijajica, bolo frito e torta de maçã. A maior aceitação é a rosca de coalhada após a explicação da composição feita por Gorete.

Tudo que é feito da maçã tem grande aceitação pelos turistas. Levam doces de maçã e geléias. Quanto ao suco de maçã, ainda não descobriram a técnica de preparo para não escurecer. Optaram por não fazê-lo, pois exige o consumo imediato após o preparo. No entanto, as mulheres da Colônia Japonesa, localizada

² As receitas das comidas tradicionais da região estão descritas no item 3.1.4

no município de São Joaquim, preparam um excelente suco de maçã, que é servido nas suas festas. Pode-se inferir que este aspecto poderia ser uma oportunidade de Agroindústria no município.

Excetuando os visitantes, os proprietários investem também na população local que participa de eventos específicos como, por exemplo, passaram a oferecer feijoada nos finais de semana a partir deste ano. Um detalhe interessante, percebido por Gorete é que a população local, nos jantares festivos não se interessa por pratos típicos, demonstrando preferência por outras opções.

A meta é investir na diversificação do lazer para melhorar a qualidade da permanência dos hóspedes que permanecem mais tempo.

Um critério que precisa ser trabalhado diz respeito ao interesse dos visitantes em conhecer mais sobre a cultura local enfatizado na entrevista (vide item 5.2). A Fazenda deixou de oferecer duas opções. Cancelaram a contratação de grupos de danças regionais, justificada pelo alto preço aliado à dificuldade em coincidir os contratos com um número expressivo de visitantes. O espaço utilizado para a loja de artesanato foi substituído pela sala de jogos. A opção de adquirir um veículo utilitário para passeios locais foi excluída por envolver alto custo deixando a iniciativa para empresas independentes.

O contato com os órgãos públicos, na opinião do proprietário, é fraco. Acredita que é muito lento o investimento e reconhece o esforço da Secretaria Municipal de Turismo que trabalha sem apoio da administração municipal.

Percebe que os visitantes têm curiosidade sobre tudo que acontece no local, o processo produtivo da maçã, a ordenha, tendo acesso a todas as atividades.

Ao entrevistar os empregados, buscou-se identificar a função de origem e se havia remanejamento para a prestação de serviços turísticos com capacitação para tal. Percebeu-se que mantinham a função para a qual foram contratados.

Os empregados não demonstraram interesse em participarem de cursos de aperfeiçoamento. São pouco curiosos em relação aos visitantes e não mantêm muito contato, a não ser aqueles que trabalham como guias de cavalgadas.

No setor doméstico a maior queixa quanto ao trabalho é a falta de aquecimento da água, que poderia ser um dos investimentos dos proprietários na melhoria da qualidade do espaço existente.

5.2 Turistas

Mais da metade dos freqüentadores da Fazenda Água Santa são do Estado de Santa Catarina, com incidência também dos Estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A faixa etária dos visitantes está entre 25 a 45 anos e quanto a ocupação funcional são as mais diversas: engenheiros, vendedores, empresários, funcionários públicos, biólogos, professores e bancários, com regularidade anual seguida da semestral.

A fuga dos centros urbanos para o contato com a natureza é o maior estímulo. Isto corrobora o que diz Krippendorf (1989), que pode ser visto no depoimento de alguns turistas:

“Fuga dos grandes centros, procura de maior contato com a natureza e atração pela vida rural com conforto”.

“A vida muito atarefada em grandes centros nos deixam estressados e um passeio como este nos revigora”.

“Usufruir o descanso e da diversão da fazenda”.

Também foram citados a procura de novos lugares e da gastronomia diferente e o desejo de conhecer o sul do país durante o inverno, como fatores de motivação para viajar.

São Joaquim é destaque na mídia nacional sempre que a temperatura desce a níveis negativos (o que é freqüente no inverno) ou há incidência de neve na região. Há uma curiosidade geral e um forte apelo para visitaçao ao município.

A maioria dos visitantes diz ter chegado ao local por indicações de amigos, da Secretaria de Turismo, do guia turístico e pela internet. A escolha pelo local foi pela beleza, tranqüilidade e proximidade do centro da cidade, oferecendo cavalgadas, a esperança de ver neve e também a comodidade de ter as refeições incluídas.

Perguntados sobre o que os levaram a procurar esta modalidade de lazer a resposta mais freqüente são as atrações que não se encontram na cidade e o interesse em programas de cunho ecológico. Esta realidade vem de encontro ao que coloca Rodrigues (1997) e Urry (1996), quando afirmam que é real a busca por ícones e imagens diferentes do cotidiano, a alteração de hábitos de consumo e a busca da natureza.

A perspectiva de encontrar na região a opção de turismo oferecido no espaço rural, dentro de uma propriedade agrícola, trouxe ao município um público que não

veio só em busca do fenômeno da precipitação de neve, mas também um público associado a uma forma natural de vida.

Constatou-se que os visitantes já tinham tido contado com esta modalidade de turismo e procuravam retornar em pousadas semelhantes. As viagens são planejadas por famílias e por casais.

Quando perguntados se encontraram o que buscavam, as respostas foram positivas, com exceção dos que desejavam ter visto neve e sua estadia não coincidiu com o fenômeno climático:

“Encontrei amigos, hospitalidade, paz, tranquilidade”.

“Passeios a cavalo, hospedagem típica de fazenda com lareira, comida caseira muito boa, paisagens bonitas”.

“Hospitalidade, sentir-se em casa”.

No entanto, houve também os que não encontraram o que buscavam em relação à cidade:

“Melhor estrutura na cidade como: casa de café colonial, confeitaria, bons restaurantes e um comércio mais diversificado”.

“O comércio devia usufruir os hóspedes das fazendas e da própria cidade oferecendo melhores restaurantes”.

Este público vem atrás da paz que o campo oferece; da paisagem que cerca a região campos cercados de taipas (cercas de pedras empilhadas que dividiam terrenos), montanhas, florestas de araucária, rios com trutas; e das virtudes simples encontradas na vida campeira: a ordenha do gado, as lidas dos peões, os passeios a cavalo, as histórias ouvidas em volta ao fogo de chão ou na frente da lareira, degustando a farta e típica gastronomia da região.

Todos os entrevistados voltariam e recomendariam o local, principalmente pela acolhida que tiveram dos proprietários, o ambiente ter um “quê” familiar. A propriedade chamou a atenção como um todo, destacando a limpeza e o bom atendimento.

O que se consumiu na propriedade teve um grau de satisfação ótimo para alimentação, e de regular a bom para hospedagem e as atividades de lazer. Dentre as sugestões deixadas para o local estavam pontualidade nas refeições; chuveiros a gás; mais opções de lazer, principalmente em dias de chuva:

“Eu sei que estão crescendo, fazendo melhorias, mas sugiro mais atividades de lazer”.

“Oferecer material de propaganda de passeios turísticos na região. Contatar proprietários de jipes e similares para passeios”.
“Colocar termômetros dentro e fora da pousada”.
“Oferecer artesanato local e diferentes produtos utilizando a maçã (tortilhas, compotas, geléias...)”.

Todos os entrevistados visitaram a cidade de São Joaquim, para conhecer melhor, devido ao fato de ser uma localidade conhecida nacionalmente e, quando solicitados sobre quais elementos da cultura local tiveram conhecimento, foi citado o Museu Histórico, a Exponeve, a festa “Noite Italiana” e contatos com a gastronomia local. Mas houve também os que sentiram falta de uma maior divulgação dos atrativos locais:

“Não houve maior contato com a cultura local, pois a população (aparentemente) não procura e divulga seus hábitos culturais, como artesanato, gastronomia e demais. ‘Apresentemente’ a população local não vê o turismo como alternativa de renda e sim um fator de renda, exceto a produção de maçãs”.

Convém ressaltar que no mesmo período em que foi ouvida a população local (julho de 2000), havia muitos turistas nas ruas, pois na ocasião houve alta precipitação de neve, amplamente divulgada pela mídia. Este fato me motivou a investigar os visitantes que não estiveram hospedados na fazenda Água Santa sobre suas impressões da cidade, três fatores chamaram a atenção:

- A decepção dos turistas com a cidade (mal cuidada), constatando que os arredores eram muito mais fascinantes. A paisagem rural de campos, as araucárias e as taipas (cercas de pedra) exerciam um fascínio muito maior que a paisagem urbana, que está completamente descaracterizada;
- O comércio local não tem horários flexíveis para uma cidade turística, mesmo nevando e com a cidade cheia, os horários são rígidos e
- Perguntados que outra atração os fariam voltar a São Joaquim, a resposta foi a colheita da maçã.

Constata-se a decepção dos visitantes em relação a uma cidade tão famosa, mas com uma arquitetura urbana completamente descaracterizada e uma infraestrutura deficiente na prestação de serviço, principalmente nas opções de hospedagem, restaurantes e lazer.

5.3 População Local

Todas as pessoas entrevistadas mostraram grande preocupação com a situação atual de São Joaquim. Apontam o comércio como o indicativo da falta de dinheiro na cidade. Os jovens se preocupam com a falta de empregos na cidade. Acreditam também que o Governo Estadual precisa fazer uma ampla política de desenvolvimento do planalto serrano, que hoje é a parte mais pobre do Estado de Santa Catarina.

Ouvida a população local, ficou claro o desânimo dos residentes com a atual situação econômica do município, evidenciando uma economia totalmente dependente da agricultura baseada principalmente na maçã, batata e pecuária. Esta característica aliada à instabilidade das safras, preço baixo pago ao produtor, dificuldade de comercialização, ausência de uma política agrícola favorável ao pequeno produtor, empobreceu consideravelmente a região, a ponto da situação ser classificada como catastrófica pelos residentes.

Aparece também a esperança de alguns proprietários de remanescentes florestais a liberação do corte da araucária. Toda esta discussão a respeito das possibilidades de manejo do pinheiro, permeadas com legislações desfavoráveis ao corte, demonstra a escassez dos recursos florestais, que é uma realidade mundial. Urge a necessidade de procurar outras alternativas de renda para o município.

Quando se fala em alternativas de desenvolvimento local surge também à alternativa da silvicultura, muitos indicam a diversificação da fruticultura, com a opção de frutas de caroço, também a pêra, a uva, framboesa, amora e morango, conforme mostram os relatos transcritos abaixo:

“No momento a fruticultura esta passando por uma crise violenta por falta de planejamento de vendas. São Joaquim já superou a dificuldade da produção, agora esta com uma produção fantástica e vai aumentar cada vez mais. Mas a parte de armazenamento e vendas é precário. O governo deveria emprestar dinheiro a baixos custos para construção de câmaras frias”

“O melhor é diversificar, assim a tua chance de errar é menor. Os agricultores devem se organizar em grupos, pois hoje o difícil não é produzir, mas vender o que se produz. Você tem que saber que o que você vai plantar tem destino certo”.

“Em razão da topografia do município, a característica é a pequena propriedade, pequenos produtores. Enquanto Vacaria, Fraiburgo tem meia dúzia de grandes produtores, São Joaquim possui mais de 600 pequenos pomares. Esta característica do pequeno por um lado confere qualidade no seu produto, por outra dificulta exatamente esta comercialização”.

A necessidade de união, cooperativismo e organização em grupos, foram diversas vezes colocadas como uma alternativa para enfrentar a crise. Uma das sugestões é a construção de câmaras frias, investimento necessário, mas inviável para uma pequena produção e sustentável para um grupo de produtores. Muitos vêm a solução no associativismo. Decisão tomada por um grupo de 30 fruticultores, liderados por Elvío Castelo Branco, quando em abril de 1998, fundaram a Cooperativa Frutas de Ouro e conquistaram 9 prêmios de qualidade de maçã na Festa Nacional da Maçã em 2001.

A população local pede também o incentivo para o agronegócio com a industrialização da maçã em doces, chips e principalmente suco, aproveitando a maçã de baixa qualidade. Hoje quase que totalmente explorada fora do município. O próximo registro exemplifica o exposto:

“É fundamental que o incentivo para as alternativas frutícolas venham em conjunto a parte da agroindústria. Hoje dizem que a nossa uva, produz o melhor vinho, mas produzir a matéria prima para ser industrializado lá fora? Dar o nome ao vinho nas outras localidades? Se é o a produção do vinho que dá o maior retorno”.

Mas o que está mesmo na fala do ator local é o turismo. É citado como a “redenção do município”. Todos concordam que o potencial existe e que só não acordam para esta realidade aqueles que não quiserem. A própria instalação do projeto de viticultura no município poderá ser mais um atrativo turístico, a exemplo das vinícolas gaúchas como Miolo e Casa Valduga, hoje aberta ao público como pousadas (SCHELP, 2001). Neste sentido destacamos alguns relatos:

“O frio ao mesmo tempo em que é o ponto forte no turismo é problemático na agricultura, só tem uma safra por ano, se você errar dois anos seguidos está fora do mercado”.

“Economia baseada na agricultura e hoje está uma crise generalizada, eu penso que o futuro será no turismo”.

“Somos uma região pobre que devia ser mais assistida pelo governo do estado, principalmente na agricultura”.

“Vejo a cidade muito dependente da agricultura”.

“Há hoje uma reserva grande de araucária na região que o IBAMA não deixa explorar. Seria outra alternativa de economia do município, mais o governo não permitiu o corte do pinheiro”.

“São Joaquim está em dificuldade devido os baixos preços dos produtos agrícolas, mas que tem um futuro muito grande na área de turismo e tem uma bastante divulgação nacional”.

“São Joaquim está precário, falta incentivo na parte de turismo e saúde, quem sabe agora comece a melhorar a solução de São Joaquim é o turismo mesmo”.

“Poder aquisitivo muito baixo, setor da agricultura muito desgastado, falta profissionalização. Turismo é uma alternativa que esta entrando, uma pena não ter sido conscientizado há vários anos”.

“A situação é catastrófica, este ano especificamente em que a maçã vai mal, a batata vai mal. O comércio ressurte quando o setor primário esta mal. Até a colônia japonesa esta vivendo uma situação nunca antes vivida”.

“Os fruticultores pequenos não tem câmara fria, na hora de vender não tem para quem vender, estão indo para trás”.

“Precisamos urgentemente desenvolver turismo, que é o único investimento econômico que dá igualdade a todos e na educação que tira a diferença de classes”.

O turismo aparece com unanimidade como alternativa de desenvolvimento da região, na fala dos atores locais.

Quando se questiona que tipo de turismo é o melhor para a região, o turismo rural é citado imediatamente. Muitos descrevem o turismo na forma de agroturismo, às vezes sem nunca ter ouvido o termo. Alguns acreditam que possam ser possíveis outras formas de turismo rural, conforme depoimentos:

“Desenvolver o turismo em cima do que existe nas propriedades, congregando as atividades existentes na propriedade com o turismo”.

“Explorar não só neve, mas as fazendas no sistema de hospedagem, mas sem financiamento é difícil fazer investimento hoje”.

“O turismo rural é só a hospedagem, não envolve atividades diretas de produção. No agroturismo desenvolve as culturas e associa o turismo junto, faz o turista participar”.

“Ecoturismo, uma imensa área verde, tem turismo aqui para o turista ficar uma semana, basta as pessoas abrirem as portas. Cidade pequena, pessoas vêm em busca de coisas diferentes, mais rústicas, mais acolhedoras, não luxo, nem hotéis cinco estrelas”.

“O turismo rural aqui esta muito mal estruturado, tem pouco conforto, confundem turismo rural com rusticidade, o turista não gosta de passar trabalho”.

“Não estamos sabendo explorar o interior, o turista pergunta onde plantam as maçãs, não vemos maçãs na beira da estrada. Poderia haver um turismo interativo aonde o consumidor da cidade vem conhecer o processo daquilo que está consumindo, como é produzido as coisas que ele come. Quando ela pegar uma maçã e dar uma mordida vai saber tudo o eu se passou para chegar ali e pode até defender o preço real”.

“O turista não gosta de coisa improvisada. Ele sai para caminhar no campo, mas quando volta quer uma lareira, uma cama bem boa, comida boa. Ninguém sai de casa para passar trabalho”.

“A turma que foi a pouco para o norte da Itália, vieram falando da residência dos produtores servindo como hospedagem, pousadas. Não interfere em nada na atividade diária do produtor. Só tem alguém a mais mostrando como funciona o processo produtivo”.

Além de não interferir nas atividades agrícolas, o turismo também valoriza a figura do agricultor, já tão massacrado com a falta de preços justos, incerteza das safras e vivendo o isolamento do mundo rural (GUZZATTI e SOLDATELLI, 2000).

A certeza de escolha do local para fazer o estudo de caso foi confirmado pela população quando questionada se sabiam de algum local em São Joaquim onde este tipo de atividade fosse desenvolvido, a resposta foi a Fazenda Água Santa. Relação sujeito da pesquisa é representativo aquilo que eu quero (MINAYO, 1999):

“Dá para citar como exemplo a Pousada Água Santa, onde o principal fator econômico dela é produção da maçã e da batata. Ela colocou o turismo como uma alternativa para melhorar a renda, e hoje as pessoas que se hospedam lá podem participar da vida ativa da fazenda”.

Aqui também se podem identificar produtores que gostariam de trabalhar nesta atividade, mas com muitas dúvidas a respeito, por desconhecerem o caminho e por não haver políticas públicas de incentivo no município, pela carência de planos de desenvolvimento turístico municipal.

A ausência de critérios e normas para o setor não é deficiência unicamente municipal, pois só agora a EMBRATUR está se estruturando para conhecer e diagnosticar o universo atual do turismo rural no país e como ressalta Zimmerman (1998), no Brasil as atividades pontuais ocorrem por força da mídia e da necessidade dos produtores na busca de novas fontes de renda. Neste sentido ressaltam os entrevistados:

“Precisa mais estudos a respeito, pois é um investimento alto e com retorno não muito rápido”.

“O Governo do Estado não investe em turismo no interior. O Rio Grande do Sul promove Gramado e Canela, São Paulo investe em Campos do Jordão, Rio de Janeiro em Petrópolis. E nós que temos a propaganda de graça no Brasil somos esquecidos, o governo estadual só promove as praias”.

A resposta foi unânime sobre o que esta atividade poderia trazer para o município: emprego e renda, que pode ser comprovado pelos depoimentos:

“Pode trazer aumento da economia, divulgar a cidade”.

“Lucro em todos os sentidos: intelectual, financeiro, social, emocional”.

“Gera emprego direto. A faxineira, o garçom, a copeira, o peão que vai cuidar do cavalo, até o gaiteiro que vai tocar uma música para o turista”.

“O turismo agrega renda na entressafra da maçã”

“A comunidade se mobiliza e sente a cada dia que passa que o turismo é mais uma renda, uma maneira de sobrevivência e divulgação de região”.

“O turista deixa dinheiro na cidade, desde que tenha local para gastar como bares, restaurantes. O artesanato não pode ser só a lã, quem mora em lugar quente não vai levar lã para casa”.

“Trazer mais renda, o turismo pulveriza dinheiro pela cidade, ganha o restaurante, ganha o hotel, o posto de gasolina, ganha o comércio”.

“O consumidor da maçã será um cliente parceiro. Sendo bem atendido, haverá retorno na compra dos produtos”.

“A economia do século é a do lazer, do entretenimento”.

A respeito dos aspectos positivos e negativos para o meio ambiente, a maior preocupação observada quanto aos negativos diz respeito ao lixo gerado. Também foi citado o visitante da terceira idade que tem paixão por flores exóticas e gostam de levar mudas para casa. De acordo com alguns entrevistados:

“Primeiro deveria ser educado o povo, que não cuida do seu meio ambiente, queimam o campo, caçam os animais silvestres, como o veado, o tatu”.

“Qualquer investimento que não seja feito com critério, sem um bom planejamento traz aspectos negativos. Se for bem organizado traz 90% de aspectos bons e uns 10% negativos”.

“A colheita é a coroação de um ano de expectativa do produtor, o visitante tem que ter respeito, não pode ir entrando em um pomar sem orientação”.

A população parece consciente que o turismo pode provocar impactos ambientais. Não o vêem mais como a “indústria sem chaminés”, mas há uma forte tendência em acreditar que os impactos positivos serão maiores que os negativos, pois pensam que o turista que procura esta atividade tem respeito pela natureza.

Como aspecto positivo foi citado também o retorno financeiro que ajuda a fazer melhoramentos em vários setores e a regeneração de áreas degradadas.

Foi também comentado como aspecto positivo, o interesse dos consumidores em produtos livres de agrotóxicos como a vergamota produzida em Monte Negro, livre de defensivos e com o adubo orgânico feito com a reciclagem de resíduos e compostagem, “para a maçã é mais difícil, mas agora com a variedade Catarina (lançada pela EPAGRI) há grandes possibilidades”. Como podemos ver na afirmação de um dos entrevistados:

“Hoje se busca dentro da agricultura o sistema integrado, o controle biológico. O selo verde³ é uma realidade em vários países, na Europa exige-se no mínimo sistema integrado para exportar. Todo mundo quer preservar a saúde de todos. Os que não fazem é por orgulho, não ignorância, pois as campanhas de educação existem”.

³ Referência ao Green Seals – símbolo de certificação ambiental norte americano.

Entre os atrativos que indicariam aos turistas para serem visitados foi citado: Museu Histórico, Epagri, Igreja Matriz, Parque Nacional da Maçã, Exponeve, Snow Valley, matas nativas, Cascata do Pirata, os painéis do Clube Astrea pintados por Rodrigo de Haro, Parking House (classificação de maçãs), os pomares, as taipas “uma coisa diferente, que não se encontra em outro lugar do Brasil”.

A topografia foi mencionada como um diferencial grande na paisagem.

Foi identificado também o descaso do município com o patrimônio histórico:

“Pena que acabaram com o que tinha de mais belo, que seria hoje uma casa da cultura em São Joaquim, que seria o ideal, o antigo Manoel Cruz”.

Esta referência é feita à demolição do Grupo Escolar Manoel Cruz, que ficava no centro da cidade, na praça Cesário Amarante, onde por muitos anos a população joaquinese passou por suas salas. A construção antiga em forma de U, possuía salas amplas, com teto alto e lareira nas salas de aula.

Foi demolida para a construção da atual casa da cultura. A população hoje questiona e se dá conta que não teria melhor lugar para abrigar a casa da cultura, pois cada sala seria ocupada por oficinas e o auditório poderia ser construído atrás, onde antigamente estavam os sanitários.

Neste contexto comenta-se hoje a possível demolição da Casa de Pedra pelo empresário que comprou o local. O município pode perder talvez uma das últimas construções históricas da cidade.

A Praça João Ribeiro, conhecida como a praça da igreja também foi indicada, “ela deveria ser mais visitada, pois é lá que está a nossa história”, verbalizou um dos entrevistados.

O turismo tanto pode promover culturas distintas como distorcer padrões culturais no seu crescimento (LAGE e MILONE, 1999).

Identificou-se em São Joaquim, que a população está constatando a perda de seu patrimônio histórico. Talvez aqui o turismo tenha um impacto positivo no sentido da revalorização do patrimônio, pois os residentes começam a se dar conta que o visitante procura cidades típicas, preservadas e que não demoliram a sua história “em nome do progresso”.

Foi citado também, o abandono e a depredação do Belvedere, uma estrutura mal aproveitada, principalmente na parte mais alta, de onde se tem uma vista

panorâmica da cidade. O mau aproveitamento também do parque da maçã e uma melhor qualidade do artesanato local; faltando uma definição do artesanato típico, como pode ser observado nos depoimentos:

“Falta um catálogo enumerando os atrativos naturais, um levantamento para a secretaria de turismo fazer e treinar guias, não adianta a gente indicar e não saberem chegar ou não conhecerem a história”.

“No verão a fruticultura, trilhas, passeios a cavalo, museu. No inverno o único chamariz é a neve quando não acontece o turista sai insatisfeito”.

“Na florada da maçã o chamativo é incrível. Na colheita a sensação de colher a fruta no pé, os turistas ficam extasiados”.

A população entrevistada reconhece que existe um potencial turístico nos meses de verão que merece ser explorado, período em que o clima é ameno e as floradas e colheita das frutas tem grande atratividade.

Quanto aos ramos da economia ligados ao turismo há consciência de que todos os segmentos serão beneficiados, mas que falta investimento nos setores básicos, como foi constatado pelos entrevistados, que:

“O turismo envolve tudo, restaurantes, postos de gasolina, bares, farmácia, a partir do momento que o turista vem para cá ele tem que ser suprido, a mesma necessidade que ele tem numa cidade grande vai precisar aqui, o básico como banco, restaurantes”.

“O setor primário se beneficia diretamente, principalmente a produção de maçãs. O consumidor que conhece todo o processo produtivo come a maçã in natura aqui, será nosso consumidor em potencial lá fora e grande propagador do nosso produto”.

“Com as campanhas de marketing na TV, com as imagens divulgando o frio, as reportagens, o meu comércio de sementes de batata só teve a ganhar. Está ligado diretamente ao frio, quanto mais frio, mais sadio, menos doenças. Então houve facilidade de venda, dá mais vantagens em relação a outros locais produtores”.

“O turista deixa um pouquinho em cada lugar e isto gera emprego”.

“Todos os segmentos se beneficiam, desde a prestação de serviços até a agricultura, quem sabe não se monta roteiros para visitar os pomares, isto pode trazer melhores compradores para a maçã”.

Mesmo acreditando que o turismo traz divisas e todos os setores são beneficiados, há desinformação quanto ao papel de cada setor. É necessário maior envolvimento da população, como participação em eventos de sensibilização envolvendo instituições, técnicos e comunidade organizada.

5.4 Comunidade Socialmente Organizada

A comunidade socialmente organizada é composta neste trabalho pela Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal da Agricultura, Secretaria Municipal de Educação, Conselho de Desenvolvimento e Turismo, Clube de Dirigentes Lojistas, Empresa Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, Conselho Municipal de Trabalho e Renda, Serviço Nacional de Empregos, Associação Pro Turismo.

5.4.1 Prefeitura Municipal

São Joaquim está diariamente na mídia nacional, é um município conhecido pela neve e pela produção da maçã, sendo turisticamente viável. Assim iniciamos a entrevista com o Prefeito Municipal para saber em que escala de prioridades o turismo esteve em seu governo. Na concepção do Prefeito:

“É difícil colocar escala de prioridades, porque o município, o prefeito tem que trabalhar de segundo o orçamento, segundo o financeiro. Tem secretarias que por lei tem que se trabalhar em cima de gastos de percentuais como a Educação e a Saúde, e é obrigado a fazer isto. O turismo para mim sempre teve prioridade, pois eu vejo o turismo como grande gerador de emprego, renda e de desenvolvimento de uma região, mas a prioridade hoje é difícil numa situação financeira que o município se encontra e se encontrava. Muito nos evoluímos, não só com ações da secretaria de turismo, mas com ações de outras secretarias que no fundo refletem sobre o turismo em São Joaquim”.

O Prefeito considera que agora é que está havendo uma conscientização do cidadão joaquino em cima da importância do turismo como gerador de renda familiar e pessoal.

“O turismo é uma indústria e é a maior indústria do mundo hoje. São Joaquim tem tudo para ter um turismo economicamente equilibrado, economicamente seguro, basta que o município se prepare para receber o turista, faça adequações para o envolvimento turístico e é claro juntamente com o poder público, com o governo municipal e estadual busque empresários que possam vir aplicar seu dinheiro em setores ligados ao turismo”.

No seu entender o Plano Diretor do Município, se tivesse sido bem executado, atenderia as prioridades turísticas, principalmente no código de postura em que o cidadão precisa ter conscientização, que a responsabilidade de manter a limpeza das sarjetas e calçadas na frente de casas é de cada morador. Na sua opinião o dia que houver esta conscientização, a população terá uma cidade limpa.

O Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) deu diretrizes para a organização de muitos setores do município em relação ao turismo. Na visão do prefeito falta uma ação mais concreta deste plano, que no momento “só quer levar os prefeitos e secretários para participar de reuniões em Brasília. Municípios com potencial turístico teriam que ter ações mais concretas. Mas foi importante por ter dado o suporte administrativo para os municípios”.

Quanto à destinação de orçamento para o Fundo Municipal de Turismo, criado junto com o CONDETUR, pelo PMNT, salienta que “vários fundos foram criados a partir de 96/97 dentro do setor administrativo das prefeituras, para tornar mais ágil a parte financeira, cada secretaria, cada fundo tem sua independência. O fundo de turismo recebeu algumas aplicações, através dele foi viabilizado algumas ações da prefeitura junto à comunidade”.

Falando também sobre os monitores de turismo que, segundo o Presidente do CONDETUR, não havia ninguém atuando, na visão do prefeito há um erro de estratégia, acredita que eles deveriam estar ligados ao poder público, pois vários monitores foram qualificados e se desvincularam do turismo, deixando de agir na comunidade. Hoje a prefeitura está enviando funcionários ligados ao turismo para fazerem as oficinas e continuarem mobilizados nesta área, já que recebendo da prefeitura, não se desvinculariam. Esta visão do prefeito não é a mesma do PNMT, que vê exatamente os monitores desvinculados do poder público como forma de articular a sociedade.

Da sua proposta de governo como candidato a prefeito, reconhece que no setor turístico muita coisa deixou de ser realizada, como afirma:

“São Joaquim está engatinhando no turismo, é ainda uma criança. Houve um erro de estratégia no passado, onde se divulgou muito o município, pelas festas da maçã, o frio, traziam a imprensa para cá e se fazia um ‘auê’ quando que a cidade não tinha a mínima estrutura para receber o turista. O turismo é um negócio, não se admite mais desorganização, o negócio ganha quem está organizado, quem pode competir no mercado, quem tem melhor produto a oferecer”.

Percebe-se que há um discurso na boca dos dirigentes em que São Joaquim está “engatinhando” no turismo e falta conscientização da população. É lamentável que uma cidade que há mais de trinta anos está classificada como turística, que o mesmo seja tratado de forma incipiente.

Neste mesmo espaço de tempo Gramado (RS), Canela (RS), Campos do Jordão (SP), Petrópolis (RJ), construíram uma reputação nacional em turismo de inverno sem os rótulos de a “cidade mais fria do Brasil”, “a Suíça Brasileira”, “Capital Nacional da Maçã” e tantos outros.

O administrador do município considera que a maior conquista da sua gestão foi trabalhar a conscientização da comunidade, através das Secretarias Municipais de Turismo e Educação e entidades não governamentais. Há pessoas visitando as famílias para falar sobre a limpeza, o lixo. É um marco importante, mas não aparece no governo, é fundamental trabalhar a cultura das pessoas, povo que não tem cultura turística, não desenvolve turismo, isto é fundamental, entender a importância do turismo. Foi muito importante recuperar o patrimônio histórico do município, que no fundo se torna uma atração turística.

Há uma tendência de culpar a população por não ser mais ativa, mas não se pode ignorar que a educação para a cidadania deve partir do poder público. São Joaquim tem mais de 100 anos e só no ano 2000 foi resgatada uma parte da história através da implantação do Museu Histórico. As publicações sobre a história do município são raras, a maioria a população desconhece, assim a descaracterização da arquitetura da cidade e as demolições de patrimônios culturais passam despercebidas, como o antigo Grupo Escolar Manoel Cruz.

Era um projeto desta administração o plantio de cerejeiras na cidade, apesar de muitos cidadãos acreditarem que a cerejeira não seria a flor que definiria a cidade. Teria árvores nativas como o ipê e a acácia, que se identificam mais com o município e com período de floração maior. Segundo o prefeito foram plantadas muitas, mas há falta de suporte administrativo, não há pessoas suficientes para cuidar. “Trabalhar com limitações financeiras engessa um trabalho, parcerias existem, mas chega um tempo que as pessoas cansam, tem seus compromissos pessoais”, diz o Prefeito.

Quanto à possibilidade de envolvimento regional no turismo, foi citada a Organização Serrana de Turismo (OST) tentando agregar todos os municípios da região objetivando ser o porta voz dos interesses turísticos da região. Mas só São

Joaquim e Lages se envolveram e hoje está sem atuação. Segundo o prefeito, sempre se discute com os secretários e prefeitos vizinhos a importância do turismo regionalizado e afirma:

“Município nenhum pode pensar isoladamente em turismo, deve ser pensado em nível regional e estadual. Quando mais gente se envolver, quanto mais opção se der ao turista mais ele vai ficar no Estado, mais vai ficar na região deixando o dinheiro na sociedade”.

O Prefeito lamenta que exista certa restrição dos municípios vizinhos em relação a São Joaquim, pois ele aparece espontaneamente na mídia nacional mesmo sem ser divulgado. Mas ninguém está preparado e seria interessante unir forças e buscar o fortalecimento de ações turísticas para que se possa manter o turista na região.

Hoje se tem uma conquista que é a ligação pavimentada entre São Joaquim e Urubici, mas existe um anseio do município de ver realizado o projeto de ligação entre a serra catarinense e a serra gaúcha, os “Caminhos da Neve”. Este projeto já criou até a Associação dos Municípios dos Caminhos da Neve (ASCANE). Quanto ao fato deste projeto estar paralisado o prefeito comenta:

“O importante é que idéia existe e um dia será realizado. É a ultima ligação pavimentada que falta para o município dos quatro pontos (Lages, Urubici e Bom Jardim da Serra), é um eixo muito importante, pois estaremos ligados a um dos principais pólos turísticos do Brasil que é a serra gaúcha, mas também não é a gota d’água para desenvolver o turismo aqui Não seria o fator principal para desenvolver o turismo aqui, seria sim viabilizarmos a aplicação financeira e investimentos no setor”.

Faz sentido a crítica dos residentes quanto a prioridade do governo estadual com o turismo do litoral. Somente há dois anos foi finalmente pavimentada a ligação entre Urubici e São Joaquim. O projeto “Caminhos da Neve”, elaborado há cerca de 10 anos, ligando a serra catarinense a serra gaúcha, até o momento não se concretizou. Como a serra gaúcha já se encontra contemplada no roteiro nacional de turismo, o maior empenho para esta realização deverá ser de Santa Catarina.

Ele reconhece que o turismo rural é um potencializador de renda familiar quando bem organizado, mas o turista quer conforto e não se pode simplesmente transformar uma propriedade rural em pousada, sem a devida capacitação. Afinal como é um negócio, tem que se saber o que o mercado quer. Vende o que tem melhor produto e este está aparecendo em todos os lugares. São Joaquim tem o

diferencial, beleza, atrativos, precisa melhorar, abrir a mente do nosso produtor, para que ele invista, mas invista com qualidade.

Tal fato só teria impacto positivo ao meio ambiente, salienta o administrador do município, pois quem tem uma propriedade rural com uma estrutura turística e está ganhando dinheiro com isto, vai procurar manter a natureza da melhor maneira possível, pois depende dela para a continuação do seu empreendimento.

O prefeito, por fim, deixa registrada sua aprovação deste tema de dissertação, “pois o nosso município é o segundo município do Estado, baseado em pequenos produtores. Se cada propriedade se transformasse em uma fonte de renda como viabilizadora do turismo, a economia do município melhora muito. É nossa função trabalhar na conscientização das pessoas”.

Apesar da administração municipal ver o turismo como gerador de emprego e renda, não foi priorizado nesta gestão. Não existe um programa de desenvolvimento turístico para o município em nenhuma modalidade, incluindo aí o turismo rural.

São Joaquim encontra-se a 75 km de Lages, cidade pioneira no desenvolvimento do turismo rural. Enquanto vários municípios brasileiros se articularam e fomentaram esta atividade, São Joaquim que possui nome conhecido no país e potencial nas áreas rurais, não estabeleceu mecanismos de implantação para o setor.

Como foi explicado anteriormente, houve mudança administrativa no município, o que nos permitiu entrevistar o novo prefeito para saber suas metas para o futuro do turismo no município.

O atual prefeito acredita que o carro chefe da economia do município é a fruticultura e já está andando sozinha. Existem investidores, estão surgindo câmaras frias alternativas de comercialização e a pecuária está tendo impulso com o projeto de melhoramento do campo nativo, conforme afirma no depoimento transcrito abaixo:

“O setor agrícola já tem um encaminhamento. Assim, a alternativa de geração de renda e o crescimento da economia do município também estão no turismo. O turismo está na nossa administração como uma das principais etapas de evolução da economia da região.

Há uma preocupação grande com o turismo no município, existem muitas críticas a respeito das instalações turísticas e da falta de capacitação profissional. Penso que o Plano Diretor precisa ser reavaliado para atender a realidade turística do município.

Eu acredito que o turismo rural é que tem maior possibilidade de desenvolvimento para São Joaquim e para a região. Já existe no município

projeto de agroecologia, inclusive com pomares agroecológicos, que só viriam somar ao agroturismo”.

Disse o atual dirigente municipal, que todos os projetos ecológicos são bem vindos e cita o projeto de coleta seletiva do lixo, ativando uma usina de reciclagem que está parada. O objetivo é separar o lixo sólido e o úmido que será transformado em adubo orgânico, projeto desenvolvido em Uberaba, MG, que visa resolver um problema crônico em São Joaquim, que não é só local, é mundial.

É importante salientar esta preocupação ambiental do dirigente municipal e também a busca de soluções para o problema.

Quanto aos investimentos em turismo diz que precisam ser colocados dentro do orçamento do município e que, neste primeiro ano, recebeu pronto. Mas ressalva que em poucos meses de governo seu investimento em turismo foi pontual, investiu na Festa Nacional da Maçã. Este evento além de colocar o município na mídia novamente, permitiu a reforma do Parque da Maçã em torno R\$ 350.000,00.

Foi um passo importante desta administração a realização do evento. A Festa da Maçã é tradicional no município, existe desde 1959 e é um ponto marcante da economia e cultura de São Joaquim. As manifestações folclóricas são evidentes, principalmente as gaúchas, traço forte da colonização, expresso nas gineteadas, danças e laço.

Esta festa teve projeção nacional e quatro Presidentes da República já estiveram presentes na abertura oficial: Ernesto Geisel, João Figueiredo, José Sarney e Fernando Collor de Mello.

A retomada, depois de quatro anos, pode colocar novamente São Joaquim no calendário dos grandes eventos do Estado de Santa Catarina, espaço perdido para a Festa do Pinhão que em poucos anos se popularizou.

Uma nova e interessante característica foi agregada à festa, a realização de seminários técnicos com temas de interesse local. Neste ano de 2001 foram abordados e discutidos temas relacionados ao reflorestamento, bataticultura, melhoramento do campo nativo, fruticultura e turismo rural.

5.4.2 Secretaria Municipal de Turismo

Na opinião da Secretária de Turismo, São Joaquim deve ser considerado um município “com potencial” turístico e acredita que a tendência para o futuro está no turismo no espaço rural. Ainda esclarece que:

“O município tem um potencial, mas ainda não está desenvolvido, não está pronto para o turismo. Na visão da imprensa e no âmbito nacional ele tem um nome bastante fictício em relação à cidade turística. As condições do município não são as desejáveis e as esperadas”.

Foi realizado um planejamento no início da gestão, em que as metas priorizadas foram de trabalho de base, no sentido de conscientizar a comunidade para o turismo. Dentre eles o mais importante foi a ênfase dada ao lado cultural. Segundo a Secretária, houve um atraso muito grande nesta área, principalmente na história do município.

Ela afirma que muito pouco foi valorizado sobre a memória e as raízes de São Joaquim. Fez-se, então, um resgate na parte artística, folclórica, artesanal, pois, “para o município poder desenvolver o turismo, tem que ter todo estes segmentos em desenvolvimento”.

Oportuna esta colocação da Secretária, pois nas entrevistas realizadas houve uma crítica dos turistas na falta de uma identidade do artesanato e do pouco contato com a cultura local.

Quando questionada sobre as ações mais importantes da secretaria, cita:

- Implantação do Museu de Arte – inserido na Casa da Cultura, considerado o 3º museu do Estado em valor de obras de arte;
- Implantação do Museu Histórico Assis Chateaubriand – iniciou o trabalho de resgate da história do município;
- Implantação da Oficina de Artes – para desenvolver projetos na linha artística e de artesanatos e
- Hospedagem alternativa – uma semente bem plantada. Sobre esta ação comenta:

“A hospedagem alternativa já havia sido utilizada no município, por ocasião de grandes eventos (Rotary ou Lyons Club) em que a cidade não comportava através do número de leitos, então se buscava da comunidade ajuda para hospedar estas pessoas. Desta idéia foi desenvolvido um projeto

de cadastramento destas casas, que já chega a 300. Hoje com outra perspectiva: a de geração de renda e investimentos para o turismo”.

Este investimento é no sentido de incentivar as pessoas a se integrarem e se agregarem ao turismo. Assim, poderão constatar que há mais de cinquenta setores em cada cidade beneficiados com o desenvolvimento turístico. “As pessoas entraram com intuito de ajudar, depois perceberam que era uma atividade rentável e a gente procurou normatizar isto”, esclarece a Secretária.

O cadastramento de casas particulares como hospedagem alternativa foi uma iniciativa interessante da Secretaria Municipal de Turismo, atitude simples e criativa, dentro de uma secretaria que não possuía orçamento municipal. Durante as entrevistas com turistas que não estavam hospedados na Fazenda Água Santa (vide item 5.2), percebeu-se a satisfação daqueles que estavam usando esta modalidade de hospedagem. Estavam fascinados em compartilhar de uma casa, onde podiam conviver com a família e acompanhar seu cotidiano. Para eles o diferencial estava no tratamento personalizado, quanto a atenção do anfitrião em oferecer um vinho ao redor da lareira ou em casas mais simples comer pinhão assado na chapa do fogão à lenha.

Percebe-se que os turistas querem conforto, aquecimento e água quente, gastronomia diversificada, mas também procura o contato com o modo de vida interiorana, expresso no convívio com o modo de vida local.

A Secretária de Turismo lamenta a falta de apoio da administração para o turismo e diz que “a limitação dentro da área turística, o desenvolvimento dos vários projetos que se pretendia implantar foi o financeiro, uma vez que dentro da administração 1997-2000 o turismo não era a prioridade dos administradores”.

Na opinião da entrevistada o PNMT foi uma tentativa da EMBRATUR de regionalizar o turismo, fazer os municípios assumirem mais a parte de desenvolvimento turístico, mas é muito teórico, não repassa recursos. Tornando-se inviável pela limitação financeira do município.

De acordo com a Secretária, os monitores capacitados tiveram uma atuação praticamente nula em virtude das pessoas escolhidas serem funcionários da prefeitura e, a partir do momento em que estas pessoas deixam o cargo ou trocam de setor dentro da empresa, se desvinculam totalmente do projeto e deixam de atuar.

Percebeu-se neste item uma discordância entre a visão do Prefeito Municipal (vide item 5.3.1) de designar funcionários efetivos para a capacitação, enquanto a Secretária de Turismo, concorda com os objetivos do PNMT de capacitar pessoas da comunidade para que sejam envolvidas com o turismo.

Mesmo com a visão futura do turismo no espaço rural, ela admite que as limitações da secretaria foram grandes e não houve ações concretas neste setor, como exemplifica o depoimento a seguir:

“É dentro desta área que podemos atuar. O nosso agricultor está bastante sacrificado e seria uma nova alternativa de renda dentro da propriedade. Hoje temos no máximo quatro propriedades trabalhando no setor, mas existem muitas outras que podem ser trabalhadas e preparadas para desenvolver esta atividade paralela a agricultura”.

Ela finaliza dizendo que precisa haver empenho da comunidade na união de esforços para o desenvolvimento turístico. Hoje as maiores críticas recebidas na secretaria pelos visitantes estão nos horários do comércio, falta de restaurantes com comida típica e bom atendimento e falta de aquecimento na maioria dos locais de hospedagem. Mesmo com este diagnóstico da secretaria o Presidente do CDL (vide item 5.4.6) encontra dificuldade em convencer seus associados sobre horários flexíveis para o comércio.

A Secretária de Turismo da nova gestão administrativa do município com início em 2001 nos falou de sua visão sobre o turismo no município e as perspectivas futuras:

“É uma proposta e é um produto nacional São Joaquim hoje no campo turístico, só que falta muita infra-estrutura, uma conscientização, trabalho e conhecimento não tem fim, um longo trabalho para que a nossa população se conscientize do que é o turismo e da geração de emprego e renda que pode trazer para o município”.

Esta região tem tudo e ao mesmo tempo tanto por fazer. Acredita num turismo integrado e regionalizado e na união de todos os setores, pois, mesmo sendo conhecido nacionalmente, faltam estrutura e qualificação turística no município.

Sobre o turismo no espaço rural, a entrevistada comentou que São Joaquim está começando. O único estabelecimento com esta característica no município é a Fazenda Água Santa e que não há investimento privado na área. Ela concorda que

o município dispõe de recursos naturais para futuramente esta atividade ser uma alavanca no turismo.

A Secretária de Turismo declara que está a apenas três meses na secretaria e desconhece projetos em desenvolvimento neste setor, mas pretende entrar em contato com as pessoas envolvidas quando da elaboração dos projetos desta administração.

Nos seus comentários finais disse que São Joaquim está incluído em um projeto da EMBRATUR e do IBAMA, onde serão trazidas um milhão de trutas para os rios da região, reforçado na entrevista com o atual Secretário Municipal de Agricultura.

Mesmo com a intenção da atual administração municipal de priorizar a atividade turística, esta secretaria ainda não tem planejamento para o setor. É necessário planejar para o município ações institucionais que promovam um turismo rural eficiente, iniciando com um mapeamento das áreas com potencial para o turismo, identificando necessidades de infra-estrutura e inserindo a discussão sobre o tema para envolver e motivar a comunidade rural.

Urge uma articulação pública e privada com normas que definam a atividade turística no meio rural.

5.4.3 Secretaria Municipal da Agricultura

Na opinião do Secretário, São Joaquim é um município essencialmente agrícola e sua economia está baseada em três culturas: fruticultura (principalmente maçã), batata e pecuária.

Quando questionado sobre as alternativas de desenvolvimento rural, como fixar o homem ao campo e revitalizar o espaço rural, citou como ações da Secretaria: diversificação da fruticultura com a introdução da cultura da uva, pêra, pêssego e ameixa e melhoramento do campo nativo.

Sobre a linha de crédito rural AGREGAR (Resolução Bacen n. 2507 de 17.06.98), que dá apoio financeiro a produtores e associações de produtores rurais para beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária e/ou de produtos artesanais desenvolvidos por famílias rurais, inclusive a exploração

do turismo rural, disse não ter sido procurado por nenhuma associação de produtores para projetos buscando esta linha de crédito.

Quando questionado sobre o turismo como alternativa de renda ao produtor rural discorreu:

“A nossa região, como é uma região que se diz que é a Suíça Brasileira, então nós temos condições de aproveitar este frio do inverno que nós temos aqui, para que possa agregar o turismo rural para o nosso município também. Então quer dizer, o agricultor que tenha condições de explorar esta área e a própria natureza fornece o potencial turístico é muito grande na nossa região. É questão de que cada agricultor se conscientizar para que possa explorar esta área”.

No seu entendimento, a exploração do turismo não deveria ser só rural, mas um conjunto que possa ser explorado como um todo, onde o turista possa conhecer todo o município e mostrar os potenciais da natureza. Ele considera importante explorar também o clima ameno da região, durante o período de verão.

O Secretário disse desconhecer o termo agroturismo. E quanto à ausência de ações e políticas da Secretaria para desenvolvimento do turismo rural justificou:

“Até então nós não temos nenhum projeto montado para o município, mas a intenção era que nós queremos embasar. Como o nosso município é essencialmente agrícola fazer uma base bem firme em cima da agricultura, para depois a gente poder investir nessa área de turismo. Acho que o agricultor tem que tá muito com o pé no chão para poder investir na área de turismo”.

Mattei (1999), destaca a importância de um conjunto de políticas públicas que estimulem atividades não agrícolas no espaço rural, entre elas, o apoio ao agroturismo. A Secretaria Municipal de agricultura não cataloga o turismo rural como alternativa de renda à propriedade agrícola e como incentivo aos produtores rurais de utilizar a produção agropecuária e a mão de obra familiar nesta atividade.

Em relação ao meio ambiente, o entrevistado considerou que os impactos seriam positivos, pois o turista que vem para a região não vai querer ver lixo, então haveria uma conscientização para manter a natureza cuidada.

Pedindo uma avaliação sobre a existência do turismo rural no município, diz haver um potencial enorme para ser explorado, tem regiões bonitas no interior ainda não exploradas.

No final da entrevista acrescentou que, todos os projetos trabalhados com seriedade e pensando no bem do município, fluem naturalmente e que esta parte do turismo pode ser desenvolvida com projetos envolvendo todas as secretarias.

O Secretário de Agricultura da nova administração também foi entrevistado:

Sobre a economia do município, ele considera que está totalmente dependente da agricultura, que é a atividade básica do município, baseada praticamente na maçã, batata e pecuária, o que dificulta o aumento de renda dos produtores pela dependência destas culturas. “A preocupação hoje é diversificar para trazer outras fontes de renda para o produtor e diversificar a economia do município”, diz o Secretário Municipal.

Quanto à capacidade de manter o homem no campo, ele pensa estar relacionado ao seu volume de rendas e comenta:

“Quanto mais atividades ele puder ter, diversificando a propriedade com piscicultura, ovinocultura, outras frutas além da maçã, como a pêra e também o turismo. São várias atividades que podem ser relacionadas com a agricultura, com a vida no campo, turismo ligado com a vida no campo, eu acho que esta é uma boa alternativa hoje”.

No momento não existem projetos contemplando o agroturismo relacionado a esta Secretaria Municipal, mas a prefeitura está trabalhando em um programa de piscicultura em parceria com a EMBRATUR. Alevinos de trutas serão soltos nos rios e a EMBRATUR fará o treinamento dos produtores como guias turísticos, disponibilizando alimentação e hospedagem. É o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora, que seria a principal ação da secretaria no desenvolvimento turístico na área rural.

A Secretaria da Agricultura continua com o projeto de melhoramento de campo nativo (trevo branco, trevo vermelho, cornichão e azevem) hoje em torno de 700 hectares de campo nativo melhorado e para a próxima safra (agosto) deverá ser semeado praticamente o mesmo volume.

Identificou-se nesta gestão administrativa um projeto pontual de turismo no espaço rural, abrangendo a área de piscicultura. Para o desenvolvimento do agroturismo no município, no entanto é necessário consolidar parcerias, principalmente entre Secretarias de turismo e de agricultura articuladas em projetos que viabilizem a atividade.

5.4.4 Secretaria Municipal da Educação

Esta entrevista foi respondida pela Diretora de Educação da Secretaria. Sobre as políticas e ações quanto à educação ambiental e o turismo nas escolas municipais foi afirmado que existem ações com trabalho na sala de aula, mas não consta da grade curricular.

“Não tá no currículo, na grade não se tem turismo como disciplina, mas se é trabalhado, visto que São Joaquim caminha para isto”, diz a Diretora. Não há turismo como disciplina, mas se trabalham redações, maquetes, eventos para ensinar os alunos e pais. Este ano foi trabalhado o tema “como você pode receber os visitantes na sua terra”.

Trabalharam projetos em parcerias com a PROTUR (educação ambiental) e com a Secretaria Municipal da Agricultura. A parceria com a Secretaria Municipal da Saúde sobre a coleta seletiva do lixo propiciou arrecadação para a compra de material escolar.

A preocupação com o meio ambiente nas escolas municipais é antiga em São Joaquim, inclusive como forma de lei. A Lei nº 1352/87 introduz a disciplina de ecologia e meio ambiente na rede municipal.

Questionada sobre como as Secretarias de Turismo e da Educação poderiam trabalhar juntas, afirma que sempre será parceira das outras. Por outro lado, diz que caberia à Secretaria Municipal de Turismo as atividades práticas, enquanto esta faria a divulgação e conscientização dos trabalhos junto aos alunos e pais.

Esta Secretaria informou que o Colégio São José, da rede estadual de Educação possuía turismo como disciplina, estendemos a entrevista ao estabelecimento de ensino, seguindo a recomendação de Triviños (1990), que as idéias expressas em uma entrevista pode recomendar novos encontros para explorar o assunto.

A direção do Colégio São José informou sobre o projeto:

“Nós, Colégio São José temos uma clientela grande no ensino médio e observamos ao longo dos anos que os nossos alunos ao término do ensino médio era a minoria que ia adiante nos estudos. Com orientação da Secretaria Estadual de Educação, soubemos que poderíamos optar algumas disciplinas na primeira série do ensino médio e em reuniões com professores, alunos e pais, optamos por colocar na grade curricular a disciplina de Turismo e Hotelaria”.

Esta escolha justifica-se pelo potencial turístico do município e pelo fato que estes alunos, terminando o ensino médio, continuariam em São Joaquim e teriam perspectiva de trabalho ou negócios.

Como o projeto é novo, seis meses, e a diretora diz que não se pode avaliar a receptividade na comunidade, mas os alunos estão empolgados com a possibilidade do turismo explodir na cidade. Segundo a diretora no último ano 78 alunos concluíram o 2º grau, destes seis fizeram vestibular, apenas um foi aprovado. Isto comprova a necessidade de uma alternativa de trabalho.

A continuidade do projeto depende da avaliação feita depois de três anos da implantação. Dentro do município não há outra escola de ensino médio com esta atividade e procura-se parceria com outras entidades.

Em educação ambiental o Colégio São José foi parceiro da PROTUR no Projeto “São Joaquim Um Grande Jardim”, descrito no item 5.4.10.

Percebeu-se que a Secretaria de Educação atua como co-participante nos projetos de mobilização comunitária. É um órgão que deve ser lembrado e envolvido sempre, pois atinge um universo expressivo de crianças e adolescentes, que disseminam o conhecimento na família.

A iniciativa do Colégio São José é inovadora e criativa, pois procura oferecer uma oportunidade a mais no mercado de trabalho, numa atividade em crescimento no município. A qualificação profissional de jovens como parte de políticas públicas também é recomendado por Mattei (1999).

A continuidade deste projeto pode gerar uma profissionalização em uma área carente de capacitação para os jovens que terminam o 2º grau no município e não tem oportunidade de frequentar um curso superior.

5.4.5 Conselho de Desenvolvimento e Turismo

“O CONDETUR veio como uma lei municipal, uma obrigação para todos os municípios que tivessem o selo turístico, recebido pela EMBRATUR, para que se estruturasse no município o Conselho de Desenvolvimento Turístico e Econômico”, assim esclareceu o Presidente do Conselho, no início da entrevista. Esta exigência habilitava os municípios ao financiamentos de projetos.

A principal realização do Conselho até o momento foi a realização do Programa Regional de Turismo Organizado do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Empresa) de Santa Catarina (PRESTO), através da Prefeitura e Secretaria de Turismo, que identificou 21 pontos de ações. O Conselho se dividiu em cinco comissões para poder executar estas informações levantadas.

Segundo o Presidente, o turismo em São Joaquim começou a acontecer. Está sendo uma realidade, com potencialidades e chances de crescer, no entanto, nos últimos dois anos, foram identificadas a falta de infra-estrutura desde a questão de recepção alojamento, alimentação e lazer.

“Que tipo de turismo podemos fazer?” Questiona o Presidente:

“Sabemos que podemos explorar o turismo, que nós temos um bom nome, que São Joaquim é um apelo, é um nome, que as pessoas querem vir para São Joaquim, mas nós não sabemos exatamente o que nós queremos. Queremos turismo de eventos, ecológico, agroturismo, turismo rural? Que turista nós queremos? Aquele que vem só com a neve, só com o frio? Queremos turista o ano inteiro? Que acho que o é o ideal, programar São Joaquim para fazer turismo o ano inteiro. Programar um calendário de eventos de acordo com as estações do ano. Nesta abordagem poderia ser explorado na primavera a florada da macieira, da cerejeira, da pereira”.

Este ponto levantado pelo conselho é um fator importante de discussões entre governantes e empresários, a definição do que se quer para o município. O CONDETUR pode fazer esta ponte, eliminando as desconfianças e identificando competências e responsabilidades.

Quando questionado sobre a avaliação deste órgão sobre o desenvolvimento do turismo rural no município, acrescentou:

“O turismo rural acho que São Joaquim tem possibilidade de fazer, não digo o turismo rural, mas o agroturismo, porque hoje praticamente quase todas as propriedades de São Joaquim têm a fruticultura, além da pecuária já deixada um pouco de lado. Elas estão começando alguma coisa com reflorestamento, tem as matas nativas e tem a parte da fazenda. Tem uma diferenczinha né? Do turismo rural, do agroturismo, do turismo ecológico, do eco-turismo. Tudo é turismo rural né? Mas daí tem este desmembramento. Temos que fazer um turismo associado à parte rural, mas ligado aos pomares, às câmaras frias, à agricultura joaquinense”.

Ressalta-se que este entrevistado foi o único que abordou o termo agroturismo espontaneamente. Em todas as outras entrevistas houve a necessidade de se colocar pelo entrevistador o tema e abordar sobre o seu conhecimento. Aqui, inclusive no segundo momento, ofereceu uma explicação sobre o agroturismo: “Tem

uma diferençazinha né? Do turismo rural, do agroturismo, do turismo ecológico, do eco-turismo. Tudo é turismo rural né? Mas daí tem este desmembramento”..

Quanto à questão ambiental, o entrevistado afirmou não ter nenhuma preocupação quanto aos impactos negativos provocados pelo turismo rural. Quem faz este tipo de turismo é um turista esclarecido, no entanto os proprietários das fazendas necessitam serem orientados.

Ele salientou a necessidade de profissionalismo e o receio de que as pessoas no interior imaginarem por dispor de um atrativo natural, como uma cascata, quererem explorar como turismo rural. Precisa ter um cadastramento, avaliação e treinamento destas pessoas interessadas. Disse também não saber se estas ações seriam do CONDETUR ou da prefeitura. O Presidente esclarece que:

“O CONDETUR esta agindo na conscientização, pois não tem recursos e a prefeitura via secretaria de turismo também não pode repassar nada. Trabalhamos só com informações, sabemos que existem fazendas prontas para iniciar a atividade, como a do Cadoninho, mas outras sem a mínima condição, casas velhas, com um só banheiro e querendo explorar turismo rural”.

O entrevistado explicou também não haver nenhum monitor de turismo auxiliando o CONDETUR.

Quanto ao que foi programado no plano de turismo da prefeitura municipal, responde que estão sendo executadas algumas atividades como os festivais, museus, treinamentos, cursos para o turismo receptivo, ações conjuntas do CONDETUR, Secretaria de Turismo e PROTUR.

Segundo o Presidente do CONDETUR, São Joaquim tem alguns pontos básicos que devem ser encarados por quem quer fazer turismo e poder planejar um turismo para o ano inteiro: saneamento básico, conclusão dos hotéis em construção, construção de um pavilhão de eventos e campanha de conscientização:

a) Saneamento básico – não há turismo em local nenhum do mundo se não houver saneamento. A rede de esgoto da cidade abrange menos de 2% da população, 98% dos esgotos correm a céu aberto. Ele considera que o fato de São Joaquim ser uma cidade fria é um fator de sorte, pois senão a situação se tornaria mais grave.

b) Conclusão de três hotéis – São Joaquim Park Hotel, o hotel do “Gasolina” e o hotel do Rogério Campos, necessitam de uma ação política para serem

concluídos. Três hotéis modernos, com calefação, dariam um novo impulso, pois de 400 leitos, aumentariam para 1000 leitos de qualidade.

c) Construção do pavilhão de eventos - no parque de exposição, há espaço para um centro de convenções. Já possui estrutura de bares, restaurante, estacionamento, faltando somente um pavilhão de eventos. Ele cita, por exemplo, a possibilidade de fazer o Congresso dos Engenheiros Agrônomos em São Joaquim. Podem até atender com a hospedagem alternativa, mas não há espaço físico para reunir 600 profissionais.

d) Campanha de conscientização – como já tem sido feito nas escolas com a PROTUR. O entrevistado sugere também a inclusão da disciplina de Turismo e Meio Ambiente no currículo do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série).

e) Revitalização da cidade – limpeza do centro da cidade e construção de um calçadão na rua principal (Rua Manoel Joaquim Pinto), diminuindo os espaços de estacionamento para só um lado da rua e deixando o vão de passagem dos carros em mão única, o espaço restante seria para pedestres. Arborização da cidade com cerejeiras e árvores nativas. As saídas da cidade também seriam ajardinadas.

f) Turismo regional – os municípios vizinhos como Urupema, Bom Jardim da Serra e Urubici, possuem atrações como o Morro da Igreja, Pedra Furada e Serra do Rio do Rastro. O pólo continua sendo São Joaquim, que tem o nome divulgado nacionalmente, que chama os turistas e pode beneficiar toda a região se for criado um roteiro, um plano turístico regional. Hoje o turista fica dois a três dias em São Joaquim. Com um plano regional de integração permaneceria mais tempo na região, inclusive partilhando do material publicitário.

O CONDETUR levantou pontos importantes diagnosticados no município e propôs soluções. É importante a existência de planejamentos participativos, principalmente em setores que podem impulsionar a economia do município.

O turismo regional seria um passo importante no desenvolvimento da Serra Catarinense e deveria ser levado como meta dentro do Plano de Desenvolvimento Turístico do Município.

5.4.6 Clube de Diretores Lojistas

O Presidente do CDL considera São Joaquim uma cidade economicamente pobre pela falta de indústrias e de uma agricultura forte, baseada apenas na monocultura da maçã. Acredita que o desenvolvimento local poderia ser feito com implantações de indústrias e com o incremento do turismo. Sobre a situação atual do município, afirma que:

“O nosso turismo está numa fase muito inicial. O nosso pessoal está despertando para esta atividade, a perspectiva é boa, a maioria da população já está despertando para isto, basta ver este último inverno, o pessoal colocar suas residências à disposição para a hospedagem alternativa. Acho que foi um grande avanço que tivemos este ano”.

Ele considera que as políticas desta instituição em favor do turismo são despertar em seus associados esta vocação para o turismo, inclusive com os CDLs da região para em conjunto encontrar alternativas.

Respondendo sobre a maior reclamação dos turistas que é a falta de flexibilidade dos horários do comércio, acha que só a conscientização dos lojistas e o engajamento de todos vai despertar para o melhor atendimento aos turistas. Ele entende que o turismo é importante para o desenvolvimento geral da região como um todo, pois desenvolve toda a economia, não ficando isolado só em alguns segmentos.

De acordo, com este entrevistado existem muitos pontos turísticos interessantes na região, mas falta divulgação e acesso.

Finalmente para o CDL de São Joaquim somente a união de todas as associações do município tornaria possível o seu desenvolvimento.

Mesmo com a constante oferta de cursos de capacitação através do SINE (vide 5.4.8) é visível o despreparo dos prestadores de serviço que atuam diretamente com os visitantes. O CDL deveria orientar seus associados da importância da contratação de pessoas capacitadas para atuarem em setores que atendam os turistas, como por exemplo, garçons, frentistas e balconistas.

A Secretaria de Turismo tem um diagnóstico sobre as maiores críticas recebidas dos turistas (item 5.4.2) e quase todas dizem respeito ao comércio: horários, melhoria do atendimento e falta de qualidade de restaurantes e hotéis, ausência de locais para café colonial.

São parâmetros de guia para uma reavaliação das potencialidades do setor e de investimentos na qualidade e diversificação do que é ofertado.

5.4.7 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural S. A.

Na EPAGRI entrevistou-se o agrônomo responsável pelas atividades de extensão rural no município. Sua visão da economia joaquinese veio paralela às alternativas de desenvolvimento:

“Nós temos um município baseado na fruticultura, na maçã, isso é preocupante por um lado porque você tem uma única atividade que respalda um percentual bastante elevado da economia do município, por outro lado é um ponto positivo porque existe esta possibilidade, essa alternativa que hoje é o que está acontecendo no município se manter, com perspectivas de diversificação para outras fruteiras e a gente vê também uma outra alternativa que tem que ser construída, que é a questão do turismo. Seria uma segunda ou eventualmente até uma primeira fonte de renda mas, a nosso ver, ela só vai se consolidar quando exista movimento econômico no município que dê sustentação e isto vai partir do setor frutícola, da agropecuária que é hoje a base do município. Então precisaríamos ver mecanismos de incrementar a nossa agropecuária para ter uma base forte e a partir daí viabilizar a questão turística”.

Na sua concepção o turismo rural é um termo muito abrangente e, algumas vezes, usado de forma equivocada. Acredita que engloba vários tipos de turismo que estejam direta ou indiretamente relacionados com o meio rural. Mas precisa ser mais detalhado para melhor entendimento de todos. Ele conceituou o agroturismo como turismo rural relacionado com uma propriedade agrícola típica da região e que teve a oportunidade de ver este tipo de turismo no Japão.

Sobre a participação da EPAGRI em projetos no Estado e a contemplação de São Joaquim neste processo, comentou:

“Bom, a EPAGRI tem nos últimos anos entrado um pouco nesta área. Vários seguimentos destes chamados ‘turismo rural’ e agora mais recentemente com este projeto AGREGAR. Também está sendo lançando e melhor entendido por todo mundo. O que existe de mais concreto aqui na região, por enquanto são informações de linha de crédito para pessoas interessadas em entrar nesse ramo de agroturismo, bem como financiamento para atividades relacionadas ao agroturismo, como processamento de produtos artesanais, pequenas agroindústrias”.

Ele disse saber que em algumas regiões do Estado está mais desenvolvido, e não sabe se é uma questão da EPAGRI ou de interessados nesta área, mas apesar

da possibilidade do ponto de vista financeiro, “não existe na região um trabalho concreto da EPAGRI de apoio, de orientação na questão do agroturismo”. Relata só terem tido treinamento para o AGREGAR e necessitam de recursos humanos para fomentar esta área.

Quanto ao AGREGAR, o entrevistado comentou que nenhum produtor manifestou interesse, mas reconhece que ainda não teve divulgação efetiva, por ser uma linha de crédito nova. “E o turismo é uma coisa nova para nós como EPAGRI, está faltando maior envolvimento nosso”, diz o representante da EPAGRI.

Em uma avaliação do turismo como atividade complementar de renda na propriedade agrícola, ele considera que é uma alternativa interessante para São Joaquim, já que possui toda esta condição climática, o diferencial do frio, da maçã e há uma série de outras atividades que podem ser agregadas.

Segundo o entrevistado:

“Conhecendo a realidade cultural da região e a dificuldade de levar aos produtores a informações do setor produtivo, vê-se um caminho longo a ser trilhado. Necessita o mapeamento do município para detectar pólos com concentração de produtores com uma visão melhor da atividade. É um desafio para ser assumido por algum órgão, pelo poder municipal, alguma ONG, alguma entidade, alguém tem que puxar este processo”.

Ele acredita que os impactos ambientais negativos pela atividade podem ser evitados, quando organizada, planejada e estruturada. Levanta, inclusive, a preocupação com propriedades que trabalham com maçã e batata e com utilização de muito agrotóxico. Neste caso o produtor deve ser alertado para oferecer um ambiente saudável e evitar contaminação aos visitantes:

“Pode ser que com isto você acabe selecionando propriedades que desenvolvam a fruticultura orgânica, isto sim, a EPAGRI pode fazer. Aqui no município, existe um trabalho que o colega Peruchi começou a fazer, se chama Associação de Produtores Agroecológicos do Município. Então que propriedade o turista vai visitar? Propriedade que tem uso de agrotóxico e às vezes até um mau uso”?

Finalizando, ele comentou que esta dissertação está levantando uma alternativa bastante interessante. O município tem potencial para o agroturismo juntamente com outras formas de turismo. Incluem-se aí a produção agroecológica, a uva e vinho estão surgindo como possibilidades futuras, belezas naturais e clima ameno no verão.

De acordo com seu depoimento torna-se necessário pensar em novas alternativas para além da questão agrícola, agregar algumas outras formas de rentabilidade já que tanto a fruticultura como a bataticultura tem apresentado problemas:

“O meio rural precisa um planejamento para ter a possibilidade de uma outra atividade que não fique concentrado só na questão agropecuária como é o caso hoje. Se buscarmos um turismo rural, partindo do urbano, vai beneficiar o município, mas as propriedades agrícolas ficariam afastadas do processo e numa idéia do agroturismo, muitas propriedades poderiam se envolver no processo e entraria uma questão paralela que é o artesanato e a produção agrícola”.

A EPAGRI é detentora de conhecimentos de agregação de valor às propriedades agrícolas e possui um diagnóstico físico e social das comunidade rurais do município. Este fator deve ser levado em conta na consolidação de parcerias visando a implementação de políticas de desenvolvimento do turismo rural em São Joaquim. É uma instituição que precisa ser chamada na constituição de um projeto participativo.

5.4.8 Conselho Municipal de Trabalho e Emprego

Todo o município que recebe verbas do Fundo Amparo ao Trabalhador (FAT), através do SINE, realiza um Fórum com a comunidade organizada para decidir os cursos prioritários para o local. Foi entrevistada a Presidente do Conselho sobre quais cursos são prioritários.

Segundo a Presidente a prioridade de qualificação e requalificação nesta gestão foi na área de artesanato, pois há no município um grande grupo organizado, que é a Exponeve. São mais ou menos cinquenta artesões que precisavam de requalificação. Havia também a necessidade de procurar uma alternativa para famílias que perdem o trabalho quando acaba a safra da maçã ou da batata, ficando quatro a cinco meses desempregados. Mas ao longo do projeto percebeu-se que esta área era bastante incentivada pelo governo dentro dos projetos de trabalho e renda.

Ações do conselho em prol do turismo são justificadas não só nesta área do artesanato com cursos em vimeria, processamento da lã de ovelha, teares, mas

também houve cursos na área de piscicultura, recuperação e conservação ambiental, gastronomia e prestação de serviços em geral: camareira, balconista, cozinheira, garçom, maitre, gestão hoteleira.

Como retorno, São Joaquim teve a oportunidade de integrar o Programa de Artesanato Brasileiro a convite do SEBRAE. Surgiram vários núcleos de trabalho a partir destes cursos na área de decoração, produção artesanal de derivados da maçã (suco, vinagre, geléia, licor) e do mel.

Lamenta a Presidente que apesar das oportunidades serem oferecidas, ainda assim há dificuldades na requalificação. Ela considera que deveria haver mais empenho dos empresários na capacitação de seus empregados, como os restaurantes com seus garçons e cozinheiros, os hotéis com as camareiras e recepcionistas. Desta forma os empregados também se sentiriam valorizados na disputa de vagas.

5.4.9 Serviço Nacional de Empregos

Foi entrevistada a representante do escritório local do SINE, perguntado a sua opinião sobre a economia do município, relatou que São Joaquim está estruturado na parte agrícola, principalmente em maçã e batata e que o poder público não está oferecendo recursos para estas atividades.

Ela considera que o turismo “bem trabalhado” seria uma ótima opção como alternativa de desenvolvimento, principalmente na área rural, onde se possa trabalhar gastronomia, hospedagem, artesanato e trilhas.

“Já ouvi falar em agroturismo, mas não sei a diferença entre este termo e o turismo rural” argumentou quando questionada sobre o assunto. Quanto à propriedades trabalhando nesta área no município, a representante do SINE citou a Fazenda Água Santa.

“Gostaria de trabalhar nesta área como prestadora de serviços, sei que esta atividade traz lucro para o município quando bem explorada”, diz a entrevistada. Ela considera que o município tem capacidade para desenvolver o turismo, mas tem deficiências de pessoas capacitadas para atender os visitantes.

Mesmo oferecendo os cursos gratuitos de qualificação profissional, patrocinados com recursos do FAT, torna-se complicado de reunir o número de dezesseis pessoas por turma. São oferecidos cursos de capacitação em agricultura, turismo, artesanato, comércio e exportação, indústria, prestação de serviços. Em fórum com a comunidade organizada são estabelecidos os cursos que serão ministrados.

Perceberam-se nos últimos anos que o fato dos recursos serem liberados no segundo semestre, fez com que cursos que dependem da estação adequada fiquem impossibilitados de serem realizados. Como é o caso dos cursos relacionados à agricultura, porque a poda de frutíferas precisa ser feita no mês de julho, enquanto que normalmente os recursos são liberados a partir de agosto.

5.4.10 Associação Pró Turismo

A PROTUR foi criada com o objetivo de conscientizar, fomentar e estimular o turismo, com estas palavras a Presidente da instituição iniciou a entrevista.

Sobre as iniciativas de embelezamento da cidade, foi criado em 1997 o Projeto “São Joaquim Um Grande Jardim”, envolvendo as escolas, procurando despertar um potencial crítico nas crianças sobre a importância da limpeza urbana. Plantio e a manutenção de flores nas praças. A presidente da PROTUR salientou que o projeto iniciou com as crianças pelo poder que elas têm de conscientizar a família.

Outra ação importante da associação foi em 1998 fazer uma campanha educacional sobre a coleta do lixo, explicando sobre as doenças causadas pelo acúmulo de lixo. A campanha foi denominada “Jogue Limpo com a sua Cidade”.

Quanto às parcerias com outras entidades, a presidente cita:

“A PROTUR trabalhou em parceria com a Prefeitura apesar de que só a Agricultura que nos dava parceria nas flores, com a Educação não houve entrosamento e com a Secretaria de Turismo muito pouco. Até os guias turísticos (folder) que tem São Joaquim, já na sétima edição foi feita pela PROTUR, com pequena ou média ajuda da Prefeitura”.

Falando sobre as potencialidades do turismo no município, a Presidente afirma que falta incentivo dos órgãos públicos e os donos de restaurantes e hotéis só acreditam na viabilidade do turismo em momentos como este em que a cidade fica

cheia por causa da neve. No entanto, continua a entrevistada, estas pessoas não investem em melhorias das suas instalações, apesar da riqueza dos recursos naturais e da mídia gratuita, pois não se poderia pagar um segundo da propaganda na mídia nacional.

Ela diz acreditar no turismo rural, pois este é o anseio das pessoas que moram nos centros urbanos e São Joaquim tem todas as possibilidades. Entretanto a associação não possui ações que incentive este setor, pois a preocupação em campanhas pela limpeza da cidade foi a ameaça de perder o selo turístico que dá acesso as verbas do PRODETUR. Mas se a Secretaria de Turismo entrar neste projeto, a PROTUR ajudaria com a conscientização, enfatiza a Presidente dessa Associação.

O Snow Valley é citado por ela como o roteiro turístico mais completo. A Igreja Matriz é uma atração maravilhosa, mas no geral, faltam guias turísticos que conheçam a história do município. Reconhece que em outras cidades qualquer criança conhece a história e a nossa não é conhecida, argumenta a Presidente.

Quando perguntada se esta ação de capacitação de guias não poderia ser uma campanha da PROTUR houve a alegação de não haver verbas para pagar professores.

Ela finaliza a entrevista alegando que o Poder Público estadual esqueceu de São Joaquim apesar de ser a cidade mais famosa do país durante os meses de inverno.

A cidade tem muito a ganhar com iniciativas de setores da comunidade de se envolverem no processo de conscientização da população para o turismo argumenta a entrevistada. Inclusive, ela demonstra estar consciente que não é só dever do poder público.

A criação da PROTUR é uma demonstração da existência na sociedade organizada de setores preocupados com o rumo do turismo no município, quando se preocupa com a possibilidade de São Joaquim perder o selo de cidade turística. Foi importante o envolvimento das escolas na educação ambiental. A gestão participativa é fundamental e a PROTUR também tem o papel de exigir da administração, políticas públicas de incentivo à atividade turística.

6 CONCLUSÕES

No momento em que o turismo é apresentado como alternativa à solução dos problemas do município, surgem alguns questionamentos sobre a sustentabilidade da propriedade rural, o seu impacto na geração de trabalho e renda, os efeitos provocados pelo desenvolvimento no ambiente natural e a possibilidade do turismo vir a ser o instrumento de preservação ambiental no espaço rural.

Surgem também os questionamentos sobre o município de São Joaquim como receptor do turismo rural, o interesse dos visitantes na busca deste espaço, a visão da população local sobre a atividade e o engajamento da sociedade organizada.

A metodologia utilizada neste trabalho, ao pesquisar os segmentos turistas, população local e sociedade organizada procurou esclarecer estes questionamentos.

É necessário esclarecer que as conclusões deste trabalho são as interpretações deste autor, com base nas opiniões das pessoas entrevistadas. Assim pode-se concluir:

O município de São Joaquim é conhecido, devido ao fator clima e altitude, que permite a precipitação de neve na estação inverno e a produção de fruticultura de clima temperado de alta qualidade, com destaque para a maçã. São Joaquim é destaque na mídia nacional sempre que a temperatura desce a níveis negativos (o que é freqüente no inverno) ou há incidência de neve na região. Há uma curiosidade geral e um forte apelo para se visitar o município, sem que para isto se necessite de propaganda dirigida.

A perspectiva de encontrar na região a opção de turismo oferecido no espaço rural, dentro de uma propriedade agrícola, trouxe ao município um público que não veio só em busca do fenômeno da precipitação de neve, mas também um público associado a uma forma natural de vida.

Este público vem atrás da paz que o campo oferece; da paisagem que cerca a região campos cercados de taipas, montanhas, florestas com araucária, rios com trutas; e das virtudes simples encontradas na vida campeira: a ordenha do gado, as lidas dos peões, os passeios a cavalo, as histórias ouvidas em volta ao fogo de chão ou na frente da lareira, degustando a farta e típica gastronomia da região.

Por outro lado se constata a decepção dos visitantes em relação a uma cidade tão famosa, mas com uma arquitetura urbana completamente descaracterizada e uma infra-estrutura deficiente na prestação de serviço, principalmente nas opções de hospedagem, restaurantes e lazer.

Quando ouvimos a população local ficou claro o desânimo dos residentes com a atual situação econômica do município, evidenciando uma economia totalmente dependente da agricultura, baseada principalmente na maçã, batata e pecuária. Esta característica aliada à instabilidade das safras, preço baixo pago ao produtor, dificuldade de comercialização, ausência de uma política agrícola favorável ao pequeno produtor, empobreceu consideravelmente a região, a ponto da situação ser classificada como catastrófica pelos residentes.

Aparece também a esperança de alguns proprietários de remanescentes florestais a liberação do corte da araucária. Toda esta discussão a respeito das possibilidades de manejo do pinheiro, permeadas com legislações desfavoráveis ao corte, demonstra a escassez dos recursos florestais, que é uma realidade mundial. Urge a necessidade de procurar outras alternativas de renda para o município.

Ao mesmo tempo o turismo aparece com unanimidade como alternativa de desenvolvimento da região, na fala dos atores locais. Há também uma tendência de expectativa no turismo no espaço rural, em todas as suas modalidades, como o ecoturismo, fazendas hotéis, agroturismo, etc.

Através deste contato com os residentes foi possível identificar pessoas com potencial para entrar no mercado, como também a insegurança de entrar nesta atividade devido o pouco conhecimento de retorno no município e a total falta de incentivo dos governantes para a atividade.

De acordo com as informações colhidas com a população percebeu-se que além deste anseio do turismo rural como redenção econômica local, há também um forte descontentamento com a administração municipal em não priorizar o turismo, sabendo que a cidade possui selo turístico e que sua área é predominantemente rural.

A população parece consciente dos impactos do turismo, mas há uma forte tendência em acreditar que os impactos positivos serão maiores que os negativos, principalmente no que tange ao meio ambiente, pois pensam que o turista que procura esta atividade tem respeito pela natureza.

A falta de equipamentos e serviços turísticos, apesar de conhecida, ficou claramente evidente nas manifestações registradas nesta pesquisa. Mas também é evidente que a infra-estrutura municipal é deficiente no quesito mais elementar de uma cidade, que é o saneamento básico.

Vale lembrar que o município de São Joaquim não tem saneamento básico e a população não se dá conta que a atividade turística aumenta o número de pessoas. É assustador o dado de que menos de 2% da população é atendida pela rede de esgoto, caracterizando aqui um impacto ambiental grave, pois mais de 90% dos efluentes, gerado apenas pela população local, pode estar contaminando os rios e o lençol freático, como, por exemplo, o Rio São Mateus.

No entanto, como não é aparente não é um dado que preocupa os residentes e por isso não cobram este procedimento da administração pública. Uma cidade que pensa em receber turista tem que prever que o aumento de pessoas gera mais efluentes domésticos.

Dos líderes municipais ouviu-se concordância em alguns segmentos, antagonismos em outros, desconhecimento do tema proposto para alguns e total ausência de políticas públicas para o setor.

A concordância aparece nos primeiros tópicos, quando a visão econômica do município também é unânime: empobrecido e fortemente dependente da agricultura, que por suas características de monocultura dificulta o aumento de renda do produtor.

A administração municipal reconhece o turismo como gerador de emprego e renda, mas admite que o orçamento do município não contemplou a Secretaria de Turismo, foram priorizadas a educação e a saúde.

O Plano Diretor do município deveria ser revisado e atualizado para atender uma cidade com potencial turístico.

São Joaquim possui o rótulo de cidade turística há muito mais tempo que as cidades da serra gaúcha como Gramado e Canela, mas elas seguiram um Plano de Desenvolvimento Turístico e hoje lideram o turismo de inverno no sul do País.

Os residentes criticam a prioridade do governo estadual com o turismo do litoral. É importante a união dos municípios da serra catarinense num objetivo de desenvolvimento regional, onde o turismo teria papel fundamental.

O fortalecimento regional também é importante nas conquistas políticas, como por exemplo, a viabilização da rota “Caminhos da Neve” ligando a serra catarinense a serra gaúcha.

Quanto à conscientização da população joaquinese sobre o turismo percebe-se que sempre que existem ações pontuais, estas são bem recebidas, como as respostas às campanhas da PROTUR (de limpeza da cidade) e Secretaria de Turismo (quando da implantação do Museu Histórico). Mas, também se constatou a necessidade de capacitação e requalificação profissional para o setor turístico e investimento na melhoria de qualidade e diversificação de hotéis e restaurantes.

Há uma tendência de culpar a população por não ser mais ativa, mas não se pode ignorar que a educação para a cidadania deve partir do poder público. São Joaquim tem mais de 100 anos e só no ano 2000 foi resgatada uma parte da história através da implantação do Museu Histórico. As publicações sobre a história do município são raras, a maioria da população desconhece, assim a descaracterização da arquitetura da cidade e as demolições de patrimônios culturais passam despercebidas, como o antigo Grupo Escolar Manoel Cruz.

Percebeu-se que não há ações específicas de fomento ao turismo rural na Secretarias de Agricultura e Turismo do município. Na Secretaria de Agricultura os projetos destinados à melhoria da qualidade de vida do produtor rural e conseqüentemente sua permanência no campo, estão centrados na melhoria do campo nativo e na diversificação da fruticultura. A Secretaria de Turismo trabalhou em cima do resgate da memória histórica do município e no desenvolvimento da cultura artística.

O CONDETUR poderia ser um agente importante neste contexto, fazendo a ponte entre proprietários rurais e administração pública ou outros órgãos que fomentam esta atividade no Estado, como a EPAGRI, executora do Subprojeto de Apoio ao Agroturismo, do Programa de Agregação de Renda da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

É evidente o anseio dos residentes em atuar no turismo no espaço rural, seja como proprietário ou prestadores de serviço. De um lado está a população local desinformada sobre os riscos e benefícios desta atividade turística, desconhecendo os mecanismos de implantação e recursos disponíveis e de outro o Poder Público sem interesse em priorizar políticas públicas favoráveis.

A nova administração municipal 2001-2005 iniciou resgatando a Festa Nacional da Maçã, demonstrando a vontade de investir no setor turístico, inclusive no turismo no espaço rural. Para que a implantação do turismo seja eficiente o município necessita desenvolver e executar um Plano de Desenvolvimento Turístico com normas que definam competências e responsabilidades dos setores envolvidos.

A Fazenda Água Santa, pioneira da atividade no município, demonstrou ser possível implantar a atividade turística no meio produtivo agrícola, que esta atividade é importante como complementação de renda na propriedade rural, a ponto de expandi-las e serem responsáveis por 20% da renda, agregando valor à propriedade.

A propriedade analisada, por possui 65 hectares não pode ser considerada como pequena propriedade rural (30 hectares de acordo com o Código Florestal, Lei 4771/65) e implantou o turismo com recursos próprios. Desta forma o agroturismo para pequenas propriedades rurais se implantado no município necessita de acompanhamento e políticas públicas específicas.

Acima de tudo é necessário consolidar parcerias para um planejamento participativo do poder público municipal através das secretarias de Agricultura, Turismo e Educação e de outro lado o CONDETUR, a PROTUR, o CMTE, o CDL, o SINE, a EPAGRI, enfim instituições detentoras de conhecimento e dispostas a trazer uma alternativa a mais de desenvolvimento para o município.

São Joaquim com a implantação do Programa de Vinicultura abre um novo espaço de utilização das áreas produtivas agrícolas para o turismo, expediente já usado com sucesso nas vinícolas gaúchas, aonde a vindima (colheita da uva) é atração. O consumidor vive a experiência da colheita, da degustação e ajuda fazer o vinho, com o mesmo charme dos programas de visita das vinícolas francesas, chilenas e californianas.

De acordo com os resultados obtidos na presente pesquisa, é possível recomendar algumas ações no âmbito municipal, a fim de que possa incrementar o turismo no espaço rural de São Joaquim de forma sustentável. São elas:

- Criar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando a implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, buscando o desenvolvimento Sustentável através da utilização adequada do potencial de recursos naturais da região;
- Implementar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e para a

- população em geral;
- Combater com medidas administrativas eficazes, todas as formas de poluição do município;
 - Intensificar ações sobre a importância do cuidado e preservação do bem público e do patrimônio cultural, com programas que contribuam para a mudança de valores e atitudes que favoreçam a imagem positiva do município;
 - Criar o Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal com normas que definam competências e responsabilidades dos setores envolvidos;
 - Consolidar parcerias para um planejamento participativo do poder público municipal através das secretarias de Agricultura, Turismo e Educação, para definir normas sobre a atividade turística no espaço rural;
 - Articular junto aos municípios vizinhos o fortalecimento de ações conjuntas para o desenvolvimento do turismo regional;
 - Revisar e atualizar o Plano Diretor do Município, para atender as prioridades turísticas e o zoneamento ambiental;
 - Implementar o saneamento básico (sistema de esgoto e drenagem) que possibilite o atendimento da população urbana com rede coletora e tratamento final dos dejetos;
 - Intensificar seu papel político e social, junto ao governo estadual no sentido de concretizar o projeto dos Caminhos da Neve, ligando a Serra Catarinense a Serra Gaúcha.
 - Fortalecer o setor turístico com capacitação e treinamento das pessoas envolvidas;
 - Apoiar e participar do programa de recolhimento das embalagens de agrotóxicos;
 - Exigir o licenciamento ambiental de toda obra ou atividade considerada potencialmente causadora de degradação ambiental.

Pelo fato de ser um estudo de caso, ocorreram algumas limitações, mas sua representatividade consolida-se no desenvolvimento de novas idéias e na produção de novos conteúdos. Para tanto, sugiro temas para o desenvolvimento de futuros estudos:

- Caracterizar o perfil do turista que visita o município;
- Analisar os impactos econômicos, culturais e ambientais da atividade turística;
- Analisar o impacto ambiental das atividades agrícolas quanto a localização dos empreendimentos, como da contaminação dos mananciais pelo uso abusivo de agrotóxico.
- Analisar o cultivo da fruticultura agroecológica e o potencial turístico;

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A; RIEDL, M. e FROEHLICH, J.M. (orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria:UFSM, 1998. 190p

ALMEIDA, J. A; RIEDL, M. (orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 263p.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da agenda 21**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BARRERA, Ernesto. Situación del turismo rural em la Republica Argentina. In: **Turismo e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998. 190 p.

BARROS, Silvio Magalhães. Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo. In: **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1999.

BERTOLDI, Irma. Turismo rural em Joinville: uma experiência de sucesso. In: **II Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Anais, 09 a 12 de maio de 2000.

BIANCHINI, Suzana Scóss. **Recordando São Joaquim**. Florianópolis: Ed da Autora, 1986. 112 p.

BLOS, Wladimir. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 263 p.

BRASIL Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica e dá outras providencias.

_____ Portaria nº 37-N de 03 de abril de 1992. O IBAMA torna pública a Lista Oficial de Espécies da Flora Ameaçada de Extinção.

_____ Resolução CONAMA nº 001 de 23 de janeiro de 1986. Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

_____ Resolução CONAMA nº 278 de 24 de maio de 2001.

_____ Lei de Crimes Ambientais nº 9605 de 12 de fevereiro de 1998.

_____ Lei Nº 9.974 de 06 de junho de 2000 e Decreto nº 3.550 de 27 de julho de 2000. Dispõe sobre o destino final dos resíduos e embalagens de agrotóxicos.

_____ Decreto Nº 3.694 de 21 de dezembro de 2000. Dispõe sobre o controle e fiscalização de agrotóxicos.

_____ Medida Provisória nº 2.166-67 de 24 de agosto de 2001. Altera e acresce dispositivos à Lei nº 4771 de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal.

BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. **Gestão ambiental: instrumentos e práticas**. Brasília: IBAMA, 1994. 173p.

CALLENBACH, E. et al. **Gerenciamento ecológico**. In: Guia do Instituto Elmwood de Auditoria Ecológica e Negócios Sustentáveis. São Paulo: Cultrix, 1993.

CAMPAHOLA, C; SILVA, J.G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 263 p.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1996. 256 p.

_____. **O ponto de mutação**. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1982.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962. 305 p.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo/ atividade marcante do século XX**. 2ª ed. Caxias do Sul: EDUSC, 1990. 128 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.430p.

COUTO, Nelza Aparecida. Apontamentos de pesquisa da historia do município, 2000.

CSORDAS, T e VILLAR, R. **Preservando o lucro**. Amanhã, outubro de 1998.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. 328p.

DIAS, Marilza do Carmo Oliveira (org.). **Manual de impactos ambientais: Orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. 297 p.

DUMAZEDIER, Joffre. **A Revolução Cultural do Tempo Livre**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1994. 199 p.

ELESBÃO, Ivo. O turismo como atividade não agrícola em São Martinho –SC. In: **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 263 p.

EMBRATUR. **Manual Operacional do Turismo Rural**. Brasília, 1994.

FEUSER, Everson. **Turismo rural: avaliação dos impactos sociais e ambientais da pousada dona Otilia no município de São Martinho**. Florianópolis, 2000. Monografia (Administração) . Centro Sócio Econômico. Departamento de Ciência da Administração. Universidade Federal de Santa Catarina.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIVORD, Doriane. Defender o modelo rural e agrícola europeu na OMC. In: **O modelo rural europeu**. LEADER Magazine n. 25, 2001.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. RAE-Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v 35, n.3, p. 21-29. 1995.

GUZZATTI, T.C; SOLDATELI, M. O agroturismo como estratégia para promover o desenvolvimento rural: a experiência das encostas da serra geral, SC. In: **II Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Anais, 09 a 12 de maio de 2000.

HIRANO, Sedi (org). **Projeto e Planejamento**. 2ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor Ltda, 1988.

JOUEN, Marjorie. A Europa rural na virada do terceiro milênio. In: Atlas Leader du Developpement rural. **Net**. Disponível em <http://www.rural-europe.aeidt.be/rural-pt/biblio/model/intro.htm>. Acessado em 21.09.2001

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo/ Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1989. 236 p.

LAGE, B. H. G; MILONE, P. C. Fundamentos Econômicos do Turismo. In: **Turismo/ teoria e pratica**. Editora Atlas: São Paulo, 1999.

_____. Impactos Socioeconômicos do Turismo. In: **Turismo/ teoria e pratica**. Editora Atlas: São Paulo, 1999.

LAURENT, C; MAMDY, JF. O turismo rural na França. In: **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998. 190 p.

LEMOS, Leandro Antonio. **Os Sete Mitos do Turismo/ uma análise de alguns conceitos fundamentais**. p 1 – 10. PUC – RS, 1996.

MAIMON, Delia et al. **Gestão Ambiental: compromisso na empresa**. Gazeta Mercantil, 20 de março de 1996. fasc 1.

_____. **Gestão Ambiental: compromisso na empresa**. Gazeta Mercantil, 27 de março de 1996. fasc. 2

MAILHOS, Victoria. El turismo rural en el Uruguay. In: **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998. 190 p.

MALHEIROS, Telma Maria Marques. **A gestão ambiental pública**. Gazeta Mercantil, 24 de abril de 1996. fasc.6 , p. 6

MATTEI, Lauro. A dinâmica da pluriatividade e das ocupações rurais não-agrícolas em Santa Catarina nas décadas de 80 e 90. **Net**. São Paulo. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>. Acessado em 27.10.1999

MAZON, Patrícia. Turismo de aldeia em Santa Catarina: projeto de desenvolvimento rural integrado. In: **II Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: Anais, 09 a 12 de maio de 2000.

MAZUEL, Luc. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000. 263p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

_____. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1999. 269 p.

NAISBITT, John. **Paradoxo Global**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1994.

ORE. João Assis Dalle. Entrevista cedida a Maria Eliza Martorano Bathke. 1999.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do Turismo**. Campinas: Papyrus, 1995. 88 p.

PELLEGRINI, Américo Filho. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papyrus, 1993.190p.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAMON, Maria Dolores Garcia. **Geografia Rural**. Maria Dolores Garcia Ramon; Antoni F. Tulla I Pujol; Núria Valdovinos Perdices. Madrid: Ed. Síntesis, 1995.

RODRIGUES, Adyr A. Balastri (org.) **Turismo e geografia/ Reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Turismo e Espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997. 147 p.

_____. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru; EDUSC, 2000. 263p.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1999. 199 p.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento – Crescer sem destruir**. São Paulo: Edições Vértice, 1986. 208p.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993. 103 p.

SANTA CATARINA. Manual de organização e procedimentos do projeto catarinense de agregação de valor-2000/2001. Programa de Promoção do Agronegócio Catarinense. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura.

_____. Subprojeto 01.1.99.802.15. Apoio ao desenvolvimento do agroturismo. Projeto de agregação de valor aos produtos e serviços da agricultura familiar e pesca artesanal de Santa Catarina. Programa: Desenvolvimento Rural Sustentável. EPAGRI, 30.04.2001.

_____. Portaria Interinstitucional nº 01 de 04 de junho de 1996. Disciplina a exploração de florestas nativas no Estado de Santa Catarina.

SANTOS, Sandra Carvalho dos. **Restaurante Turístico Rural.** Brasília: SEBRAE / DF, 1998. 84p.

SCHAERER, J; DIRVEN, M. **El turismo rural em Chile. Experiências de agroturismo em las Regiones Del Maule, la Araucania y Los Lagos.** Santiago de Chile: Naciones Unidas. CEPAL – ECLAC, 2001. 74 p.

SCHELP, Diogo. Direto da fonte. **Veja**,14.02.2001. p.65

SCHNEIDER, S; FIALHO, M.A.V. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru: EDUSC, 2000. 263p.

SERRÃO, Mônica Armond. Interdisciplinaridade: o desafio da pesquisa ambiental. **Ciência Hoje.** Vol. 22, n. 127, p. 24.

SILVA, E. L. MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: UFSC / PPGEPP / LED, 2000. 118 p.

SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE,Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.** Santa Maria: UFSM, 1998. 190p

SOLDATELI, Márcio. **Oportunidades e riscos do turismo em Rancho Queimado: Subsídios para o turismo sustentável – Um estudo de caso.** Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e Qualidade: Tendências contemporâneas.** 5ª ed. Campinas: Papyrus, 1999. 120p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1990. 175p.

URRY, John. **O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel/ SESC, 1996. 231p.

ZIMMERMAN, Adonis. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: UFSM, 1998. 190 p.

_____, Mercosul. Disponível em <http://www.zimmerman.com.br>
Acessado em 20.09.2001.

<http://www.serratur.com.br>

<http://www.embratur.gov.br>

<http://www.sernatur.cl>

<http://www.agroportal.pt/mundo/espanha/ter.html>

<http://www.uruguaytotal.com>

<http://www.turihab.pt>

8. ANEXOS

8.1 ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – PROPRIETÁRIOS DA FAZENDA ÁGUA SANTA

Origem da propriedade.

Atividades econômicas geradas (culturas significativas, processo econômico)

Porcentagem de retorno econômico, importância de cada cultura.

Além da atividade agrícola, qual outra atividade.

O que o levou a esta alternativa de renda para a propriedade?

Houve planejamento? (Acessoria profissional para a implantação)

Qual foi a maior dificuldade na implantação? (readequação do espaço)

Fontes de recursos para a implantação (linha de crédito específica)

Qual o valor que a nova atividade agregou à propriedade?

Como é divulgado o empreendimento? (difusão, distribuição, avaliação)

A propriedade fica em atividade turística o ano todo? Como é o processo?

Como é o processo? Interativo, Contemplativo (paga pelo que colhe?)

Quais os produtos disponíveis para uso turístico?

Qual a interatividade com a população local?

Implicações na atividade tradicional?

Como se vê neste processo?

Que função deve ter o T.R.?

Existe área restrita à agricultura (turista não pode circular) e áreas de espaço misto?

Fontes energéticas utilizadas.

Abastecimento água (tratamento dos recursos hídricos)

Destino das águas servidas

Monitoramento (análise laboratorial)

Destino do lixo (reciclagem, compostagem)

Participa de algum projeto na Secretaria de Agricultura (destino de embalagens de agrotóxicos, etc)

Empregados da área rural são usados na prestação de serviços turísticos?

De onde vem o produto usado na propriedade (hortaliças, leite, carne, ovos)

Relação com os empregados? Que critérios usa (recomenda capacitação, indica exame de saúde)

O que oferece aos empregados (tem acesso aos cursos SINE/FAT)

Como vê o trabalho da municipalidade? (órgão municipal de turismo)

Na sua opinião quem deve dar assistência ao empreendimento?

Qual a importância de um circuito turístico? Outras propriedades trabalhando ajudam ou a concorrência é ruim?

Material das construções, técnicas locais (atividade traz dinheiro e leva para os outros lugares?)

Como vê a legislação ambiental? (Código florestal, lei de crimes ambientais?)

8.2 ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – EMPREGADOS DA FAZENDA ÁGUA SANTA

Função de origem.

Que atividade já trabalhou?

Quanto tempo está na prestação de serviços?

O que o levou a escolher este trabalho?

Teve treinamento para desempenhá-lo?

Foi feito algum curso, que aspectos aprendeu?

Existe alguma coisa que gostaria de aprender para melhor desempenhar sua função?

Que curiosidades os visitantes tem em relação ao lugar?

Aspectos positivos e negativos em relação a esta atividade.

8.3 FORMULÁRIO DE PESQUISA

PERFIL E PERCEPÇÃO DOS VISITANTES EM RELAÇÃO AO TURISMO EM PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

O presente formulário será utilizado pela Eng. Agrônoma Maria Eliza Martorano Bathke como base na dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental: “O Turismo Sustentável Rural Como Alternativa Econômica Complementar”, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

O uso das informações é exclusivo de ordem acadêmica sendo preservado o nome da propriedade e a identidade dos usuários.

LOCAL DA ENTREVISTA: _____ DATA ___/___/___ Nº ___

Qual sua cidade de residência permanente?

Cidade: _____ UF: _____ País: _____

Faixa etária:

- | | | | |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> menos de 20 anos | <input type="checkbox"/> 30 a 35 anos | <input type="checkbox"/> 45 a 50 anos | <input type="checkbox"/> 60 a 65 anos |
| <input type="checkbox"/> 20 a 25 anos | <input type="checkbox"/> 35 a 40 anos | <input type="checkbox"/> 50 a 55 anos | <input type="checkbox"/> 65 a 70 anos |
| <input type="checkbox"/> 25 a 30 anos | <input type="checkbox"/> 40 a 45 anos | <input type="checkbox"/> 55 a 60 anos | <input type="checkbox"/> acima de 70 anos |

Tipo de ocupação funcional?

Regularidade de viagens:

- | | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> mensal | <input type="checkbox"/> semestral | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> trimestral | <input type="checkbox"/> anual | |

Fatores que o motivam a viajar:

Como tomou conhecimento deste local?

O que o fez optar por este local?

O que o levou a procurar por este tipo de lazer?

É o primeiro contato com esta modalidade de lazer?

() Sim () Não

Se a resposta for não, quais outros contatos?

Como foi planejada a viagem?

() família () casal () grupos ()

O que encontrou que buscava?

O que não encontrou que buscava?

Que sugestão deixaria para o local?

Voltaria ou recomendaria o local?

Sim Não

Por quê?

O que mais lhe chamou a atenção na propriedade?

O que consumiu na propriedade?

Grau de satisfação: (1) ruim (2) regular (3) bom (4) ótimo (5) excelente

hospedagem compras atendimento

alimentação lazer

Além da propriedade visitou a cidade?

Sim Não

Por quê?

Que elementos da cultura local tomaram conhecimento?

8.4 ROTEIRO PARA ENTREVISTAS - POPULAÇÃO LOCAL

(Pessoas com potencial para entrar no mercado. Residentes – como vêem a chegada de outras pessoas)

Como vê São Joaquim economicamente?

Qual a saída econômica? Alternativas para desenvolvimento local.

O que entende por turismo rural?

Conhece Agroturismo?

Tem conhecimento de que em São Joaquim se pratica esta atividade?

De onde ouviu falar? Que lugares?

Gostaria de trabalhar nesta atividade? De que forma? (proprietário, prestador de serviço)

O que acha que esta atividade pode trazer para o município?

Quais aspectos positivos e negativos em relação ao T.R? Em relação ao meio ambiente.

Se fosse procurado por um turista, o que indicaria para ele conhecer (atrativos) ou se hospedar?

Quais os ramos de atividades ligadas ao turismo na cidade (segmentos da economia)

8.5 ROTEIRO PARA ENTREVISTA – PREFEITURA MUNICIPAL

São Joaquim está quase que diariamente na mídia nacional, em que escala de prioridade o turismo esteve em seu governo?

Como descreveria o panorama atual do turismo em São Joaquim e segundo este panorama qual a tendência para o futuro?

Como vê o PNMT?

De acordo com o PNMT foi criado o CONDETUR e o Fundo Municipal de Turismo. Qual a porcentagem de orçamento da Prefeitura Municipal destinada ao Fundo?

Da sua proposta de governo para o turismo, o que foi realizado?

O que não foi qual a limitação?

O Plano Diretor do município atende as prioridades turísticas?

8.6 ROTEIRO PARA ENTREVISTA - SECRETARIA DE TURISMO

Qual o panorama atual do turismo em SJ e segundo este panorama qual a tendência para o futuro?

Dentro do programa de governo desta gestão administrativa para o turismo o que foi realizado?

O que não foi, qual a limitação?

Qual a sua opinião sobre o PNMT?

Quais as políticas e ações desta secretaria em relação ao Turismo Rural?

Uma avaliação desta secretaria em relação ao desenvolvimento do turismo no meio rural no município.

8.7 ROTEIRO PARA ENTREVISTA - SECRETARIA DA AGRICULTURA

Como você vê SJ economicamente?

Alternativa para o desenvolvimento rural? Fixação do homem ao campo.

Qual seu conhecimento sobre a linha de crédito AGREGAR?

O turismo rural poderia ser uma alternativa de desenvolvimento rural?

Como conceitua turismo rural?

Conhece o termo Agroturismo?

Quais as ações e políticas específicas desta Secretaria em relação ao desenvolvimento do turismo rural?

Em relação ao meio ambiente, que impactos positivos e negativos considera que o turismo rural possa ocasionar?

Uma avaliação desta secretaria em relação ao desenvolvimento do turismo no meio rural em SJ?

Em relação ao que foi tratado que outras considerações a Secretaria gostaria de fazer?

8.8 ROTEIRO PARA ENTREVISTA - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Existe políticas e ações de Educação Ambiental e de Educação para o turismo nas escolas municipais?

Há alguma parceria com a Secretaria de Turismo e a de Secretaria da Agricultura na execução destes programas?

Qual a política e ações específicas desta Secretaria que contribuem para o desenvolvimento do turismo no município?

8.9 ROTEIRO PARA ENTREVISTA - CONDETUR

Como surgiu o CONDETUR?

Quais as principais ações do Conselho já realizadas até o momento?

Como o Conselho descreveria o panorama atual do turismo em SJ e segundo este panorama, qual a tendência para o futuro?

Quais as políticas e ações específicas deste órgão que contribuem para o desenvolvimento da atividade turística do município?

Uma avaliação deste órgão do desenvolvimento do turismo no meio rural no município.

Como conceitua Turismo Rural?

Conhece o termo Agroturismo?

Em relação ao meio ambiente que impactos positivos e negativos este tipo de atividade turística pode ocasionar?

Como está a execução das propostas, em relação ao turismo, contidas no plano de governo da Prefeitura Municipal?

Quantos monitores de turismo atuam com o Condetur?

De acordo com o que foi tratado, que outras considerações o conselho gostaria de fazer?

8.10 ROTEIRO PARA ENTREVISTA - CDL

Como você vê SJ economicamente?

Qual a alternativa de desenvolvimento local?

Como descreveria o panorama atual do turismo no município e segundo este panorama qual a tendência para o futuro?

Quais as políticas e ações específicas deste órgão que contribuem para o desenvolvimento da atividade turística no município?

Que acha que esta atividade pode trazer para o município?

Uma crítica dos turistas foi sobre o horário de funcionamento do comércio, como o CDL pode trabalhar uma maior flexibilidade de horários?

Que ramos da economia você encontra que se beneficiariam com o turismo?

De acordo com o que foi discutido, quer outras considerações gostaria de fazer?

8.11 ROTEIRO PARA ENTREVISTA - EPAGRI

Como vê o turismo rural como alternativa?

Como conceitua Turismo Rural?

Conhece Agroturismo?

Existem projetos no Estado de turismo rural apoiados pela EPAGRI, como São Joaquim está contemplado neste processo? Tem conhecimento do trabalho do pesquisador da EPAGRI João Dale Ore sobre Agroturismo?

Quais as políticas e ações específicas deste órgão em relação ao desenvolvimento do Agroturismo no município?

Tem conhecimento de algum proprietário rural tenha feito uso da linha de crédito AGREGAR para fins de turismo?

Avaliação do representante deste órgão governamental a respeito do desenvolvimento do turismo como atividade econômica complementar à propriedade agrícola.

No seu entendimento em relação ao meio ambiente que impactos positivos e negativos este tipo de atividade turística poderia ocasionar?

De acordo com o que foi tratado, que outras considerações gostaria de fazer?

8.12 ROTEIRO PARA ENTREVISTA - CMTE

Como está São Joaquim economicamente?

Quais as alternativas de desenvolvimento local?

Qual o panorama atual do turismo em São Joaquim, e dentro deste panorama qual a perspectiva futura?

Que tipo de turismo é viável para o município?

Como está o turismo rural em São Joaquim?

Quais as ações deste órgão para o desenvolvimento do TR em São Joaquim?

Como foram escolhidos os cursos de capacitação profissional com recursos do FAT?

Qual foi a prioridade dos cursos escolhida no Fórum?

De acordo com o que foi tratado, há alguma consideração que gostaria de fazer?

8.13 ROTEIRO PARA ENTREVISTA – SINE

Como esta São Joaquim economicamente?

Qual a alternativa de desenvolvimento local?

Que tipo de turismo é viável para o município?

Conhece Agroturismo?

Tem conhecimento de que em São Joaquim se pratica esta atividade?

Gostaria de trabalhar nesta atividade? De que forma?

Quais os ramos de atividades ligadas ao turismo na cidade?

Como este órgão auxilia no desenvolvimento do turismo local?

Como foi trabalhado o recurso do FAT para capacitação profissional?

Existe retorno de emprego para as pessoas qualificadas?

De acordo com o que foi tratado que outras considerações gostaria de fazer?

8.14 ROTEIRO PARA ENTREVISTA - PROTUR

O que é a PROTUR e como surgiu?

Quais as principais ações da PROTUR já realizadas até o momento?

Qual a verba passada pelo poder público?

Quais programas trabalhados em parceria com a Prefeitura Municipal?

Qual o panorama atual do turismo no município e qual a tendência para o futuro?

Quais as políticas e ações específicas desta instituição que contribuem para o desenvolvimento da atividade turística no município?

Na sua opinião qual a identidade turística do município?

Em relação ao meio ambiente que impactos positivos e negativos o turismo poderia ocasionar?

